Uma breve história do homem

Progresso e declínio

Introdução de Lew Rockwell

Uma Breve História do Homem

Progresso e Declínio

Hans-Hermann Hoppe

"Uma das coisas que mais ameaça o estado é o humor e a risada. O estado presume que você deve respeitá-lo, que você deve levá-lo muito a sério. Hobbes dizia que era algo muito perigoso o fato de as pessoas rirem do governo. Portanto, tente sempre seguir a seguinte regra: ria e zombe do governo o máximo possível."

Uma Breve História do Homem

Progresso e Declínio

Por Hans-Hermann Hoppe

— Sumário —

Prefácio de Llewellyn H. Rockwell, Jr.

Hans-Hermann Hoppe é um dos estudiosos libertários mais notáveis do nosso tempo. Ele começou como aluno premiado de Jürgen Habermas, o famoso filósofo e teórico social alemão. Habermas foi, e continua sendo até hoje, um marxista comprometido. Ele é o líder da notória escola de Frankfurt.

Habermas ficou muito impressionado com Hans e, sob o patrocínio deste eminente marxista, Hans tinha todos os motivos para esperar uma carreira acadêmica meteórica em sua terra natal, a Alemanha. Porém, logo surgiu um problema, que teve bons resultados para todos os que amam a liberdade. Hans logo percebeu que o esquerdismo e o socialismo com os quais crescera eram intelectualmente estéreis e moralmente falidos. Ele descobriu por si mesmo as grandes obras de **Ludwig von Mises (1881-1973)** e **Murray N. Rothbard (1926-1995)**.

A Escola Austríaca de Economia e o anarquismo de Murray não eram o que Habermas tinha em mente. Ao se tornar um libertário, Hans efetivamente encerrou suas chances de conseguir uma cadeira em uma grande universidade alemã, mesmo que suas realizações intelectuais o classificassem com facilidade. Como Murray, porém, Hans é um estudioso de completa integridade intelectual. Ele não entregaria o que havia percebido ser a verdade, qualquer que fosse o custo para sua própria carreira.

Hans decidiu vir para os Estados Unidos para estudar com Murray, que estava ensinando em Nova York. Quando o conheci, fiquei impressionado com o firme compromisso de Hans com os princípios de Rothbard e com sua notável capacidade intelectual. Murray, é claro, entendeu imediatamente o potencial de Hans. Quando Murray foi nomeado para uma cadeira de economia na Universidade de Nevada, Las Vegas, ele trabalhou para conseguir Hans uma posição no departamento de economia também. Juntos, os dois fizeram da UNLV um importante centro para o estudo da economia austríaca; e o fizeram diante de muita oposição de alguns de seus colegas departamentais.

Murray ficou especialmente intrigado com um dos principais argumentos de Hans. O professor de Hans, Habermas, foi pioneiro em uma abordagem da ética com base nas condições para se envolver em argumentos racionais. De uma maneira que Habermas dificilmente

aprovaria, Hans virou a ética de Habermas de cabeça para baixo. Em vez de apoiar o socialismo, a ética da argumentação (ou dialética), como Hans explicou, forneceu um apoio poderoso à autossustentabilidade e à propriedade privada. Murray aprovou com entusiasmo e elogiou o argumento de Hans:

> Hans Hoppe [...] deduziu uma ética de direitos anarco-lockeana a partir de axiomas autoevidentes. Não apenas isso: ele demonstrou que, assim como o próprio axioma da ação, é impossível negar ou discordar da ética anarco-lockeana dos direitos sem cair imediatamente na autocontradição e auto-refutação[1].

Hans revertera a ótica de Habermas; mas não contente com isso, ele novamente derrubou a opinião convencional. Como Murray, Hans é um anarcocapitalista. O melhor governo é nenhum governo. No entanto, surge a pergunta: em um mundo de estados, que tipo de governo é o menos ruim? Quase todo mundo diz "democracia". Infelizmente, muitos libertários concordam. Hans mostrou em seu clássico *Democracy: The God That Failed*[2] que a democracia leva a gastos excessivos e políticas imprudentes. Os que estão no poder sabem que permanecerão no comando apenas por um tempo limitado. A atitude deles será "obtenha tudo o que puder e obtenha agora". Por outro lado, um rei tende a ser menos explorador. Ele tentará preservar a vida e a propriedade de seus súditos, porque ele não é um governante temporário e deseja transmitir um reino próspero a seus herdeiros. Hans, é claro, não disse que a monarquia era uma "coisa boa", apenas que tende a ser melhor que a democracia. O grande liberal clássico católico Erik von Kuehnelt-Leddihn (1909-1999), que influenciou Hans, disse que essa era uma visão brilhante[3].

"Da aristocracia à monarquia e à democracia", um dos ensaios incluídos em *Uma Breve História do Homem* resume a posição de Hans. Os leitores deste trabalho brilhante descobrirão que, se a monarquia é melhor que a democracia, a aristocracia é melhor ainda. Se você nunca leu Hans antes, será um deleite. Em apenas algumas páginas, ele fará você questionar tudo o que já leu sobre governo.

Ao longo de *Uma Breve História do Homem*, Hans mostra como as lições da economia austríaca podem ser usadas para nos ajudar a

entender a história. Ao fazer isso, Hans segue o caminho traçado por seu grande mentor, Murray Rothbard. Como Murray, Hans é um estudioso de interesses quase universais. Ele está totalmente à vontade em antropologia e sociologia, além de história global, economia e filosofia.

Com base em seu vasto conhecimento e ideias austríacas, Hans aborda duas questões. Como a família e a propriedade privada se originaram? Como começou a Revolução Industrial? Os leitores verão como o desenvolvimento de direitos de propriedade assegurados e do livre mercado foi essencial para o progresso humano. A questão para os nossos dias é: esses desenvolvimentos continuarão, para grande benefício da humanidade, ou o Estado será capaz de impedi-los?

Em seu uso da economia e da filosofia para iluminar a história, *Uma Breve História do Homem* traz à mente clássicos libertários como *O Estado* de Oppenheimer (1904-1967), *O Nosso Inimigo, o Estado* de Nock (1870-1945) e *O Rise e a Queda da Sociedade* de Chodorov (1887-1966). *Uma Breve História do Homem* é uma introdução ideal ao pensamento de um importante pensador social e libertário destacado.

Llewellyn H. Rockwell, Jr

Prefácio de V.A.P[4]

Neste belíssimo texto, Hans-Hermann Hoppe nos agracia com uma perspectiva bastante interessante acerca da história: de que não importa a época que tratemos, estamos numa eterna desigualdade natural entre recursos escassos. A certeza que temos é que todos nós estamos sujeitos a escassez de bens, no sentido destes serem limitados, ou seja, mesmo que um bem seja abundante, ele é escasso perante o tempo: eu quero fazer X com um bem e um terceiro quer fazer Y ao mesmo tempo, ou num mesmo determinado período do tempo. O conflito está dado nessa discordância entre o que deve ser feito com um determinado bem e quem tem legitimidade de fazer.

Qualquer visão primitivista que ignore isso em nome de um idealismo infantil, ao eventualmente colocar sociedade caçadoras-coletoras como hippies pacifistas igualitaristas está escondendo uma verdade em si mesma, que eles de fato eram mais iguais do que eu e você, no que tange a violência e guerras: entre si, eram igualmente mortos por disputas territoriais por escassos recursos para a subsistência.

Qualquer visão metafísica que ignore isso em nome de supostamente valores transcendentais está ignorando uma parcela enorme da realidade do Homem perante seus conflitos, por mais que tenham ideias notáveis que culminam no direito natural ou jusnaturalismo.

Qualquer visão essencialmente iluminista, no que tange tratar justiça como em sua forma monopolista estatal, se quer toca no ponto de que é necessário consenso sobre o que se trata conflito, nos termos mais precisos e universais possíveis, como os usados pela Escola Austríaca e o austro-libertarianismo. Sem o devido consenso a cerca disso, implicitamente é deixado o debate aberto Ad aeternum sobre do que se trata conflitos, de onde saí aberrações como o direito positivo ou juspositivismo: filho bastardo e natimorto desta corrente iluminista. Sem contar a construções negativas sobre aristocracia e monarquia remontarem a esse período, em prol de endeusar a democracia, principalmente sua forma republicana.

Qualquer visão pautada em materialismo histórico-dialético recai por fugir do problema da escassez, preferindo se iludir em conceitos tão pouco universais e deveras dogmáticos e idealistas, como lutas de classes e consciência de classe.

Enfim, neste texto temos uma revisão histórica do que entendemos por aristocracia, monarquia, revolução industrial, malthusianismo, sociedades primitivas e vemos o porquê do pensamento austro-libertário estar se consolidando cada vez mais como o unicamente sustentável.

São Paulo, Brasil, 2020

Introdução – Uma Reconstrução Austro-Libertária

Os estudos a seguir tentam explicar três dos eventos mais importantes da história da humanidade.

Primeiro, explico a origem da propriedade privada, e em particular da terra, e da família e do agregado familiar como os fundamentos institucionais da agricultura e da vida agrária que começaram há 11.000 anos atrás, com a Revolução Neolítica no Crescente Fértil do Oriente Médio, e que desde então - até o final do século XIX - veio a moldar e deixar uma marca na vida humana em todos os lugares.

Segundo, explico a origem da Revolução Industrial que começou por volta de 1.800, apenas cerca de 200 anos atrás, na Inglaterra. Até então e por milhares de anos, a humanidade vivia sob condições malthusianas. O crescimento da população estava constantemente ameaçando os meios de subsistência disponíveis. Todo aumento de produtividade era "abocanhado" rapidamente por um tamanho populacional em expansão, de modo que as rendas reais para a esmagadora maioria da população eram mantidas constantemente próximas ao nível de subsistência. Somente há cerca de dois séculos o homem conseguiu atingir o crescimento populacional *combinado* com o *aumento* da renda *per capita*.

Terceiro, explico a origem paralela e o desenvolvimento do *Estado* como um monopolista territorial da tomada de decisão final, ou seja, uma instituição investida do poder de *legislar* e *tributar* os habitantes de um território e sua transformação de um Estado monárquico, com Reis "absolutos", para um Estado democrático com pessoas "absolutas", como se destacou no decorrer do século XX.

Embora isso possa ser suficiente como introdução e o leitor possa prosseguir diretamente para os capítulos seguintes, algumas observações adicionais podem ser necessárias para o leitor filosoficamente atento.

Até o início do século XX, o seguinte seria classificado como estudos *sociológicos*. Mas com a ascensão e a crescente influência dominante alcançada no decorrer do século XX pela filosofia empirista-positivista-falsificacionista, o termo *sociologia* entretanto adquiriu um significado muito diferente. De acordo com a filosofia

empirista, questões normativas - questões de justiça, de “certo” e “errado” - não são questões científicas - e, consequentemente, a maior parte da sociologia moderna, “científica”, está dogmaticamente comprometida com alguma variante da *ética relativista* (de 'vale tudo'). E a filosofia empirista descarta categoricamente a existência de quaisquer leis e verdades *a priori* não hipotéticas, não falsificáveis ou sintéticas - e, portanto, a sociologia moderna está dogmaticamente comprometida também com alguma variante do *relativismo empírico* (de 'tudo é possível', 'você nunca pode ter certeza de nada' e 'nada pode ser descartado desde o início').

Meus estudos são e fazem tudo o que um "bom empirista" não deve ser ou fazer; pois considero a filosofia empirista-positivista errada e não científica e considero sua influência especialmente nas ciências sociais como um desastre intelectual não mitigado.

É comprovadamente falso que a ética não é uma ciência e que não existem princípios universais de justiça e nenhum critério "verdadeiro" (não arbitrário) de distinguir o progresso moral do declínio. E é igualmente demonstrável falso que não existem leis universais e invariantes de ação e interação humanas, ou seja, nenhuma lei do que é e do que não é possível e do que pode e não pode ser feito com sucesso nos assuntos humanos, e que não existe nenhum critério não arbitrário de julgar as ações como soluções corretas e bem-sucedidas ou incorretas e defeituosas para um determinado problema ou finalidade.

Quanto à segunda alegação "positiva", ela é contradita por todo o corpo da Economia Clássica. Economia Clássica, reconstruída, refinada e mais avançada durante a “Revolução Marginalista”, em particular por seu ramo vienense, fundado por Carl Menger (1840–1921) com seus *Princípios de Economia* (1871) e culminando com Ludwig von Mises (1881–18). 1973) e sua insuperável *Ação Humana* (1940), e pelo que se tornou conhecido como **Escola Austríaca de Economia**, fornece o material intelectual para um sistema amplo e abrangente de leis verdadeiras e não hipoteticamente da ação humana, da *praxeologia* - a lógica da ação - e das leis praxeológicas.

Qualquer explicação dos eventos históricos deve levar em consideração a praxeologia - e especificamente Ludwig von Mises -, e são os "empiristas" que são insuficientemente empíricos em seu trabalho. Ao negar ou ignorar os invariantes e constantes praxeológicos inerentes em suas observações do mundo social, eles ficam incapazes de distinguir a floresta das árvores.

E, quanto à primeira alegação "normativa", ela é contrariada por todo o corpo de direito privado, em particular o direito de propriedade e contrato, que cresceu em resposta à ocorrência contínua de conflitos interpessoais em relação a recursos escassos. Desde a antiga tradição dos estóicos da "lei natural", passando pelo direito romano, até o direito escolástico, até a moderna tradição secular dos "direitos naturais", surgiu um corpo de direito e literatura acadêmica sobre questões de direito no século XIX, isso deveria envergonhar qualquer relativista ético.

Enterrada por muito tempo sob montanhas de lixo legal positivista, essa tradição foi resgatada e revigorada, refinada e rigorosamente reconstruída em nosso tempo, sobretudo por Murray N. Rothbard (1926-1995), principalmente em *A ética da liberdade* (1981), até o sistema mais abrangente de direito natural e a filosofia política do *libertarianismo* até agora. Qualquer avaliação normativa de eventos e desenvolvimentos históricos que aspira ao nível da ciência, isto é, que afirma ser mais do que uma expressão arbitrária de gosto, deve levar em conta o libertarianismo, e Murray Rothbard em particular.

Portanto, para indicar o *método que* guia meus estudos na história do homem, o subtítulo do meu livrinho: *Uma Reconstrução Austro-Libertária*.

Os eventos da história humana que quero explicar não são necessários e predeterminados, mas eventos *contingentemente empíricos*, logo, meus estudos não são exercícios de teoria econômica ou libertária. Eles terão que contar a história como realmente era e levar em conta todos os fatos conhecidos. A este respeito, não reivindico nenhuma originalidade. Não desenterro fatos desconhecidos nem discuto descobertas estabelecidas. Eu confio no que outros estabeleceram como fatos conhecidos. Mas os fatos e a cronologia dos eventos não contêm sua própria explicação ou interpretação. O que distingue meus estudos é o fato de eles explicarem e interpretarem a história do homem do ponto de vista conceitual do *Austro-Libertarianismo*: com o conhecimento de fundo da praxeologia (economia) e do libertarianismo (ética). Eles são conduzidas com consciência do caráter não hipotético ou apriorístico das leis da praxeologia e da ética e o fato de que essas leis impõem estritas limitações lógicas sobre qual explicação ou interpretação, de todas as explicações e interpretações concebíveis de algumas conjunto de dados históricos, pode ser considerado *possível* e *possivelmente* (*hipoteticamente*) *verdadeiro* (e, portanto, cientificamente admissível), e quais podem e devem ser

descartados como *impossíveis* e *impossivelmente verdadeiros* . A história, então, é *racionalmente reconstruída,* ou seja, com o conhecimento de que toda explicação e interpretação empírica possivelmente verdadeira deve estar de acordo não apenas com os 'dados', mas em particular também com as leis praxeológicas e éticas, e que toda explicação ou interpretação diverge de tais leis, mesmo que aparentemente 'os dados façam sentido' não é apenas empiricamente falso, mas não é uma explicação ou interpretação cientificamente admissível.

A história assim reconstruída e recontada é, em grande parte, *história revisionista* , oposta não apenas a muito ou mesmo à maior parte do que o “mainstream” da esquerda tem a dizer sobre o assunto, mas devido à ênfase colocada em meus estudos sobre as desigualdades humanas e, em particular, em habilidades cognitivas desiguais e disposições psíquicas diferentes, opostas também a muito pronunciadas e proclamadas a esse respeito por alguns círculos de "politicamente corretos" e "progressistas", chamados "cosmopolitas" libertários.

Assim, o primeiro evento importante na história do homem, a Revolução Neolítica, é reconstruído como uma conquista cognitiva de imensa relevância e um grande passo progressivo na evolução da inteligência humana. A instituição da propriedade privada da terra e da família e a prática da agricultura e pecuária são explicadas como invenções racionais, uma solução nova e inovadora para o problema enfrentado pelos caçadores e coletores tribais de equilibrar o crescimento populacional e o aumento da escassez de terras.

Da mesma forma, a Revolução Industrial é reconstruída como outro grande salto em frente no desenvolvimento da racionalidade humana. O problema de equilibrar o tamanho da terra e da população que havia sido temporariamente resolvido com a invenção original e a subsequente disseminação e imitação mundial da agricultura teve que eventualmente ressurgir. Enquanto o tamanho da população aumentava, a renda *per capita* poderia apenas aumentar se e enquanto a produtividade aumentar, superando o crescimento da população. Mas a produtividade constante aumenta, isto é, a invenção contínua de ferramentas novas ou mais eficientes para a produção de produtos cada vez mais novos ou melhores, requer um nível continuamente alto de inteligência humana, engenhosidade, paciência e inventividade. Onde quer que, e enquanto estiver faltando um nível tão alto de inteligência, o crescimento populacional deve levar a uma renda *per capita* mais baixa - e não mais alta. A Revolução Industrial, então, marca o ponto, quando o nível de racionalidade humana

alcançou um nível alto o suficiente para possibilitar a fuga do malthusianismo. E a fuga é reconstruída como resultado do "reprodução", ao longo de muitas gerações, de uma população mais inteligente. Maior inteligência se traduzida em maior sucesso econômico, e maior sucesso econômico combinado com políticas seletivas de casamento e família traduzidas em maior sucesso reprodutivo (a produção de um número maior de descendentes sobreviventes). Isso combinado com as leis da genética humana e da herança civil produziu ao longo do tempo uma população mais inteligente, engenhosa e inovadora.

Por fim, enquanto as Revoluções Neolítica e Industrial são reconstruídas como soluções corretas e inovadoras para um problema persistente: de um tamanho populacional que invade os padrões de vida e, portanto, como grandes avanços intelectuais, o terceiro evento importante a ser explicado é a invenção do Estado. O Estado é um monopolista territorial da tomada de decisão final e sua transformação sucessiva de um Estado monárquico para um democrático é reconstruída como o resultado de uma sequência de erros intelectuais - morais e econômicos - cumulativos e como um retrocesso no desenvolvimento do ser humano como ser racional, e uma ameaça crescente às realizações alcançadas com a Revolução Industrial. Por definição, o Estado *não pode* alcançar o que é suposto que deva alcançar. É suposto produzir justiça, isto é, defender e fazer cumprir a lei, mas com o poder de *legislar* o Estado pode - e inevitavelmente o fará - *violar* a lei e *fazer a* lei em seu próprio favor e, assim, produzir injustiça e corrupção moral. E supõe-se que o Estado proteja a propriedade de seus súditos da invasão estrangeira, mas com o poder de *tributar* seus súditos, ele pode - e inevitavelmente vai - expropriar a propriedade desses súditos, não obviamente para protegê-*los* e sua propriedade, mas para 'proteger' *a si mesmo* e suas desapropriações contra qualquer chamado "invasor", estrangeiro ou doméstico. Como "expropriador protetor de propriedades", ou seja, como uma instituição fundamentalmente "parasitária", o Estado nunca pode ajudar, mas sempre *atrapalha* a produção de riqueza e, portanto, *diminui a* renda *per capita*.

Em combinação, então, com os estudos a seguir, espero dar uma pequena contribuição à antiga tradição da grande teoria social e tornar mais inteligível o longo curso da história da humanidade, desde seus primórdios até a era atual.

Cap. I — Sobre a origem da propriedade privada e a família

I. O Cenário: História

É razoável iniciar a história humana cinco milhões de anos atrás, quando a linha humana de descendência evolutiva se separou da de nosso parente não humano mais próximo, o chimpanzé. Também é razoável iniciá-lo há 2,5 milhões de anos, com a primeira aparição do *homo habilis*; ou 200.000 anos atrás, quando o primeiro representante do "homem anatomicamente moderno" apareceu; ou 100.000 anos atrás, quando o homem anatomicamente moderno se tornou a forma humana padrão. Em vez disso, quero começar apenas 50.000 anos atrás, quando o "homem anatomicamente moderno" evoluiu para o "homem moderno comportamentalmente". Este é também um ponto de partida eminentemente razoável.[5]

"Humano moderno comportamentalmente" refere-se à existência de caçadores-coletores, dos quais ainda hoje alguns pequenos grupos permaneceram. Com base em evidências arqueológicas, os seres humanos que viviam 100.000 anos atrás aparentemente ainda eram em grande parte ineptos na técnica de caçar. Eles certamente não foram capazes de derrubar animais grandes e perigosos, e parece que eles não sabiam pescar. Suas ferramentas eram quase exclusivamente feitas de pedra e madeira e materiais de origem local, indicando a ausência de viagens ou comércio à distância. Em contraste distinto, cerca de 50.000 anos depois, o kit de ferramentas humanas assumiu uma aparência nova e muito avançada. Outros materiais foram usados além da pedra e da madeira: osso, chifre, marfim, dentes, conchas, e os materiais geralmente vinham de lugares distantes. As ferramentas, incluindo facas, agulhas, pontas farpadas, alfinetes, brocas e lâminas eram mais complexas e habilmente trabalhadas. A tecnologia de projéteis foi muito aprimorada e indicou habilidades de caça altamente desenvolvidas (embora os arcos tenham sido inventados há apenas 20.000 anos). Além disso, o homem sabia pescar e aparentemente era capaz de construir barcos. Além disso, ao lado de ferramentas simples e funcionais, instrumentos aparentemente puramente artísticos: ornamentos, estatuetas e instrumentos musicais, como flautas de osso de pássaro, apareceram em cena naquele momento.

Foi levantada a hipótese de que o que tornou possível esse momento importante foi uma mudança genética que levou ao

surgimento da linguagem, que envolveu uma melhoria radical na capacidade do homem de aprender e inovar. Os humanos arcaicos - *homo ergaster*, *homo neanderthalensis*, *homo erectus* - não possuíam domínio de uma língua. Certamente, pode-se supor com segurança que eles empregaram, assim como muitos dos animais superiores, as duas chamadas funções inferiores da linguagem: a função expressiva ou sintomática e a função de sinalização ou ativação.6 No entanto, eles eram aparentemente incapazes de desempenhar as duas funções cognitivas superiores da linguagem: a função descritiva e, principalmente, a argumentativa. Essas habilidades humanas únicas - tão singularmente humanas, que não se podem afastá-las de nossa existência sem cair em contradições internas - de formar declarações descritivas simples (proposições) como "isso (sujeito) é 'a' (predicado), as quais afirmam ser *verdadeiras*, e especialmente de apresentar argumentos (encadeamento de proposições) como "isto é 'a'; todo 'a' é 'b'; portanto, isso é 'b'", que afirma ser *válidas*, surgiu aparentemente apenas cerca de 50.000 anos atrás.7

Sem linguagem, a coordenação humana teve que ocorrer via instintos, dos quais os seres humanos possuem muito poucos, ou por meio de direção ou manipulação física; e o aprendizado tinha que ser por imitação ou por meio de inferências internas (implícitas). Em contraste distinto, com a linguagem - isto é, com as palavras: sons associados e logicamente vinculados a certos objetos e conceitos (características) - a coordenação pode ser alcançada por meros símbolos; assim, o aprendizado tornou-se independente das impressões sensoriais (observações) e inferências poderiam ser feitas externamente (explicitamente) e, portanto, tornaram-se reprodutíveis e controláveis intersubjetivamente. Ou seja, por meio do conhecimento da linguagem, era possível transmitir informações a lugares e tempos distantes (não estava mais ligado à percepção); podia-se comunicar sobre assuntos (conhecimentos adquiridos e acumulados) distantes no tempo e no espaço. E como o nosso processo de raciocínio, nossa linha de pensamento que nos levou a certas inferências e conclusões tornou-se "objetivada" em argumentos externos e intersubjetivos determináveis, que não só podiam ser facilmente transferidos através do tempo e espaço, mas, ao mesmo tempo, eram publicamente criticados, aprimorados e corrigidos. Não é de admirar, então, que lado a lado com o surgimento da linguagem, mudanças revolucionárias na tecnologia ocorram.

Cerca de 100.000 anos atrás, estima-se que o tamanho da população de "seres humanos modernos", nossos predecessores imediatos, tenha sido de cerca de 50.000, espalhados pelo continente africano e para o norte, no Oriente Médio, a região de Israel

atual.[8] Há cerca de 80.000 a 70.000 anos atrás, a Terra passou por um período de resfriamento significativo. Como consequência, os neandertais, que viveram na Europa e ao longo de muitos milênios se adaptaram a climas frios, se deslocaram para o sul, onde entraram em conflito e aparentemente destruíram em grande número seus parentes africanos. Além disso, um período seco prolongado, iniciado há cerca de 60.000 anos atrás, roubou o "homem moderno" de grande parte de sua base de subsistência, de tal forma que há 50.000 anos o número de "seres humanos modernos" pode não ter excedido 5.000, confinado ao nordeste da África.[9]

No entanto, a partir de então, a ascensão dos humanos modernos foi ininterrupta, se espalhando por todo o mundo e, eventualmente, deslocando todos os seus parentes arcaicos. Acredita-se que os últimos neandertais, escondidos em algumas cavernas perto de Gibraltar, tenham sido extintos há cerca de 25.000 anos. Os últimos remanescentes do *homo erectus*, encontrados na ilha indonésia de Flores, datam de 13.000 anos.

Os "humanos modernos" levavam um estilo de vida nômade de caçadores-coletores. As sociedades eram compostas por pequenos grupos de pessoas (10 a 30), que ocasionalmente encontravam e formavam um agrupamento genético comum de cerca de 150 e podem ter até 500 pessoas (um tamanho que os geneticistas consideraram necessário para evitar efeitos disgênicos.[10] A divisão do trabalho era limitada, com a divisão principal entre mulheres - atuando principalmente como coletoras - e homens - atuando principalmente como caçadores. Enquanto a propriedade privada de ferramentas e implementos era conhecida e reconhecida, o estilo de vida nômade permitia apenas pequenas posses, e sociedades de caçadores-coletores, portanto, feitas relativamente igualitária.[11] No entanto, a vida inicialmente parece ter sido bom para os nossos antepassados.[12] Apenas algumas horas de trabalho regular permitiam uma vida confortável, com boa nutrição (alta proteína) e muito tempo de lazer. De fato, os achados fósseis (esqueletos e dentes) parecem indicar que nossos antepassados caçadores-coletores desfrutavam de uma expectativa de vida bem acima de 30 anos, que só foi alcançada novamente no decorrer do século XIX.[13] Contrariando o filósofo Thomas Hobbes, a vida deles não era nada *desagradável*, *brutal* e *curta*.[14]

No entanto, a vida de caçadores e coletores enfrentava um desafio fundamental e, em última análise, sem resposta. As sociedades de caçadores-coletores levavam vidas essencialmente parasitárias. Ou seja, eles não acrescentaram nada ao fornecimento de bens fornecido

pela natureza. Eles apenas esgotaram o suprimento de mercadorias. Eles não produziram (além de algumas ferramentas), mas apenas consumiram. Eles não cultivavam, tendo que esperar a natureza se regenerar e reabastecer. Na melhor das hipóteses, o que eles conseguiram foi não caçar em excesso ou exageradamente, de modo que o processo de regeneração natural não fosse perturbado ou mesmo parado. De qualquer forma, o que essa forma de parasitismo obviamente envolvia, então, era o problema inevitável do crescimento populacional. Para permitir a vida confortável descrita acima, a densidade populacional teve que permanecer extremamente baixa. Estima-se que eram necessários 1,6km^2 de território para dar sustento confortável a uma ou duas pessoas, e em regiões com menor fertilidade era necessário territórios maiores ainda[15]. Então, o que fazer quando o tamanho da população exceder esses limites mais ou menos estreitos?

As pessoas poderiam, é claro, tentar impedir que essa pressão populacional emergisse, e de fato as sociedades de caçadores-coletores fizeram o melhor possível nesse sentido. Eles induziram abortos, se envolveram em infanticídio, especialmente o feminino, e reduziram o número de gestações por longos períodos de amamentação (o que, em combinação com a característica de pouca gordura corporal característica da constante mobilidade, reduz a fertilidade feminina). No entanto, enquanto isso aliviou o problema, não o resolveu. A população continuou aumentando.

Dado que o tamanho da população não podia ser mantido em um nível estacionário, apenas três alternativas existiam para a crescente população "excessiva". Poder-se-ia *combater* pelo suprimento limitado de alimentos, *migrar-se* ou *inventar* e adotar um novo modo de organização social tecnologicamente avançado que permitisse a sobrevivência de um tamanho populacional maior no mesmo território.

Quanto à primeira opção, isto é, brigas, bastam algumas observações. Na literatura, o homem primitivo tem sido frequentemente descrito como pacífico e vivendo em harmonia com a natureza. O mais popular nesse sentido é o retrato de Jean-Jacques Rousseau do "sublime selvagem"[16]. A agressão e a guerra, tem sido frequentemente realizada, foram o resultado da civilização construída sobre a instituição da propriedade privada. De fato, os assuntos são quase exatamente o contrário.[17] É verdade que a selvageria das guerras modernas produziu carnificina incomparável. Tanto a Primeira Guerra Mundial quanto a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, resultaram em dezenas de milhões de mortes e deixaram

países inteiros em ruínas. E, no entanto, como as evidências antropológicas deixaram claro, o homem primitivo tem sido consideravelmente mais belicoso que o homem contemporâneo. Estima-se que, em média, cerca de 30% de todos os homens em sociedades primitivas de caçadores-coletores morreram de causas não naturais - violentas -, excedendo muito o que é experimentado a esse respeito nas sociedades modernas.[18] Segundo as estimativas de Lawrence Keeley (1948-2017), uma sociedade tribal perdia, em média, cerca de 0,5% de sua população em combate a cada ano.[19] Aplicado à população do século XX, isso representaria uma taxa de baixas de cerca de 2 bilhões de pessoas, em vez do número real de "meramente" algumas centenas de milhões. Obviamente, a guerra primitiva era muito diferente da guerra moderna. Não era conduzido por tropas regulares nos campos de batalha, mas por ataques, emboscadas e ataques surpresa. No entanto, todo ataque era caracterizado por extrema brutalidade, realizada sem piedade e sempre com resultados mortais; e embora o número de pessoas mortas em cada ataque possa ter sido pequeno, a natureza incessante desses encontros agressivos tornou a morte violenta um perigo sempre presente para todo homem (e sequestro e estupro para toda mulher).[20] Além disso, evidências crescentes da prática generalizada de canibalismo foram acumuladas nos últimos tempos. De fato, parece que o canibalismo era uma vez uma prática quase universal.[21]

Mais importante, essas descobertas sobre a semelhança de guerra do homem primitivo não são apenas curiosidades antropológicas, isto é, características que se pode considerar intrínsecos à verdadeira natureza das sociedades de caçadores-coletores. Pelo contrário, existem razões teóricas fundamentais pelas quais essas sociedades foram caracterizadas por guerras incessantes e relações pacíficas eram quase impossíveis de alcançar, em particular se a ideia de se ignorarem mutuamente fosse impossibilitada pela ocupação de todo o território que cercava os grupos conflitantes. Nesse caso, então, tornou-se inevitável que os membros de diferentes tribos de caçadores-coletores se encontrassem mais ou menos regularmente em suas várias expedições em busca de plantas e animais. De fato, à medida que o tamanho da população aumentava, esses encontros se tornavam cada vez mais frequentes. E como os caçadores e coletores não acrescentaram nada ao suprimento de bens fornecidos pela natureza, mas consumiram apenas o que era fornecido pela natureza, sua competição por alimentos era necessariamente de natureza antagônica: ou eu colho as bagas ou caço um determinado animal ou você o fará. Existia pouco comércio e troca entre os membros de tribos diferentes, porque os membros de uma tribo

realizavam essencialmente as mesmas atividades que os de qualquer outra tribo e nenhum deles acumulava excedentes de bens que poderiam ser trocados pelos excedentes de outros. Existia apenas conflitos impossíveis de se erradicar e quanto mais conflito, mais o número da população em cada tribo excedia seu tamanho ótimo. Nessa situação, onde tudo o que era apropriado por uma pessoa (ou tribo) era consumido imediatamente e o suprimento total de bens era estritamente limitado por forças naturais, somente antagonismo mortal poderia existir entre os homens. Nas palavras de Ludwig von Mises, os homens se tornaram “inimigos mortais uns dos outros, rivais irreconciliáveis em seus esforços para garantir uma parte do escasso suprimento de meios de sustento fornecidos pela natureza. Cada homem teria sido forçado a ver todos os outros homens como seus inimigos; seu desejo pela satisfação de seu próprio apetite o levaria a um conflito implacável com todos os seus vizinhos. Nenhuma simpatia poderia se desenvolver sob esse estado de coisas.[22] Somente a morte de seus rivais forneceu uma solução para o próprio desejo de sobreviver. De fato, poupar a vida de outro homem o deixaria equipado para criar ainda mais filhos e, assim, reduziria ainda mais a chance futura de sobrevivência.[23]

A segunda opção disponível para lidar com o problema do excesso de população foi a migração. Embora de modo algum seja gratuita - afinal, era preciso deixar o território íntimo para encontrar territórios desconhecidos - a migração (em comparação à luta) deve ter aparecido frequentemente como a opção menos onerosa, especialmente enquanto existia uma fronteira aberta. Assim, partindo de sua terra natal na África Oriental, sucessivamente o mundo inteiro foi conquistado por grupos de pessoas que se separaram de seus parentes para formar novas sociedades em áreas até então desocupadas pelos seres humanos.

Parece que esse processo também começou há cerca de 50.000 anos, logo após o surgimento do homem comportamentalmente moderno e a aquisição da capacidade de construir barcos. Desde então, até cerca de 12.000 a 11.000 anos atrás, as temperaturas globais caíram gradualmente (desde então, estamos em um período de aquecimento interglacial) e o nível do mar caiu.[24] As pessoas atravessavam o Mar Vermelho no Portão das Lágrimas, que era então apenas um estreito espaço de água pontilhado de ilhas, para aterrissar no extremo sul da península Arábica (que desfrutava de um período comparativamente chuvoso na época). A partir daí, preferindo ficar em zonas climáticas tropicais às quais uma havia sido ajustada, a migração - possivelmente não superior a 150 pessoas - continuou em direção ao leste. As viagens eram principalmente de barco, porque até

cerca de 6.000 anos atrás, quando o homem aprendia a domar cavalos, aquela forma de transporte era muito mais rápida e conveniente do que as viagens a pé. Portanto, a migração ocorreu ao longo da costa - e prosseguiu de lá para o interior através dos vales dos rios - primeiro até a Índia. A partir daí, como as evidências genéticas parecem indicar, o movimento da população se dividiu em duas direções. Por um lado, prosseguiu pela península indiana até o sudeste da Ásia e Indonésia (que foi então conectada ao continente asiático) e, finalmente, ao antigo continente agora fundado de Sahul (da Austrália, Nova Guiné e Tasmânia, que se uniram até cerca de 8.000 anos atrás), que era então apenas separado do continente asiático por um canal de água de sessenta quilômetros de largura, pontilhado de ilhas que permitiam percursos por ilhas de curta distância, bem como ao norte da costa para a China e, eventualmente, o Japão. Por outro lado, o processo de migração foi da Índia na direção noroeste, através do Afeganistão, Irã e Turquia e, finalmente, da Europa. Além disso, separando-se desse fluxo de migração, as pessoas continuaram na direção nordeste para o sul da Sibéria. Migrações posteriores, provavelmente em três ondas, com as primeiras cerca de 14.000 a 12, 000 anos atrás, foram da Sibéria através do Estreito de Bering - então (até 11.000 anos atrás) uma ponte terrestre - e entraram no continente americano, aparentemente atingindo a Patagônia apenas cerca de 1.000 anos depois (descobertas arqueológicas de restos humanos no sul do Chile foram datadas 12.500 anos). A última rota de migração estabelecida a partir de Taiwan, ocupada há cerca de 5.000 anos, navegando pelo Pacífico para chegar às ilhas da Polinésia e, finalmente, há apenas 800 anos, à Nova Zelândia.[25]

O processo era essencialmente sempre o mesmo: um grupo invadiu algum território, aumentou a pressão da população, algumas pessoas ficaram em pé, um subgrupo avançou, geração após geração, ao longo da costa, seguindo rios e a caça, evitando desertos e montanhas altas. A migração da África para a Austrália pode levar cerca de 4.000 a 5.000 anos, e a migração para a Europa 7.000 anos (os artefatos mais antigos atribuídos aos seres humanos modernos, encontrados na Bulgária, datam de 43.000 anos atrás) e outros 7.000 anos para atingir Espanha ocidental.[26] Uma vez terminado, praticamente não existia contato entre as várias sociedades de caçadores-coletores. Consequentemente, embora inicialmente estreitamente relacionadas entre si por meio de relações diretas de parentesco, essas sociedades formaram grupos genéticos separados e, confrontadas com diferentes ambientes naturais e como resultado de mutações e deriva genética interagindo com a seleção natural, no

decorrer do tempo, elas assumiram distintamente aparências diferentes. De um modo geral, a diferença genética entre várias sociedades aumentou em correlação com a distância espacial entre as sociedades e a duração de seu tempo de separação.[27] Surgiram diferentes etnias e, posteriormente, também raças humanas distintamente diferentes. Essas diferenças emergentes de origem genética envolviam questões como cor da pele, constituição física e resistência, resistência a temperaturas frias e a várias doenças e tolerância em relação a determinadas substâncias. Eles também diziam respeito a questões cognitivas. Assim, existem evidências genéticas para dois desenvolvimentos significativos em relação ao tamanho e aos poderes cognitivos do cérebro humano. Um desses desenvolvimentos ocorreu cerca de 37.000 anos atrás e afetou a maior parte da população da Europa e do leste da Ásia (mas deixou muito poucos vestígios na África), e outro ocorreu há cerca de 6.000 anos e afetou principalmente as pessoas no Oriente Médio e na Europa (mas teve menos impacto no leste da Ásia e quase nenhum na África subsaariana).[28]

Além disso, de mãos dadas com a diferenciação genética e geográfica correlacionada dos seres humanos, houve uma diferenciação linguística. De acordo com e apoiado por evidências genéticas (biológicas), alguns linguistas, em particular Merritt Ruhlen[29], Seguindo os passos do trabalho pioneiro de Joseph Greenberg (1915-2001), defenderam de maneira plausível uma única protolinguagem humana, da qual todas as línguas humanas podem ser derivadas como parentes mais ou menos distantes. Obviamente, os emigrantes originais da pátria africana, cerca de 50.000 anos atrás, teriam falado a mesma língua e, portanto, não surpreende que o movimento populacional acima esboçado e a divisão de grupos de pessoas em diferentes grupos genéticos, mais ou menos separados no tempo e no espaço um do outro, deveriam ser espelhados de perto por uma diferenciação de idiomas, no agrupamento de diferentes idiomas em ramificações linguísticas e o agrupamento desses ramos em troncos ainda maiores.[30] Da mesma forma, o processo de proliferação de línguas parece ter seguido um padrão previsível. Primeiro, com a disseminação de seres humanos ao redor do mundo como caçadores e coletores e a proliferação concomitante de conjuntos genéticos distintos e separados, um número cada vez maior de diferentes idiomas emergiu. Assim, por exemplo, das 6.000 línguas diferentes ainda faladas hoje em dia, cerca de 1.200 línguas são faladas na Nova Guiné, uma das regiões remanescentes mais "primitivas" do mundo; metade das quais não tem mais que o número "mágico" de 500 falantes e nenhuma mais que 100.000. Entretanto, com o início do

assentamento humano há cerca de 11.000 anos e a seguinte transição para a agricultura e a consequente expansão e intensificação da divisão do trabalho (mais sobre o que mais adiante) uma tendência antagônica parece ter surgido: à medida que os agrupamentos genéticos aumentaram, as línguas faladas diminuíram.

II. O Problema: Teoria

Cerca de 35.000 anos atrás, ou seja, 15.000 anos após o êxodo inicial da África, praticamente toda a Europa, Ásia, Austrália e, é claro, a própria África haviam sido ocupadas por nossos ancestrais, os humanos modernos, e os humanos arcaicos: homo neanderthalensis e homo erectus, estavam à beira da extinção. Cerca de 12.000 anos atrás, os humanos também se espalharam por todas as Américas. Além das ilhas da Polinésia, então, toda a terra e todo o suprimento natural de bens terrestres (econômicos): plantas e animais haviam sido levados para a posse humana; e, dado o estilo de vida parasitário dos caçadores-coletores, os humanos não *acrescentaram* nada a essa terra e ao suprimento de bens fornecido pela natureza, mas apenas reagiram às *mudanças* naturais.

Essas mudanças eram às vezes bastante drásticas. As mudanças no clima global, por exemplo, poderiam e afetaram significativamente a quantidade de terra habitável disponível e a vegetação natural e a população animal. No período considerado, nos mais de 20.000 anos entre 35.000 e 11.000 anos atrás, ocorreram mudanças drásticas nessas condições naturais. Há 20.000 anos, por exemplo, durante o período conhecido como Último Máximo Glacial, as temperaturas caíram acentuadamente e a maior parte do norte da Europa e da Sibéria se tornou inabitável. A Grã-Bretanha e toda a Escandinávia foram cobertas por geleiras, a maior parte da Sibéria se transformou em deserto polar e a estepe-tundra se estendeu até o sul, como o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Cáspio. Após 5.000 anos, cerca de 15.000 anos atrás, as geleiras começaram a recuar, permitindo que pessoas, animais, e plantas para reocupar regiões anteriormente desertas. Mil e quinhentos anos depois, no entanto, dentro de apenas uma década, as temperaturas voltaram a cair novamente para quase as condições frias anteriores; e apenas outros 1.000 anos depois, cerca de 11.500 anos atrás, e novamente de repente, as temperaturas experimentaram um aumento prolongado e a Terra entrou no chamado *Holoceno*, o mais recente e ainda duradouro período de aquecimento interglacial.[31] (O Saara começou a se transformar no deserto extremamente quente atual, há menos de 3.000 anos. Nos tempos pré-romanos, o Saara - e da mesma forma que os desertos da

Ásia Central - ainda era uma savana verde com uma abundante oferta de vida selvagem, poder e a atração de Cartago, por exemplo, foi baseado em grande parte sobre a fertilidade de seu interior como um centro de produção de trigo; este fato foi uma importante razão para o desejo de Roma para destruir Cartago e ganhar o controle de seus territórios do norte da África.)[32]

De qualquer forma, e independentemente de todos os detalhes complicadores e de todas as mudanças que futuras pesquisas empíricas certamente trarão em relação à narrativa histórica acima, em algum momento a massa de terra disponível para ajudar a satisfazer as necessidades humanas não poderia mais ser ampliada. No jargão econômico, a oferta do fator de produção "terra" tornou-se fixa, e todo aumento no tamanho da população humana tinha que ser sustentado pela mesma quantidade inalterada de terra. Das três opções disponíveis anteriormente, em resposta a uma pressão crescente da população: mover, lutar ou inventar, apenas as duas últimas permaneceram em aberto. O que fazer quando confrontado com este desafio?

Para ilustrar ainda mais o problema enfrentado, é útil primeiro tomar cautela na análise da divisão de trabalho limitada dentro da sociedade caçadora-coletora.

Até agora, o antagonismo entre os membros de *diferentes* agrupamentos ou clãs foi explicado, embora tenha sido dado como certo que, dentro de uma determinada banda ou clã, a colaboração - cooperação pacífica - existe. Mas por que deveria ser assim? A cooperação intragrupal é quase universalmente assumida como uma obviedade. No entanto, também exige uma explicação, porque um mundo sem esse grau limitado de cooperação é certamente inconcebível. Certamente, existe uma base biológica para *algumas formas* de cooperação humana. "A atração sexual mútua entre homem e mulher", escreve Mises, "é inerente à natureza animal do homem e independente de qualquer pensamento e teorização. É permitido chamá-lo original, vegetativo, instintivo ou misterioso."[33] O mesmo pode ser dito sobre o relacionamento entre mãe e filho. Se as mães não cuidassem de seus filhos por um longo período de tempo, seus filhos morreriam instantaneamente e a humanidade estaria condenada. No entanto, esse grau de cooperação biologicamente determinado, necessário, está muito longe do observado nas sociedades de caçadores-coletores. Assim, Mises continua:

> [...] nem a coabitação, nem o que a precede ou segue, gera cooperação social

> e modos de vida sociais. Os animais também se unem no acasalamento, mas não desenvolveram relações sociais. A vida familiar não é meramente um produto das relações sexuais. Não é de forma alguma natural e necessário que pais e filhos vivam juntos da maneira que vivem na família. A relação de acasalamento não precisa resultar em uma organização familiar. A família humana é o resultado de pensar, planejar e agir. É esse fato que o distingue radicalmente daqueles grupos de animais que chamamos de famílias de animais por analogia.[34]

Por que, por exemplo, cada homem e cada mulher, depois que saíram da infância, não caçavam ou se reuniam sozinhos apenas para se encontrar para fazer sexo ocasional? Por que não ocorreu o que foi descrito como tendo ocorrido para *grupos* de seres humanos *já no nível de indivíduos*: uma pessoa, diante de um suprimento estritamente limitado de bens dados pela natureza, rompendo com outra para evitar conflitos até toda a terra foi tomada em posse e, em seguida, uma guerra de todos contra todos os outros (em vez de apenas uma guerra dos membros de um grupo contra os membros de todos os outros grupos) estourando? A resposta para isso é: devido ao reconhecimento de que a cooperação era mais produtiva do que uma ação isolada e autossuficiente. A divisão do trabalho e a cooperação com base nessa divisão do trabalho aumentaram a produtividade do trabalho humano.

Há três razões para isso: Primeiro, existem tarefas que excedem os poderes de qualquer homem e requerem, em vez disso, os esforços combinados de vários homens para serem executados com sucesso. Certos animais, por exemplo, podem ser grandes ou perigosos demais para serem caçados por indivíduos solitários, mas exigem o envolvimento cooperativo de muitos. Ou existem tarefas que, em princípio, poderiam ser executadas por um único indivíduo, mas isso levaria tanto tempo para um ator isolado que o resultado final não parece valer o esforço. Somente uma ação em concerto pode realizar essas tarefas em um período de tempo suficientemente curto para considerar a tarefa que vale a pena. Procurar plantas ou animais comestíveis, por exemplo, é repleto de incertezas. Em um dia, pode-se tropeçar rapidamente em plantas ou animais adequados, mas em outro momento alguém poderia procurá-los em vão, aparentemente sem

fim. Mas se alguém arriscar esse risco, ou seja, se um grande número de coletores ou caçadores iniciarem sua busca separadamente apenas para se chamarem quando uma delas tiver tido sorte em sua busca, a coleta e a caça talvez se revelem rotineiramente empreendimentos bem-sucedidos para cada participante.

Segundo: embora o ambiente natural enfrentado por cada pessoa possa ser mais ou menos o mesmo, cada indivíduo (até gêmeos idênticos) é diferente de qualquer outro. Os homens, por exemplo, são significativamente diferentes em suas habilidades do que as mulheres. Por sua própria natureza, os homens são tipicamente melhores caçadores e as mulheres melhores coletoras. Os adultos são significativamente diferentes em suas habilidades do que as crianças. Algumas pessoas são fisicamente fortes e outras mostram grande destreza. Alguns são altos e outros são rápidos. Alguns têm ótima visão e outros um bom olfato. Dadas essas diferenças, é obviamente vantajoso dividir as várias tarefas necessárias para garantir uma vida confortável, de modo que cada pessoa se especialize nas atividades em que tem vantagem sobre as outras. As mulheres coletam e os homens caçam. Pessoas altas colhem frutas das árvores e as baixas são especializadas em caçar cogumelos. Os corredores rápidos transmitem mensagens. Indivíduos com boa visão detectarão eventos distantes. As crianças são usadas para a exploração de pequenos e estreitos buracos. Pessoas com grande destreza produzem ferramentas. Os fortes se especializarão em matar, etc.

Terceiro: além do mais, mesmo que os membros de uma tribo sejam tão distintos um do outro que uma pessoa seja mais eficiente em todas as tarefas concebíveis que outra, a divisão do trabalho ainda é mais produtiva que o trabalho isolado. Um adulto pode ser melhor em qualquer tarefa do que uma criança, por exemplo. Dado o fato inevitável da escassez de tempo, no entanto, mesmo nesse cenário de pior caso concebível faz sentido econômico - isto é, leva a uma maior quantidade de bens produzidos por unidade de trabalho - se o adulto se especializar nessas tarefas em que sua maior eficiência (em comparação com a da criança) e deixa as tarefas para a criança realizar nas quais a menor eficiência geral desta última é comparativamente menor. Mesmo que o adulto possa ser mais eficiente que a criança na coleta de lenha pequena, por exemplo, a superioridade muito maior do adulto na caça de grandes animais tornaria uma perda de tempo coletar madeira. Em vez disso, ele gostaria que a criança colecionasse lenha e usasse todo o seu precioso tempo para realizar a tarefa em que sua maior eficiência é especialmente aprimorada, a saber, a caça de animais de grande porte.

No entanto, essas vantagens oferecidas pela divisão do trabalho possam explicar a cooperação intratribal (e não a luta) e, com base nessa colaboração inicialmente talvez puramente "motivada por egoísmo", o desenvolvimento gradual de sentimentos de simpatia (boa vontade) em relação aos semelhantes, que vão além de qualquer base *biológica* que possa existir para o relacionamento especial, mais do que o normal, entre parentes próximos, essa explicação possui lacunas. Dada a natureza peculiar e parasitária das sociedades de caçadores-coletores e assumindo que a terra é fixa, invariavelmente deve surgir o momento em que o número de pessoas excede o tamanho ideal do grupo e os padrões de vida médios caem, ameaçando qualquer grau de solidariedade intragrupal que possa ter existido anteriormente.[35]

Essa situação é capturada e explicada pela **lei econômica dos rendimentos**.

A lei dos rendimentos, popularmente, mas um tanto enganosa, também chamada lei dos rendimentos decrescentes, afirma que, para qualquer combinação de dois ou mais fatores de produção, existe uma combinação ideal (de modo que qualquer desvio a partir dela envolva desperdício de material ou "perdas de eficiência").[36] Aplicada aos dois fatores originais de produção, trabalho e terra (bens dados pela natureza), a lei implica que se alguém aumentasse a quantidade de trabalho (população) enquanto a quantidade de terra e a tecnologia disponível (caça e coleta) permanecessem fixas, eventualmente será atingido um ponto em que a produção física por unidade de trabalho é maximizada. Este ponto marca o tamanho ideal da população. Se não houver terra adicional disponível e a tecnologia permanecer fixa em um nível determinado, qualquer aumento da população além do tamanho ideal levará a um declínio progressivo da renda *per capita*. Os padrões de vida, em média, cairão. Um ponto de superpopulação (absoluta) foi alcançado. Essa é, como Mises chamou, a lei malthusiana da população.

Devido à importância fundamental dessa lei malthusiana da população e para evitar possíveis mal-entendidos, é aconselhável explicitar também o que a lei *não* estabelece. A lei não afirma onde exatamente esse ponto de combinação ideal se encontra - tantas e tantas pessoas por quilômetro quadrado, por exemplo - mas apenas *que* esse ponto existe. Caso contrário, se toda quantidade de produto pudesse ser produzida aumentando apenas um fator (trabalho) e mantendo o outro (terra) inalterado, este último (terra) deixaria de ser escasso - e, portanto, um bem econômico – e poderia se aumentar sem limite o retorno de qualquer pedaço de terra simplesmente

aumentando a contribuição do trabalho aplicado a esse pedaço, sem ter que considerar a expansão do tamanho da terra. A lei também não estabelece que *todo* aumento de um fator (trabalho) aplicado a uma quantidade fixa de outro (terra) deve levar a um aumento menor que proporcional da produção. De fato, ao se aproximar do ponto de combinação ideal, um aumento da mão-de-obra aplicada a um determinado pedaço de terra pode levar a um aumento mais do que proporcional da produção (rendimentos crescentes). Um homem adicional, por exemplo, pode possibilitar a caça de uma espécie animal que não pode ser caçada sem esse caçador extra. A lei dos rendimentos apenas afirma que isso não pode ocorrer sem limites definidos. A lei também não afirma que o ponto de combinação ideal não pode ser deslocado para cima e para baixo. De fato, como será explicado a seguir, devido aos avanços tecnológicos, o ponto de combinação ideal pode ser movido, permitindo que uma população maior desfrute de um padrão de vida médio mais alto na mesma quantidade de terra. O que a lei dos rendimentos diz é apenas que, *dado* um estado de desenvolvimento tecnológico (modo de produção) e um grau correspondente de especialização, existe um ponto de combinação ideal além do qual um aumento na oferta de mão-de-obra deve necessariamente levar a um aumento menos do que proporcional de produção, ou nenhum aumento.

De fato, para as sociedades de caçadores-coletores, as dificuldades de escapar da armadilha malthusiana da superpopulação absoluta são ainda mais severas do que essas qualificações em relação à lei dos rendimentos podem indicar. Enquanto essas qualificações podem deixar a impressão de que é "apenas" uma inovação tecnológica necessária para escapar da armadilha, essa não é a verdade completa. Não é apenas qualquer inovação tecnológica. Como as sociedades caçadoras-coletoras são, como explicado, sociedades "parasitárias", que não acrescentam nada ao suprimento de bens, mas apenas se apropriam e consomem o que a natureza fornece, qualquer aumento de produtividade *no âmbito* desse modo de produção não resulta (ou apenas de forma insignificante) em uma maior produção de bens produzidos (de plantas colhidas ou animais caçados), mas apenas (e em grande parte) em uma redução do tempo necessário para produzir uma quantidade essencialmente inalterada de bens. A invenção do arco e flecha que parece ter sido feita há cerca de 20.000 anos atrás, por exemplo, não levará muito a uma quantidade maior de carne animal disponível para consumo, permitindo assim que um número maior de pessoas alcance ou exceda um determinado nível de consumo, mas apenas para o mesmo número de pessoas que desfrutam de mais lazer com um padrão de vida inalterado em termos de

consumo de carne (ou, se a população aumentar, o ganho de mais tempo de lazer terá que ser pago pela redução do consumo de carne *per capita*). De fato, para caçadores-coletores, os ganhos de produtividade alcançados pelos avanços tecnológicos, como a invenção do arco e flecha, podem muito bem não ser uma bênção ou apenas uma bênção de curto prazo. Como a maior facilidade de caça que é assim provocada, por exemplo, pode levar à caça excessiva, aumentando o suprimento de carne *per capita* no curto prazo, mas diminuindo ou possivelmente eliminando o suprimento de carne no longo prazo, reduzindo a taxa de reprodução animal ou ao provocar à extinção e, assim, ampliando o problema malthusiano, mesmo sem aumento do tamanho da população.37

III. A Solução: Teoria e História

A invenção tecnológica, então, que resolveu (pelo menos temporariamente)38 o problema de um "excesso" de população cada vez mais emergente e a consequente queda do padrão de vida médio foi uma mudança revolucionária em todo o modo de produção. Envolveu a mudança de um estilo de vida parasitário para uma vida genuinamente produtiva. Em vez de apenas se apropriar e consumir o que a natureza havia proporcionado, os bens de consumo eram agora produzidos ativamente e a natureza era aumentada e melhorada.

Essa mudança revolucionária no modo de produção humano é geralmente chamada de "Revolução Neolítica": a transição da produção de alimentos pela caça e coleta para a produção de alimentos pelo cultivo de plantas e criação de animais.39 Começou cerca de 11.000 anos atrás no Oriente Médio, na região tipicamente chamada de “Crescente Fértil”. A mesma invenção foi feita novamente, aparentemente de forma independente, menos de 2.000 anos depois na China central e novamente alguns milhares de anos depois (cerca de 5.000 anos atrás) também no hemisfério ocidental: na Mesoamérica, na América do Sul e na parte oriental dos Estados Unidos de hoje. A partir desses centros de inovação, a nova tecnologia se espalhou para conquistar praticamente toda a terra.

A nova tecnologia representou uma conquista cognitiva fundamental e foi refletida e expressa em duas inovações institucionais inter-relacionadas, que desde então até hoje se tornaram a característica dominante da vida humana: a apropriação e emprego da terra como propriedade privada e o estabelecimento da família e

do ambiente doméstico.

Para entender essas inovações institucionais e as realizações cognitivas subjacentes a elas, é preciso primeiro examinar o tratamento do fator de produção “terra” pelas sociedades caçadoras-coletoras.

Pode-se supor com segurança que a propriedade privada existia dentro da estrutura de uma família tribal. A propriedade privada certamente existia em relação a coisas como roupas pessoais, ferramentas, implementos e ornamentos. Na medida em que esses itens foram produzidos por indivíduos específicos e identificáveis ou adquiridos por outros de seus fabricantes originais por meio de presentes ou trocas, eles foram considerados propriedade individual. Por outro lado, na medida em que os bens foram o resultado de algum esforço conjunto ou conjunto, foram considerados bens domésticos coletivos. Isso se aplicava definitivamente aos meios de sustento: às bagas colhidas e à caça animal como resultado de alguma divisão intratribal do trabalho. Sem dúvida, então, a propriedade coletiva desempenhou um papel altamente proeminente nas sociedades de caçadores-coletores, e é por isso que o termo “primitivismo comunista” tem sido empregado para descrição das economias de tribos primitivas: cada indivíduo contribui para a sobrevivência da casa “de acordo com suas habilidade”, e cada um deles recebe da comunidade “de acordo com suas necessidades” (necessidade determinadas pela hierarquia interna da tribo) – semelhante ao “comunismo” dos lares “modernos”.

No entanto, e o terreno em que todas as atividades do grupo ocorreram? Pode-se descartar com segurança que a terra foi considerada propriedade privada nas sociedades de caçadores-coletores. Mas era propriedade coletiva? Normalmente, esse é o caso, quase como uma obviedade. No entanto, a questão é de fato mais complicada, porque existe uma terceira alternativa: a terra não era propriedade privada nem coletiva, mas constituía parte do *ambiente* ou, mais especificamente, as *condições gerais* de ação ou o que também foi chamado de “propriedade comum”, ou, em suma, "os bens comuns (públicos)"[40].

Para decidir esta questão, a pesquisa antropológica padrão é de pouca ou nenhuma ajuda. Em vez disso, é necessária alguma teoria econômica elementar e fundamental, incluindo algumas definições precisas. O mundo externo no qual as ações do homem ocorrem pode ser dividido em duas partes categoricamente distintas. Por um lado, existem coisas que são consideradas *meios* - ou *bens econômicos*; e, por

outro lado, existem coisas que são consideradas *ambiente* - ou também às vezes referidas, embora de maneira enganosa, como *bens livres*. Os requisitos para que um elemento do mundo externo seja classificado como um meio ou um bem econômico foram identificados pela primeira vez com toda a precisão por Carl Menger.[41] Eles são triplos. Primeiro, para que algo se torne um bem econômico (doravante, simplesmente: um *bem*), deve haver uma necessidade humana (um fim não alcançado ou um desejo ou desejo humano não realizado). Segundo, deve haver a percepção humana de algo que se acredita estar equipado ou dotado de propriedades ou características causalmente conectadas (mantendo-se em uma conexão causal) capazes de provocar a satisfação dessa necessidade. Terceiro, e mais importante no contexto, um elemento do mundo externo assim percebido deve estar sob *controle* humano de modo que possa ser empregado (usado ativamente, deliberadamente) para satisfazer a necessidade dada (alcançar o fim desejado). Escreve Mises: "Uma coisa se torna um meio quando a razão humana planeja empregá-la para alcançar algum fim e a ação humana realmente a emprega para esse fim".[42] Somente se uma coisa é assim trazida a uma conexão causal com uma necessidade *e* isso está sob controle humano, pode-se dizer que essa entidade é apropriada - se tornou um bem - e, portanto, é propriedade de alguém (privada ou coletiva). Se, por outro lado, um elemento do mundo externo está em uma conexão causal com uma necessidade humana, mas ninguém pode (ou acredita que pode) controlar e interferir com esse elemento (mas deve deixá-lo inalterado, entregue aos próprios recursos e efeitos naturais), esse elemento deve ser considerado parte do ambiente *não* apropriado e, portanto, não é propriedade de ninguém. Assim, por exemplo, luz do sol ou chuva, pressão atmosférica ou forças gravitacionais podem ter um efeito causal em certos fins desejados ou indesejados, mas na medida em que o homem se considera incapaz de interferir com tais elementos, são meras *condições* de agir, não a parte de qualquer ação. Por exemplo, a água da chuva pode estar causalmente conectada ao surgimento de alguns cogumelos comestíveis e essa conexão causal pode muito bem ser conhecida. No entanto, se nada for feito sobre a água da chuva, essa água também não será de propriedade de ninguém; pode ser um fator que contribui para a produção, mas não é estritamente um fator de produção. Somente se houver uma interferência real nas chuvas naturais, se a água da chuva for coletada em um balde ou em uma cisterna, por exemplo, ela poderá ser considerada propriedade de alguém e ela se tornará um fator de produção.

Tendo como pano de fundo ssas considerações, pode-se agora prosseguir com a questão do *status* da terra em uma sociedade de

caçadores-coletores.[43] Certamente, as bagas colhidas em um arbusto eram propriedade; mas e o arbusto, que estava associado causalmente às bagas colhidas? O arbusto só foi retirado de seu *status* original como condição ambiental de ação e um mero fator contribuinte para a satisfação das necessidades humanas ao *status* de propriedade e um genuíno fator de produção depois de apropriado, ou seja, uma vez que o homem interferiu propositadamente com o processo causal natural que liga arbusto e bagas, por exemplo, molhando o arbusto ou aparando seus galhos para produzir um certo resultado (um aumento da colheita de bagas acima do nível atingido naturalmente). Além disso, uma vez que o arbusto se tornou propriedade de alguém, preparando-o ou cuidando dele, também no *futuro* as colheitas de frutas se tornaram propriedade, enquanto anteriormente apenas as frutas colhidas eram propriedade de alguém; além disso, uma vez que o arbusto foi retirado de seu estado natural e sem dono, molhando-o para aumentar a colheita futura de bagas, por exemplo, também a terra que suporta o mato se tornou propriedade.

Da mesma forma, também não há dúvida de que um animal caçado era propriedade; mas e o rebanho, o bando ou o rebanho do qual esse animal fazia parte? Com base em nossas considerações anteriores, o rebanho deve ser considerado uma natureza sem dono, desde que o homem não tenha feito *nada* que possa ser interpretado (e que estava em sua própria mente) causalmente conectado à satisfação de uma necessidade percebida. O rebanho tornou-se propriedade apenas quando o requisito de *interferir* na cadeia natural de eventos, a fim de produzir algum resultado desejado, fosse cumprido. Este teria sido o caso, por exemplo, assim que o homem se *ocupasse* da *pastagem* de animais, ou seja, assim que ele tentou ativamente controlar os movimentos do rebanho. O pastor, então, não era apenas o dono do rebanho; ele também se tornou o dono de todos os filhos futuros gerados naturalmente pelo rebanho.

Mas o que dizer da terra em que ocorreu o movimento controlado do rebanho? De acordo com nossas definições, os pastores não poderiam ser considerados os donos das terras, pelo menos não automaticamente, sem o cumprimento de um requisito adicional. Como os criadores, conforme definido convencionalmente, apenas seguiram os movimentos naturais do rebanho e sua interferência na natureza foi restrita a manter o rebanho unido, de modo a obter um acesso mais fácil a qualquer um de seus membros, caso surgisse a necessidade do fornecimento de carne de animal. Os pastores não interferiram com a própria terra, no entanto. Eles não interferiram com a terra para controlar os movimentos do rebanho; eles apenas interferiam nos movimentos dos membros do

rebanho. A terra só se tornou propriedade depois que os pastores deixaram de pastorear e se voltaram para a pecuária, uma vez que eles trataram a terra como um meio (escasso), a fim de controlar o movimento de animais, controlando a terra. Isso só ocorreu quando a terra fora de alguma forma delimitada, cercando-a ou construindo outros obstáculos (como trincheiras) que restringiam o fluxo natural e livre de animais. Em vez de ser apenas um fator contribuinte na produção de rebanhos animais, a terra tornou-se um fator de produção genuíno.

O que essas considerações demonstram é que é errado pensar na terra como propriedade coletiva das sociedades de caçadores-coletores. Os caçadores não eram pastores e menos ainda estavam envolvidos em criação de animais; e os coletores não eram jardineiros ou agricultores. Eles não exerceram controle sobre a fauna e flora dadas pela natureza cuidando ou cuidando dela. Eles simplesmente escolheram peças da natureza para serem tomadas. A terra para eles não passava de uma condição de suas atividades, não de suas propriedades.

Na melhor das hipóteses, seções muito pequenas de terra foram apropriadas (e, portanto, transformadas em propriedade coletiva) por caçadores e coletores, para serem usadas como locais de *armazenamento* permanente de bens excedentes para uso em momentos futuros e como abrigos, os territórios vizinhos continuaram a ser tratados e usados como condições não proprietárias de sua existência.

O que se pode dizer, então, que foi o passo decisivo em direção a uma solução (temporária) da armadilha malthusiana enfrentada pelas crescentes sociedades de caçadores-coletores foi o estabelecimento de propriedades em terras que vão além do estabelecimento de meros locais de armazenamento e instalações de abrigo. Pressionados pela queda nos padrões de vida como resultado da superpopulação absoluta, os membros da tribo (separadamente ou coletivamente) se apropriaram sucessivamente cada vez mais da natureza circundante anteriormente desconhecida e sem dono (terra). Subjacente e motivando essa apropriação da terra circundante - e transformando antigos locais de armazenamento e abrigo em centros residenciais de agricultura e pecuária - foi uma conquista intelectual eminente. Como Michael Hart observou,

> "A ideia de plantar, proteger, e, eventualmente, colhê-las não é óbvio ou trivial, e requer um grau considerável de

> inteligência para conceber essa noção. Nenhum macaco jamais concebeu essa ideia, nem Australopithecus, Homo habilis, Homo erectus, nem mesmo o arcaico Homo sapiens”[44].

Nenhum deles concebeu a ideia ainda mais difícil de cuidar, domar e criar animais.

Antigamente, todos os bens de consumo tinham sido apropriados da maneira mais direta e rápida possível: através da extração, ou seja, “colhendo” esses bens onde quer que estivessem. Em contrapartida, com a agricultura e a pecuária, os bens de consumo eram alcançados de maneira indireta e periódica: produzindo-os através do controle deliberado da terra. Isso foi baseado na descoberta de que bens de consumo (plantas e animais) não eram simplesmente "dados" para serem colhidos, mas que havia causas naturais que afetavam seu suprimento *e* que essas causas naturais poderiam ser manipuladas assumindo o controle da terra. O novo modo de produção exigia mais tempo para atingir o objetivo final do consumo de alimentos (e na medida em que envolvia uma perda de lazer), mas, ao interpor a terra como um fator genuíno de produção, era mais produtivo e levava a uma maior produção total, bens de consumo (alimentos), permitindo assim que um tamanho populacional maior seja sustentado na mesma quantidade de terra.[45]

Mais especificamente em relação às plantas: sementes e frutos adequados para fins nutricionais não eram mais apenas colhidos (e possivelmente armazenados), mas as plantas silvestres que os carregavam eram ativamente cultivadas. Além do sabor, as sementes e os frutos foram selecionados quanto ao tamanho, durabilidade (armazenamento), facilidade de colheita e germinação das sementes, e não foram consumidos, mas utilizados como insumos para a *futura* produção de bens de consumo, levando em um período de tempo relativamente curto, de talvez vinte a trinta anos, a novas variedades de plantas domesticadas com rendimentos significativamente melhorados por unidade de terra. Entre as primeiras plantas assim domesticadas no Oriente Próximo e Oriente Médio estavam o trigo, a espelta (trigo vermelho), cevada, centeio, ervilha e azeitona. Na China, eram arroz e painço; muito mais tarde, na Mesoamérica, eram milho, feijão e abóbora; na América do Sul batatas e mandioca; no nordeste da América, girassóis e quenopodiáceas; e na África sorgo, arroz, inhame e palmeira.[46]

O processo de domesticação de animais prosseguiu de maneira

semelhante e, nesse sentido, foi possível aproveitar a experiência adquirida pela primeira domesticação e criação de cães, ocorrida há cerca de 16.000 anos, ou seja, ainda sob condições de caçadores-coletores, em algum lugar da Sibéria.[47]

Os cães são descendentes de lobos. Lobos são excelentes caçadores. No entanto, eles também são carniceiros, e tem sido plausível argumentar que, como tais, os lobos costumavam ficar em torno de acampamentos humanos para comer restos. Como carniceiros, aqueles lobos que tinham menos medo dos humanos e que exibiam o comportamento mais amigável em relação a eles obviamente desfrutavam de uma vantagem evolutiva. Provavelmente, desses lobos semi-domesticados, que seguiam campos, que os filhotes foram adotados em casas tribais como animais de estimação e onde foi descoberto que eles poderiam ser treinados para vários propósitos. Eles podiam ser usados na caça de outros animais, podiam puxar trenós, serviam como aquecedores de cama durante as noites frias e até forneciam uma fonte de carne em casos de emergência. Mais importante, no entanto, descobriu-se que alguns dos cães latiam (os lobos raramente latem) e eram selecionados e criados por sua capacidade de latir e, como tal, desempenham a valiosa tarefa de advertir e proteger seus donos de estranhos e intrusos. Foi esse serviço, acima de tudo, que parece ser a razão pela qual, uma vez que o cão foi "inventado", essa invenção se espalhou como fogo da Sibéria em todo o mundo. Todo mundo em todos os lugares queria ter filhos deste novo e notável tipo de animal, porque em uma era de guerra intertribal constante, a posse de cães provou ser uma grande vantagem”[48].

Depois que o cão chegou à região do Oriente Próximo, que se tornaria o primeiro centro da civilização humana, deve ter acrescentado um impulso considerável ao "experimento" humano da vida produtiva e seu sucesso. Enquanto um cão usado para sentinela era um trunfo para caçadores-coletores móveis, era um trunfo ainda maior para os colonos estacionários. A razão para isso é direta: porque nas sociedades sedentárias havia simplesmente *mais* coisas a serem protegidas. Nas sociedades caçadoras-coletoras, era preciso temer pela própria vida, seja por agressão externa ou interna. No entanto, como nenhum membro da sociedade possuía muita coisa, havia pouca ou nenhuma razão para roubar. As questões eram diferentes, porém, em uma sociedade de colonos. Desde a sua criação, a vida sedentária foi marcada pelo surgimento de diferenças significativas na propriedade e na riqueza pertencentes a diferentes membros da sociedade; portanto, na medida em que a inveja existisse de qualquer maneira (como se pode supor com segurança)[49] cada membro (cada família separada)

também enfrentava a ameaça de roubo ou destruição de sua propriedade por outros, incluindo especialmente também membros de sua própria tribo. Os cães forneceram uma ajuda inestimável para lidar com esse problema, principalmente porque os cães, por uma questão de fato biológico, se ligam a *"mestres" individuais,* em vez de às pessoas em geral ou, como gatos, por exemplo, a lugares específicos.[50] Como tal, eles próprios representavam um excelente exemplo de propriedade *privada*, em vez de coletivamente. Ou seja, eles ofereceram uma "refutação da natureza" de qualquer tabu que pudesse existir em uma sociedade primitiva contra a propriedade privada. Além disso, e mais importante, porque os cães eram indiscutivelmente propriedade de indivíduos particulares, eles também se mostraram excepcionalmente úteis em proteger a propriedade privada de seus donos naturais de todo tipo de invasor "estrangeiro".[51]

Os animais, mais do que as plantas, eram valiosos para os seres humanos por uma variedade de razões: como fontes de carne, leite, pele, pele e lã e também como meio potencial de transporte, tração, por exemplo. No entanto, por uma questão de fato biológico, a maioria dos animais acaba *não sendo* domesticável.[52] O primeiro e mais importante critério de seleção, então, na "produção" de animais como gado ou animais de estimação foi o grau percebido de habilidade doméstica ou controlabilidade de uma espécie animal. Para testar a hipótese de alguém, em um primeiro passo foi verificado se um animal era ou não adequado para o pastoreio. Nesse caso, foi então tentado se um rebanho de animais selvagens também pudesse ser enclausurado. Nesse caso, seria possível selecionar posteriormente os animais domésticos como pais da próxima geração - mas nem todos os animais se reproduzem em cativeiro! - e assim por diante. Finalmente, pode-se selecionar entre a variedade animal domesticada por outras propriedades desejáveis, como tamanho, força, etc., criando assim uma nova espécie animal domesticada. Entre os primeiros grandes mamíferos domesticados no Oriente Próximo e no Oriente Médio (cerca de 10.000 anos atrás) estavam ovelhas, cabras e porcos (descendentes de javalis), depois gado (descendentes de auroques selvagens). O gado também foi domesticado, aparentemente de forma independente, na Índia na mesma época (cerca de 8.000 anos atrás). Aproximadamente na mesma época do Oriente Próximo e Oriente Médio, ovelhas, cabras e porcos foram domesticados de forma independente também na China, e a China também contribuiu com o búfalo domesticado (cerca de 6.000 anos atrás). A Ásia Central e a Arábia contribuíram com os camelos africanos e asiáticos domesticados, respectivamente (cerca de 4.500 anos atrás). E as

Américas, ou mais precisamente a região dos Andes da América do Sul, contribuiriam com o porquinho-da-índia (cerca de 7.000 anos atrás), a lhama e a alpaca (cerca de 5.500 anos atrás). Finalmente, uma “invenção” de consequências particularmente importantes foi a domesticação do cavalo, que ocorreu cerca de 6.000 anos atrás na região da atual Rússia e Ucrânia. Essa conquista iniciou uma verdadeira revolução no transporte terrestre. Até então, em terra, o homem tinha que andar de um lugar para outro, e a maneira mais rápida de percorrer distâncias era de barco. Isso mudou drasticamente com a chegada do cavalo domesticado, que desde então até o século XIX, com a invenção da locomotiva e do automóvel, foi o meio mais rápido de transporte terrestre. Consequentemente, não muito diferente da "invenção" do cão há 16.000 anos atrás, a "invenção" do cavalo se espalharia como fogo. No entanto, chegando cerca de 10.000 anos depois, a última invenção não podia mais difundir tão amplamente quanto a primeira. Enquanto o cachorro alcançou praticamente todos os cantos do mundo, as mudanças climáticas - o aquecimento global - ocorridas nesse meio tempo impossibilitavam que o mesmo sucesso fosse repetido no caso do cavalo. Enquanto isso, a massa terrestre da Eurásia foi separada das Américas e da Indonésia, Nova Guiné e Austrália por massas de água muito largas para serem transpostas. Assim, apenas milhares de anos depois, após a redescoberta europeia das Américas, por exemplo, que o cavalo foi finalmente introduzido lá. (Aparentemente, havia cavalos selvagens no continente americano, mas foram caçados até a extinção por lá, de modo a tornar impossível qualquer domesticação independente.)

A apropriação da terra como propriedade e base da agricultura e criação de animais foi apenas metade da solução para o problema colocado por uma pressão crescente da população. Através da apropriação da terra, foi feito um uso mais eficaz da terra, permitindo a manutenção de um tamanho populacional maior. Mas a instituição da propriedade da terra por si só não afetou o outro lado do problema: a proliferação contínua de novos e mais filhos. Esse aspecto do problema também requeria alguma solução. Uma instituição social teve que ser inventada para controlar essa proliferação. A instituição projetada para realizar essa tarefa é a instituição da família, que não se desenvolveu de forma coincidente com a propriedade da terra. De fato, como Malthus apontou, para resolver o problema da superpopulação, juntamente com a invenção da propriedade privada, o “comércio entre sexos” teve de passar também por algumas alterações essenciais[53].

Como foi o comércio entre os sexos antes e qual foi a inovação institucional trazida a esse respeito pela família? Uma resposta precisa

à primeira pergunta é notoriamente difícil, mas é possível identificar a principal mudança estrutural. Em termos de teoria econômica, a mudança pode ser descrita como uma situação em que os benefícios de criar filhos - criando um potencial *produtor* adicional - e especialmente os custos de criação de filhos - criando um *consumidor* adicional (comedor) - foram socializados. Ou seja, colhidos e pagos pela sociedade em geral, e não pelos "produtores" dessa prole, para uma situação em que tanto os benefícios quanto os custos envolvidos na procriação foram internalizados e imputados economicamente aos indivíduos causalmente responsáveis por novas crias.

Quaisquer que tenham sido os detalhes, parece que a instituição de um relacionamento monogâmico estável e também de um polígamo entre homens e mulheres, hoje associado ao termo família, é relativamente nova na história da humanidade e foi precedida por um longo tempo por uma instituição que pode ser amplamente definida como relação sexual "sem restrições" ou "não regulamentada" ou como "casamento em grupo".[54] O comércio entre os sexos durante esta etapa da história humana não descartou a existência de relações temporárias entre pares entre um homem e uma mulher. No entanto, em princípio, toda mulher era considerada um parceiro sexual em potencial de todo homem e vice-versa. Seguindo as pesquisas de Lewis Henry Morgan (1818-1881), em *Sociedade Antiga*, de 1871, na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884, Friedrich Engels (1820-1895) afirmou:

> "Os homens viviam em poligamia, e suas mulheres, simultaneamente, em poliandria, e seus filhos eram considerado como pertencente a todos. [...] Toda mulher pertencia a todo homem, e todo homem a toda mulher"[55].

O que Engels e inúmeros socialistas posteriores deixaram de notar em sua gloriosa descrição do passado - e supostamente novamente futuro - instituição de "amor livre", no entanto, é o fato claro de que essa instituição tem um efeito direto e claro na produção dos filhos. Como Ludwig von Mises comentou: "**é certo que, mesmo que uma comunidade socialista traga 'amor livre', ela não pode, de maneira alguma, gerar nascimento livre**".[56] O que Mises sugeriu com essa observação, e o que socialistas como Engels e Bebel aparentemente ignoraram é que, certamente na era anterior à disponibilidade de meios contraceptivos eficazes, o amor livre tem consequências, ou seja, gravidezes e nascimentos, e que os

nascimentos envolvem benefícios como bem como custos. Isso não importa, desde que os benefícios excedam os custos, ou seja, desde que um membro adicional da sociedade acrescente mais a ele como produtor de bens do que o produto necessário como consumidor - e isso pode muito bem ser o caso de alguns Tempo. Mas resulta da lei dos rendimentos que esta situação não pode durar para sempre, sem limites. Inevitavelmente, o ponto deve chegar quando os custos de filhos adicionais excederem seus benefícios. Então, qualquer procriação adicional deve ser interrompida - a restrição moral deve ser exercida - a menos que se queira experimentar uma queda progressiva nos padrões de vida médios. No entanto, se as crianças são consideradas filhos de todos ou de ninguém, porque todos mantêm relações sexuais com todos os outros, então o incentivo para evitar a procriação desaparece ou é pelo menos significativamente diminuído. Instintivamente, em virtude da natureza biológica do homem, cada mulher e cada homem é levado a espalhar e proliferar seus genes na próxima geração da espécie. Quanto mais descendentes se cria, melhor, porque mais genes sobreviverão. Sem dúvida, esse instinto humano natural pode ser controlado por deliberação racional. Mas se nenhum ou pouco sacrifício econômico deve ser feito por simplesmente seguir os instintos animais, porque todas as proles são mantidas pelas comunidade como um todo, entop nenhum ou quase nenhum incentivo existe para se empregar o uso da razão em questões sexuais, *i.e*, para exercitar o comedimento moral.

Do ponto de vista puramente econômico, então, a solução para o problema da superpopulação deve ser imediatamente aparente. A propriedade dos filhos ou, mais corretamente, a custódia dos filhos deve ser privatizada. Em vez de considerar as crianças pertencentes coletivamente ou confiadas à "sociedade" ou ver os partos como um evento natural incontrolável e incontrolável e, consequentemente, considerar as crianças pertencentes ou não confiadas a ninguém (como meras "mudanças ambientais" favoráveis ou desfavoráveis), as crianças devem em vez disso, são consideradas entidades produzidas e confiadas de maneira privada. Como Thomas Malthus primeiro observou perceptivamente, isso é essencialmente o que é realizado com a instituição de uma família:

> o controle mais natural e óbvio (da população) parecia ser fazer com que todo homem provesse seus próprios filhos; que isso funcionaria em algum aspecto como uma medida e guia no aumento da população, como seria de esperar que nenhum homem trouxesse

> seres ao mundo, para os quais não encontraria os meios de apoio; que, apesar disso, parecia necessário, por exemplo para os outros, que a desgraça e a inconveniência de uma conduta desse tipo caíssem sobre o indivíduo, que assim havia imprudentemente mergulhado em si próprio e em crianças inocentes na miséria e na falta. - A instituição do casamento, ou pelo menos, de alguma obrigação expressa ou implícita de todo homem de sustentar seus próprios filhos, parece ser o resultado natural desses raciocínios em uma comunidade sob as dificuldades que supomos.[57]

Além disso, e finalmente: com a formação de famílias monogâmicas ou poligâmicas, surgiu outra inovação decisiva. Antes, os membros de uma tribo formaram uma família única e unificada, e a divisão de trabalho intratribal era essencialmente uma divisão de trabalho intra-familiar. Com a formação das famílias, veio o desmembramento de uma família unificada em várias famílias independentes e, com isso, também a formação de "várias" propriedades privadas de terra. Ou seja, a apropriação de terras descrita anteriormente não era simplesmente uma transição de uma situação em que algo que antes era sem dono passou a ser propriedade, mas mais precisamente algo anteriormente sem dono foi transformado em algo pertencente a famílias separadas (permitindo, assim, também o surgimento de divisão inter-familiar do trabalho).

Consequentemente, então, a maior renda social possibilitada pela propriedade da terra não era mais distribuída como era anteriormente: a cada membro da sociedade "de acordo com sua necessidade". Em vez disso, a participação de cada família separada na renda social total passou a depender do produto economicamente imputado a ela, isto é, ao seu trabalho e sua propriedade investida na produção. Em outras palavras: o "comunismo" anteriormente difundido ainda poderia ter continuado *dentro* cada família, mas o comunismo desapareceu da relação entre os membros de diferentes famílias. As rendas de diferentes famílias diferiam, dependendo da quantidade e qualidade da mão de obra e propriedade investidas, e ninguém tinha direito à renda produzida pelos membros de uma família que não a sua. Assim, "se aproveitar" dos esforços de outras pessoas se tornou amplamente, se não totalmente, impossível. Quem não trabalhou não podia mais esperar ainda comer.[58]

Assim, numa reação à pressão do excedente da população, surgiu um novo método de organização social, substituindo o antigo estilo de vida de caça e coleta, característico de boa parte da história da humanidade. Como bem resumiu Mises:

> A propriedade privada dos meios de produção é o princípio regulador que, dentro da sociedade, equilibra os meios limitados de subsistência à disposição da sociedade com a capacidade menos limitada dos consumidores de aumentar. Ao fazer com que a participação no produto social que recai sobre cada membro da sociedade dependa do produto economicamente imputado a ele, isto é, ao seu trabalho e sua propriedade, a eliminação de seres humanos excedentes pela luta pela existência, como se enfurece, o reino vegetal e animal, é substituído por uma redução na taxa de natalidade como resultado de forças sociais. A "restrição moral", as limitações da prole impostas pelas posições sociais, substitui a luta pela existência.[59]

Depois de estabelecer alguns locais permanentes de armazenamento e abrigo, passo a passo, apropriando-se cada vez mais da área circundante como base para a produção agrícola e a criação de gado e transformando os antigos centros de armazenamento e abrigo em assentamentos extensos compostos por casas e aldeias ocupados por famílias separadas, o novo estilo de vida das pessoas do Oriente Próximo e do Oriente Médio, bem como das outras regiões de assentamentos humanos originais, começou a se espalhar para fora, lenta mas inevitavelmente.[60] Em princípio, é possível conceber dois modos pelos quais essa difusão poderia ter ocorrido. Ou os colonos originais gradualmente deslocaram as tribos nômades vizinhas em busca de novas terras a serem cultivadas (difusão endêmica), ou então as últimas imitaram e adotaram o novo estilo de vida por iniciativa própria (difusão cultural). Até recentemente, acreditava-se geralmente que o primeiro modo de difusão era o predominante.[61] No entanto, com base nas evidências genéticas recém descobertas, essa visão agora parece questionável, pelo menos no que diz respeito à disseminação do novo estilo de vida sedentário do Oriente Próximo à Europa. Se os europeus atuais eram descendentes do povo do Oriente Próximo na

época da Revolução Neolítica, deveriam existir traços genéticos para isso. De fato, porém, muito poucos traços desse tipo podem ser encontrados entre os europeus atuais. Assim, parece mais provável que a disseminação do novo estilo de vida sedentário tenha ocorrido em grande parte, se não exclusivamente, pela segunda rota mencionada em segundo lugar, enquanto o papel nesse processo desempenhado pelos colonos originais do Oriente Próximo foi apenas menor. Talvez alguns desses colonos tenham empurrado nas direções norte e oeste, onde foram absorvidos pelas pessoas vizinhas adotando seu novo e bem-sucedido estilo de vida, tanto que a própria marca genética se diluiu, se afastando mais ainda da origem no Oriente Próximo.

De qualquer forma, com a Revolução Neolítica, o estilo de vida anteriormente universal de caçadores-coletores essencialmente desapareceu ou foi relegado às margens externas da habitação humana. Sem dúvida, as comunidades agrícolas recém-desenvolvidas eram alvos atraentes para os invasores nômades e, devido à sua maior mobilidade, as tribos nômades vizinhas por muito tempo representaram uma séria ameaça aos colonos agrícolas. Mas, em última análise, os nômades não eram páreo para eles, devido ao seu maior número. Mais especificamente, foi a organização de um número maior de pessoas nas comunidades de famílias - a localização de famílias separadas em estreita proximidade física uma da outra - que contribuiu para a superioridade militar. A vida comunitária não reduziu meramente os custos de transação no que diz respeito à troca intratribal. A vida comunitária também ofereceu a vantagem de uma defesa conjunta coordenada fácil e rapidamente no caso de agressão externa. Além da força de um número maior, as comunidades agrícolas assentadas permitiram também uma divisão do trabalho intensificada e ampliada e maiores economias, facilitando assim o desenvolvimento de um armamento superior a qualquer coisa disponível para grupos de nômades.[62]

Cinquenta mil anos atrás, estima-se que o tamanho da população humana tenha sido de 5.000 a 50.000 pessoas. No início da Revolução Neolítica, cerca de 11.000 anos atrás, quando essencialmente o mundo inteiro foi conquistado por tribos de caçadores e coletores que se espalharam ao longo de milhares de anos de sua terra natal original em algum lugar da África Oriental, o tamanho da população mundial foi estimado em cerca de quatro milhões.[63] Desde então, lenta mas firmemente, o novo modo de produção: da agricultura e criação de animais, com base na propriedade privada (ou coletiva) da terra e organizado em torno de famílias separadas, substituiu sucessivamente a ordem original de caçadores-coletores. Consequentemente, no início

da era cristã, a população mundial havia aumentado para 170 milhões, e em 1800, que marca o início da chamada Revolução Industrial (o tópico do capítulo seguinte) e o fim da era agrária ou como também foi denominada "antiga ordem biológica", alcançou 720 milhões. (A população mundial de hoje ultrapassa sete bilhões!) Durante essa Era Agrária, o tamanho das cidades ocasionalmente alcançava ou até ultrapassava um milhão de habitantes, mas no final dela, menos de 2% da população do globo viva em grandes centros urbanos e até mesmo nos países desenvolvidos de 80% a 90% da população se ocupava de produção agrícola (apesar de esse número ter baixado para menos de 5% atualmente).

Cap. II — Da armadilha malthusiana à revolução industrial: reflexos sobre a evolução social

I. Teoria Econômica

Para a teoria econômica, a questão de como aumentar a riqueza e enriquecer tem uma singela resposta.

Ele tem três componentes: você fica mais rico:

(a) por meio da acumulação de capital, ou seja, a construção de bens intermediários de "produtor" ou "capital" que podem produzir mais bens de consumo por unidade de tempo do que podem ser produzidos sem eles ou bens que não podem ser produzidos de todo, com apenas terra e trabalho (e a acumulação de capital, por sua vez, tem algo a ver com a preferência por menos tempo);

(b) através da participação e integração na divisão do trabalho; e

(c) através do controle populacional, isto é, mantendo o tamanho ideal da população.

Robinson Crusoé[64], sozinho em sua ilha, originalmente tem apenas seu próprio "trabalho" e "terra" (natureza) à sua disposição. Ele é tão rico (ou pobre) quanto a natureza o faz. Algumas de suas necessidades mais urgentes, que ele pode satisfazer diretamente, tão somente equipado apenas com as próprias mãos. No mínimo, ele sempre pode satisfazer seu desejo de lazer desta maneira: imediatamente. No entanto, a satisfação de muitos de seus desejos requer mais do que natureza e mãos nuas, ou seja, algum método de produção indireto e demorado. A maioria, de fato, quase todos os bens e tipos de satisfação associados requerem a ajuda de algumas ferramentas apenas indiretamente úteis: de bens de produção ou de capital. Com a ajuda dos bens de produção, torna-se possível produzir mais por unidade de tempo dos mesmos bens que podem ser produzidos também com as mãos (como lazer) ou produzir bens que não podem ser produzidos com apenas terra e trabalho. Para pescar mais do que com as próprias mãos, Crusoé constrói uma rede; ou, para construir um abrigo que ele não pode construir com as próprias mãos, ele deve construir um machado.

No entanto, construir uma rede ou um machado requer um sacrifício (economia). Certamente, espera-se que a produção com a ajuda de bens de produção seja mais produtiva do que sem ela; Crusoé não gastaria tempo construindo uma rede se não esperasse que pudesse pescar mais peixes por unidade de tempo com a rede do que sem ela. No entanto, produzir um bem de produção envolve um sacrifício; pois leva tempo para construir um bem de produção e o mesmo tempo não pode ser usado para o gozo ou consumo de lazer ou outros bens de consumo disponíveis imediatamente. Ao decidir se deve ou não construir a rede que irá gerar aumento de produtividade, Crusoé deve comparar e classificar dois estados esperados de satisfação: a satisfação que ele pode alcançar agora, sem mais espera, e a satisfação que ele só poderá alcançar mais tarde, depois de uma espera mais longa. Tempo. Ao decidir construir a rede, Crusoé determinou que ele classifica o sacrifício: o valor abdicado de um consumo maior agora, no presente, abaixo da recompensa: o valor de um consumo maior posteriormente, no futuro. Caso contrário, se ele tivesse classificado essas magnitudes de maneira diferente, ele teria se abstido de construir a rede.

Essa ponderação e a possível troca de presente com mercadorias futuras e satisfações associadas são governadas pela preferência temporal. Os bens presentes são invariavelmente mais valiosos que os futuros, e trocamos os primeiros contra os últimos apenas com um prêmio. O grau, no entanto, em que os bens presentes são preferíveis aos futuros, ou a disposição de renunciar a algum possível consumo atual para um maior consumo futuro, ou seja, a disposição de economizar, é diferente de pessoa para pessoa e um ponto no tempo para outro. Dependendo da altura de suas preferências pessoais, Crusoé economizará e investirá mais ou menos e seu padrão de vida será maior ou menor. Quanto menor a preferência de tempo, ou seja, mais fácil para Crusoé adiar a gratificação atual em troca de uma satisfação antecipada maior no futuro.

Segundo, as pessoas podem aumentar sua riqueza através da participação na divisão do trabalho. Assumimos que Crusoé se junta ao nativo Sexta-Feira. Por causa de suas diferenças naturais, físicas ou mentais ou das diferenças de "terra" (natureza) que enfrentam, surgem quase automaticamente vantagens absolutas e comparativas na produção de vários bens. Crusoé está melhor equipado para produzir um bem e Sexta-Feira outro. Se eles se especializarem no que é particularmente bom em produzir, a produção total de bens será maior do que se eles não tivessem se especializado e permanecessem na posição de um produtor isolado e autossuficiente. Como alternativa, se Crusoé ou Sexta-Feira são produtores superiores de

todos os bens, o produtor superior geral deve se especializar naquelas atividades em que sua vantagem é especialmente maior e o produtor inferior geral deve se especializar nas atividades em que sua desvantagem é comparativamente menor. Desse modo, também, a produção geral de bens produzidos será maior do que se cada um tivesse permanecido em isolamento autossuficiente.

Terceiro, a riqueza da sociedade depende do tamanho da população, isto é, se a população é ou não mantida em seu tamanho ideal. Essa riqueza depende do tamanho da população decorre da "lei dos rendimentos" e da "lei malthusiana da população", que Ludwig von Mises saudou como

> [...] uma das grandes realizações do pensamento. Juntamente com o princípio da divisão do trabalho, forneceu os fundamentos da biologia moderna e da teoria da evolução; a importância desses dois teoremas fundamentais para as ciências da ação humana perde apenas para a descoberta da regularidade no entrelaçamento e sequência dos fenômenos de mercado e sua inevitável determinação pelos dados de mercado. As objeções levantadas contra a lei malthusiana, bem como contra a lei dos rendimentos, são vãs e triviais. Ambas as leis são indiscutíveis.[65]

Em sua forma mais geral e abstrata, a lei dos rendimentos decrescentes afirma que, para qualquer combinação de dois ou mais fatores de produção, existe uma combinação ideal (de modo que qualquer desvio a partir dele envolva desperdício de material ou "perdas de eficiência"). Aplicada aos dois fatores originais de produção, trabalho e terra (bens dados pela natureza), a lei implica que se alguém aumentasse continuamente a quantidade de trabalho (população) enquanto a quantidade de terra (e a tecnologia disponível) permanecesse fixa e inalterado, eventualmente será atingido um ponto em que a produção física por entrada de unidade de trabalho é maximizada. Este ponto marca o tamanho ideal da população. Se a população crescesse além desse tamanho, a renda *per capita* cairia; e da mesma forma, a renda *per capita* seria menor se a população caísse abaixo desse ponto (pois a divisão do trabalho diminuiria, com uma perda de eficiência). Para manter o nível ótimo de renda por pessoa, a população não deve mais crescer, mas

permanecer estacionária. Existe apenas uma maneira de uma sociedade estacionária aumentar ainda mais a renda real *per capita* ou crescer em tamanho sem perda de renda *per capita*: através da inovação tecnológica, isto é, através do emprego de ferramentas melhores e mais eficientes, possibilitadas pelas economias produzidas pela abstenção de lazer ou outro consumo imediato. Se não houver inovação tecnológica (a tecnologia é fixa), a única maneira possível de a população crescer em tamanho sem uma queda concomitante da renda *per capita* é através da utilização de mais (e possivelmente melhor) terra. Se não há terra adicional disponível e a tecnologia está estagnada em determinado nível, contudo, então qualquer crescimento populacional para além do idela levará a um declínio progressivo no rendimento *per capita*.

Esta última situação também foi chamada de "armadilha malthusiana". Ludwig von Mises a caracterizou assim:

> O ajuste consciente da taxa de natalidade à disponibilidade de bens é uma condição indispensável da vida humana e da ação, da civilização e de qualquer melhoria de saúde e bem-estar. [...]
> Os que se opõem ao controle da natalidade querem eliminar um procedimento indispensável à preservação da cooperação pacífica entre os homens, assim como à divisão social do trabalho. Onde quer que o padrão médio de vida seja prejudicado pelo aumento excessivo da população, surgem conflitos de interesses irreconciliáveis. Cada indivíduo torna-se novamente um rival de todos os outros indivíduos na luta pela sobrevivência. A aniquilação dos rivais passa a ser o único meio de aumentar o seu próprio bem-estar. [...]
> Os meios necessários à melhoria das condições de vida e à própria sobrevivência são limitados; as condições naturais, sendo como são, reservam unicamente ao homem a possibilidade de escolher a guerra sem trégua contra todos os seus semelhantes ou a cooperação social. Mas a cooperação social torna-se impossível, se as pessoas cederem sem

> restrições ao impulso natural de proliferação.66

Já foi descrito e explicado (no capítulo anterior) como tudo isso funcionou nas sociedades de caçadores-coletores. É concebível que a humanidade nunca tenha deixado o estilo de vida aparentemente confortável para caçadores-coletores. Isso teria sido possível se a humanidade tivesse sido capaz de restringir todo o crescimento populacional além do tamanho ideal de um bando de caçadores-coletores (de algumas dezenas de membros). Nesse caso, ainda poderíamos viver hoje, como todos os nossos antepassados diretos viveram dezenas de milhares de anos, até 11.000 ou 12.000 anos atrás. De fato, no entanto, a humanidade não conseguiu fazê-lo. A população cresceu e, consequentemente, territórios cada vez maiores tiveram que ser tomados em posse até que um deles ficasse sem terra adicional. Além disso, os avanços tecnológicos realizados no âmbito das sociedades de caçadores-coletores (como a invenção do arco e flecha, há cerca de 20.000 anos atrás, por exemplo) aumentaram (ao invés de diminuíram) a velocidade desse expansionismo. Como caçadores e coletores (como todos os animais não humanos) apenas esgotam (consomem) o suprimento de bens dados pela natureza, mas não produzem e, portanto, acrescentam a esse suprimento, melhores ferramentas em suas mãos apressaram (e não atrasaram) o processo de expansão territorial.

A Revolução Neolítica, que começou cerca de 11.000 anos atrás, trouxe algum alívio temporário. A invenção da agricultura e criação de animais permitiu que um número maior de pessoas sobrevivesse na mesma quantidade inalterada de terra e na instituição da família, privatizando (internalizando) os benefícios, bem como os custos da produção dos filhos, forneceu uma nova verificação, até então desconhecida, do crescimento da população. Mas nenhuma inovação trouxe uma solução permanente para o problema do excesso de população. Os homens ainda não conseguiam manter a calma, e a maior produtividade provocada pelo novo modo de produção não parasitário representado pela agricultura e criação de animais foi rapidamente exaurida novamente pelo crescente tamanho da população. Um número significativamente maior de pessoas poderia ser sustentado no mundo agora, mas a humanidade ainda não escapara da armadilha malthusiana – há até duzentos anos, com o início da chamada Revolução Industrial.

II. História Econômica: O Problema

O problema a ser explicado a seguir foi capturado por dois gráficos que descrevem o crescimento da população mundial, por um lado, e o desenvolvimento da renda *per capita* (padrões de vida médios), por outro.

O primeiro gráfico, retirado de Colin McEvedy e Richard Jones[67], mostra o crescimento da população humana de 400 a.C. até o presente (2.000 d.C.). O tamanho da população era de cerca de quatro milhões no início da Revolução Neolítica. Mas até cerca de 7.000 anos atrás (5.000 a.C.), a área cultivada (primeiro apenas na região do Crescente Fértil e depois também no norte da China) era pequena demais para afetar muito o tamanho da população global. Até então, a população havia crescido para cerca de cinco milhões. Mas desde então, o crescimento da população aumentou rapidamente: 2.000 anos mais tarde (3000 a.C.) tinha quase triplicou a quatorze milhões, há 3.000 anos (1.000 a.C.) que tinha chegado a cinquenta milhões[68], e apenas 500 anos depois, quando o gráfico é estabelecido, o tamanho da população mundial ficou em cerca de 100 milhões. Desde então, como o gráfico indica, o tamanho da população continuou a aumentar lentamente, mas de maneira mais ou menos constante, até cerca de 1800 (para cerca de 720 milhões), quando ocorreu uma quebra significativa e o crescimento da população aumentou acentuadamente para atualmente, apenas cerca de 200 anos, mais tarde, atingindo sete bilhões.
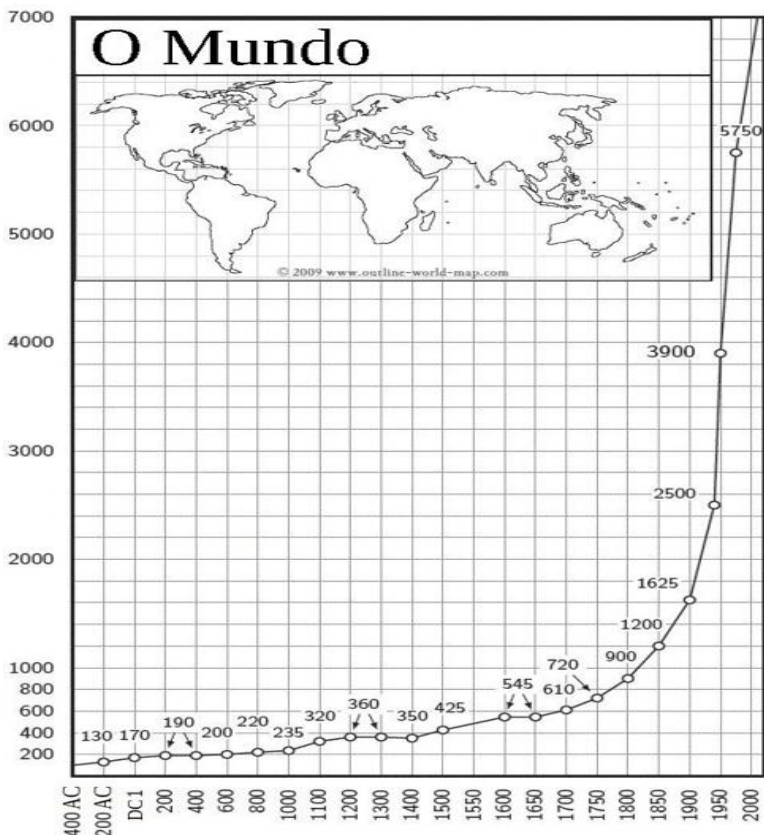
Figura I: População total mundial (milhões) - medidas em milhões de pessoas

O segundo gráfico, extraído de Gregory Clark[69], mostra o desenvolvimento da renda *per capita* desde o início da história humana registrada até o presente. Também mostra uma quebra significativa ocorrendo por volta de 1800. Até aquele momento, ou seja, na maior parte da história humana registrada, a renda real *per capita* (em termos de comida, moradia, roupas, aquecimento, iluminação e iluminação) não aumentava. Ou seja, os padrões de vida médios na Inglaterra do século XVIII não eram significativamente mais altos do que os da antiga Babilônia, onde podiam ser encontrados os registros mais antigos de salários e vários preços de bens de consumo. Naturalmente, com a vida sedentária e a propriedade privada, surgiram diferenças distintas em riqueza e renda. Existiam grandes proprietários de terras (senhores) que viviam em enorme luxo, mesmo pelos padrões de hoje, quase desde o início da vida estabelecida. Nem os padrões de vida médios sempre e em todos os lugares eram igualmente baixos. Existiam diferenças regionais pronunciadas entre, por exemplo, a renda real inglesa, indiana e da África Ocidental em 1800. E, é claro, no que diz respeito às

comparações entre períodos de tempo, muitas tecnologias existiam em 1800 na Inglaterra, desconhecidas na Roma antiga, Grécia, China ou Babilônia. No entanto, em todo o caso, em todos os lugares e em todos os momentos, a esmagadora maioria da população, a massa de pequenos proprietários de terras e a maioria dos trabalhadores, viviam perto ou apenas um pouco acima do nível de subsistência. Houve altos e baixos na renda real, devido a vários eventos externos, mas em nenhum lugar houve uma tendência ascendente contínua na renda *per capita* discernível até cerca de 1800.
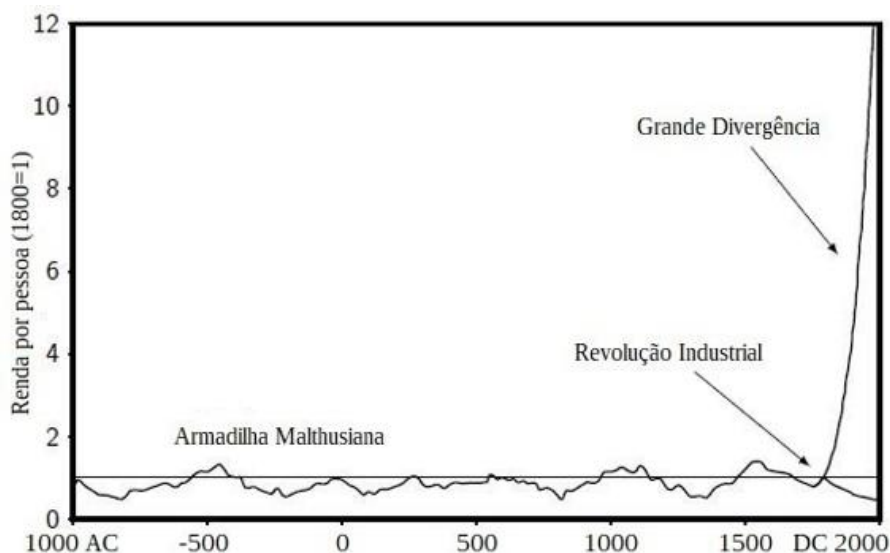
Figura II: História econômica mundial em uma imagem. A renda aumentou acentuadamente em muitos países depois de 1800, mas diminuiu em outros.

Em conjunto, os dois gráficos capturam o significado histórico mundial da chamada Revolução Industrial, que ocorreu cerca de 200 anos atrás, bem como o significado - e em particular a extensão - do estágio malthusiano anterior do desenvolvimento humano. Até cerca de 1800, existia pouca diferença nas economias de seres humanos e animais não humanos. Para animais (e plantas), é sempre e invariavelmente verdade que um aumento em seu número invadirá os meios disponíveis de subsistência e acabará por levar à superpopulação, a "espécimes supernumerosas", como Mises os chamou, que deve ser "eliminada" devido à falta de sustentação. Hoje sabemos que, no que diz respeito aos humanos, isso *não deve* ser assim: não existem espécimes supernumerosas que são assim eliminados nas sociedades ocidentais modernas. Mas, na maior parte da vida humana, esse foi realmente o caso.

Certamente, o tamanho da população poderia crescer, principalmente porque mais terras foram adquiridas para uso agrícola e, em parte, devido à melhor tecnologia incorporada nos bens de produção e a uma divisão do trabalho prolongada e intensificada. Mas todos esses "ganhos" econômicos sempre foram devorados rapidamente por uma população crescente que novamente invadiu os meios de subsistência disponíveis e levou à superpopulação e ao surgimento do "espécime supernumeroso" para o qual não havia espaço na divisão do trabalho e que consequentemente tiveram que desaparecer silenciosamente ou se tornar uma ameaça (um "mal" econômico) na forma de mendigos, vagabundos, saqueadores, bandidos ou guerreiros. Durante a maior parte da história humana, então, a lei de ferro dos salários prevaleceu. A renda era mantida em patamar de subsistência devido à substancial classe de “espécimes supernumerosas”.

III. História Explicada

Por que demorou tanto tempo para sair da armadilha malthusiana; e o que aconteceu que finalmente conseguimos? Por que demorou tanto tempo até desistirmos da existência de caçadores-coletores em favor da existência de colonos agrícolas? E por que, mesmo após a invenção da agricultura e criação de animais, foram necessários mais de 10.000 anos até a aparente fuga final da humanidade da armadilha malthusiana? A teoria econômica, ou o que eu disse sobre isso, não responde e não pode responder a essas perguntas.

A resposta padrão entre economistas, em particular também entre economistas libertários, é: deve ter havido impedimentos institucionais, em particular uma proteção insuficiente dos direitos de propriedade privada, que impediram um desenvolvimento mais rápido e esses impedimentos foram removidos apenas recentemente (cerca de 1800). Essencialmente, essa também é a explicação de Ludwig von Mises.[70] Da mesma forma, Murray N. Rothbard apresentou ideias semelhantes.[71] Quero argumentar que essa explicação é equivocada ou pelo menos insuficiente e apresentar o esboço de uma explicação alternativa (hipotética).

Por um lado, caçadores e coletores, pelo que sabemos, tinham muito tempo livre em suas mãos para inventar a agricultura e a criação de animais. De novo e em inúmeros lugares, eles sofriam com excesso de população e consequentemente queda de renda; e, no entanto, embora o custo de oportunidade do lazer perdido tenha sido baixo, ninguém em qualquer lugar, por dezenas de milhares de anos,

considerava a agricultura e a criação de animais uma fuga (pelo menos temporária) das condições malthusianas. Em vez disso, até cerca de 11.000 anos atrás, as tribos de caçadores-coletores responderam ao desafio recorrente da superpopulação sempre pela migração, ou seja, usando terras adicionais em uso (até finalmente ficarem sem terra) ou lutando entre si até a morte até a população o tamanho foi suficientemente reduzido para impedir a queda da renda real.

Além disso, os direitos de propriedade nas sociedades sedentárias estavam bem protegidos em muitos lugares e épocas. A ideia de propriedade privada e a proteção bem-sucedida da propriedade privada não são invenções e instituições do passado recente, mas são conhecidas há muito tempo e praticadas quase desde o início da vida sedentária. Pelo que sabemos, por exemplo, os direitos de propriedade em 1200 na Inglaterra e em grande parte da Europa feudal estavam melhor protegidos do que hoje na Inglaterra e na Europa contemporâneas. Ou seja, todo incentivo institucional favorável à acumulação de capital e à divisão do trabalho existia - e, em nenhum lugar, até cerca de 1800, a humanidade conseguiu se livrar da armadilha malthusiana do excesso de população e da renda *per capita* estagnada. Assim, a instituição de proteção à propriedade pode e deve ser considerada apenas como necessária, e não também como suficiente, do crescimento econômico (aumento da renda *per capita*).

Deve haver algo mais - algum outro fator, que não apareça na teoria econômica - que terá que explicar tudo isso.

Parte da resposta é óbvia: a humanidade não escapou da armadilha malthusiana porque, como observado anteriormente, os homens não conseguiam manter as calças fechadas. Se o tivessem feito, não haveria excesso de população. Isso pode ser apenas parte da resposta, no entanto. Porque o controle populacional pode impedir a queda da renda real, mas não pode aumentar a renda.[72] Algum outro fator "empírico" que não consta da teoria econômica pura (apriorística) deve explicar a duração da era malthusiana e como finalmente conseguimos sair dela. Esse fator ausente é a *variável* histórica da inteligência humana, e a resposta simples para as perguntas acima, então, (a ser elaborada a seguir) é: porque durante a maior parte da história a humanidade simplesmente não era inteligente o suficiente - e leva tempo para se cultivar inteligência.[73]

Até cerca de 11.000 anos atrás, a humanidade não era inteligente o suficiente, de modo que nem seus membros mais

brilhantes eram capazes de conceber a ideia de produção indireta ou indireta de bens de consumo subjacente à agricultura e pecuária. A ideia de plantar primeiro as culturas, depois cuidar e proteger e finalmente colhê-las não é óbvia ou trivial. A ideia de domar, criar e criar animais também não é óbvia ou trivial. Requer um grau considerável de inteligência para conceber tais noções. Foram necessários dezenas de milhares de anos de seleção natural em condições de caçadores-coletores para finalmente criar inteligência suficiente para possibilitar tais conquistas cognitivas.

Da mesma forma, foram necessários vários milhares de anos mais de seleção natural em condições agrícolas, para atingir um limiar no desenvolvimento da inteligência humana (ou mais precisamente: a preferência de tempo reduzida correlacionou-se à alta inteligência), de modo que o crescimento da produtividade pudesse superar continuamente qualquer população crescimento. Desde o início da Revolução Neolítica, até cerca de 1800 invenções suficientes (melhorias tecnológicas) foram feitas por pessoas brilhantes (e imitadas por outros de menor inteligência) para explicar (além de terras mais usadas na agricultura) por um aumento significativo da população mundial: de cerca de quatro a 720 milhões (agora, sete bilhões). Mas durante toda a era, a taxa de progresso tecnológico nunca foi suficiente para permitir o crescimento populacional *combinado* com o aumento da renda *per capita*.

Hoje, tomamos como certo que é apenas a falta de vontade de consumir menos e economizar mais que impõe limites ao crescimento econômico. Temos um suprimento aparentemente interminável de recursos naturais e receitas de como produzir mais, melhores e diferentes produtos, e são apenas nossas economias limitadas que nos impedem de empregar esses recursos e implementar tais receitas. No entanto, esse fenômeno é realmente bastante novo. Durante a maior parte da história humana, as economias foram contidas pela falta de ideias sobre como investi-los produtivamente, ou seja, como converter economias simples (armazenamento) em economias produtivas (produção de bens de produção). Para Crusoé, por exemplo, não era suficiente ter uma preferência de tempo baixa e economizar. Em vez disso, Crusoé também teve que conceber a ideia de uma rede e deve saber como construí-la do zero. A maioria das pessoas não é inteligente o suficiente para inventar e implementar algo novo, mas pode, na melhor das hipóteses, imitar, mais ou menos perfeitamente, o que outras pessoas mais brilhantes inventaram antes delas. No entanto, se ninguém é capaz de fazer isso ou imitar o que os outros inventaram antes, mesmo os direitos de propriedade mais seguros não farão diferença. Todo incentivo precisa de um receptor para funcionar

e, se um receptor estiver ausente ou insuficientemente sensível, diferentes estruturas de incentivo não importam. Portanto, a instituição de proteção à propriedade deve ser considerada apenas uma condição necessária (mas não suficiente) do crescimento econômico (aumento da renda *per capita*). Da mesma forma, requer inteligência para reconhecer a maior produtividade física da divisão do trabalho.

O mecanismo pelo qual maior inteligência humana (combinada com baixa preferência de tempo) foi criada ao longo do tempo é simples. Dado que o homem é fisicamente fraco e mal equipado para lidar com a natureza bruta, era vantajoso para ele desenvolver sua inteligência.[74] Maior inteligência traduzida em sucesso econômico, e sucesso econômico, por sua vez, traduzido em sucesso reprodutivo (produzindo um número maior de descendentes sobreviventes). Para a existência de ambos os relacionamentos, estão disponíveis enormes quantidades de evidências empíricas.[75]

Não há dúvida de que a existência de caçadores-coletores requer inteligência: a capacidade de classificar vários objetos externos como bons ou ruins, a capacidade de reconhecer uma multiplicidade de causas e efeitos, estimar distâncias, tempo e velocidade, pesquisar e reconhecer paisagens, localizar várias coisas (boas ou ruins) e lembrar sua posição em relação umas às outras, etc.; mais importante, a capacidade de se comunicar com os outros por meio da linguagem e, assim, facilitar a coordenação. Nem todos os membros de uma banda eram igualmente capazes de tais habilidades. Alguns eram mais inteligentes que outros. Essas diferenças nos talentos intelectuais levariam a uma visível diferenciação de *status* dentro da tribo - de “excelentes” e “péssimos” caçadores, coletores, e comunicadores - e essa diferenciação de *status* resultaria em diferenças no sucesso reprodutivo de vários membros da tribo, especialmente considerando os costumes sexuais “soltos” que prevaleciam entre os caçadores-coletores. Ou seja, em geral os membros “excelentes” da tribo produziriam um número maior de filhotes sobreviventes e, assim, transmitiriam seus genes com mais sucesso para a próxima geração do que os “ruins”. Consequentemente, se e na medida em que a inteligência humana tem alguma base genética (o que parece inegável à luz da evolução de toda a espécie), as condições de caçadores-coletores produziriam ao longo do tempo (selecionariam) uma população com inteligência média crescente e ao mesmo tempo um nível cada vez mais alto de inteligência "excepcional".

A competição interna das tribos, e a seleção e criação de inteligência superior por meio de taxas diferenciais de sucesso

reprodutivo, não cessaram depois que a vida de caçadores-coletores foi abandonada em favor da agricultura e criação de animais. No entanto, os requisitos intelectuais do sucesso econômico tornaram-se um pouco diferentes sob condições sedentárias.

A invenção da agricultura e criação de animais foi, por si só, uma conquista cognitiva notável. Exigia um horizonte de planejamento prolongado. Exigia disposições mais longas e insights mais profundos e de maior alcance sobre as cadeias de causas e efeitos naturais. E exigia mais trabalho, paciência e resistência do que nas condições de caçadores-coletores. Além disso, foi fundamental para o sucesso como agricultor que alguém possuísse algum grau de conhecimento matemático para contar, medir e proporções. Exigia inteligência para reconhecer as vantagens da divisão do trabalho entre famílias e abandonar a autossuficiência. Foi necessário um pouco de alfabetização para projetar contratos e estabelecer relações contratuais. E exigia alguma habilidade de cálculo monetário e de contabilidade para ter sucesso econômico. Nem todos os agricultores eram igualmente aptos a essas habilidades e tinham um grau de preferência temporal igualmente baixo. Pelo contrário, nas condições agrícolas, em que cada família era responsável por sua própria produção de bens de consumo e descendentes e não havia mais “gratuidade”, como nas condições de caçadores-coletores, na desigualdade natural do homem e na correspondente diferenciação social de e entre membros mais ou menos bem-sucedidos de uma tribo tornou-se cada vez mais e mais visível (principalmente pelo tamanho das propriedades de uma pessoa). Como consequência, a tradução do sucesso econômico (produtivo) e de *status* em sucesso reprodutivo, *i.e*, a geração de uma quantidade maior de descendentes por parte dos economicamente bem-sucedidos, tornou-se ainda mais direta e evidente.

Além disso, essa tendência de seleção para inteligência superior seria particularmente pronunciada sob condições externas "severas". Se o ambiente humano é imutavelmente constante e "ameno" - como nos trópicos sem estação, onde um dia é como mais um ano - a inteligência alta ou excepcional oferece uma vantagem menor do que em um ambiente inóspito com variações sazonais amplamente flutuantes. Quanto mais desafiador o ambiente, maior o prêmio atribuído à inteligência como requisito de sucesso econômico e, consequentemente, reprodutivo. Portanto, o crescimento da inteligência humana seria mais pronunciado em regiões mais severas (historicamente, geralmente do norte) da habitação humana.

Os seres humanos vivem - consomem - animais e plantas, e os

animais vivem com outros animais ou plantas. As plantas, portanto, permanecem no início da cadeia alimentar humana. O crescimento das plantas, por sua vez, depende da presença (ou ausência) de quatro fatores: dióxido de carbono (que é distribuído uniformemente pelo mundo e, portanto, não interessa aqui), energia solar, água e, muito importante, minerais (como potássio, fosfatos, etc.).76

No equador, onde (nas proximidades) os primeiros humanos modernos viveram, duas das três condições de crescimento biológico foram atendidas perfeitamente. Existia uma abundância de luz solar e de chuva. A chuva caía previsivelmente quase diariamente. Os dias e as noites eram igualmente longos e as temperaturas durante todo o ano eram confortavelmente quentes, com pouca ou nenhuma diferença entre dia e noite e verão e inverno. Na floresta tropical, as temperaturas raramente excedem 30 graus Celsius e raramente caem abaixo de 20 graus Celsius. Os ventos eram geralmente calmos, interrompidos apenas por breves tempestades repentinas. As condições para a habitação humana, então, pareceriam bastante atraentes; e, no entanto, a densidade populacional nas regiões tropicais é e sempre foi extremamente baixa em comparação com a região mais ao norte (e sul), às vezes, como nas florestas tropicais da Amazônia, quase tão baixa quanto a densidade populacional típica de desertos ou regiões árticas. A razão para isso é a extrema escassez de minerais do solo nos trópicos.

O solo dos trópicos é, geologicamente falando, antigo (em comparação com as regiões afetadas pela sequência histórica da terra dos períodos glacial e interglacial) e quase completamente drenado de minerais (exceto regiões equatoriais com atividade vulcânica de produção mineral) como em algumas ilhas da Indonésia, como Java, por exemplo, onde a densidade populacional humana sempre foi significativamente maior). Como resultado, a enorme característica de biomassa dos trópicos não produz crescimento novo, excedente ou excessivo. O cultivo agrícola ocorre o ano todo, mas é lento e não leva a um aumento na biomassa total. Uma vez crescida, a floresta tropical apenas se recicla. Além disso, a proporção esmagadora dessa biomassa está na forma de árvores de madeira dura e de crescimento lento, isto é, de matéria morta; e as folhas da maioria das plantas tropicais, devido à sua necessidade peculiar de proteção (resfriamento) contra o intenso sol do equador, não são apenas duros e resistentes, mas frequentemente venenosos ou pelo menos desagradáveis para os seres humanos e outros comedores de plantas, como gado e veado. Essa ausência de crescimento excedente e a química especial das plantas tropicais explica o fato de que, ao contrário do que se imagina frequentemente, os trópicos suportam

apenas incrivelmente poucos e pequenos animais. De fato, os únicos animais existentes em abundância são formigas e cupins. Uma biomassa tropical (principalmente de madeira) de mais de 1.000 toneladas por hectare produz não mais que 200 kg de carne (massa animal), ou seja, um cinco milésimos da massa vegetal. (Por outro lado, na savana de pastagens da África Oriental, meras cinquenta toneladas de massa vegetal por quilômetro quadrado [100 hectares] produz cerca de vinte toneladas de massa animal: elefantes, búfalos, zebras, gnus, antílopes e gazelas.) No entanto, onde existem tão poucos animais e pequenos, apenas poucos humanos podem ser sustentados. (De fato, a maioria das pessoas que morava nos trópicos vivia perto de rios e sustentava suas vidas essencialmente pela pesca, e não pela caça e coleta).

Em seu local de origem, então, os seres humanos chegaram muito rapidamente ao ponto em que tiveram que deixar o ambiente paradisíaco, quente, estável e previsível dos trópicos e entrar em outras regiões em busca de comida. As regiões ao norte (e ao sul) do equador eram regiões sazonais, no entanto. Ou seja, eles tinham menos e menos chuvas constantes do que os trópicos, e as temperaturas caíam cada vez mais e variavam mais amplamente à medida que se movia para o norte (ou para o sul). Nas regiões do norte da habitação humana, as temperaturas podem variar facilmente em mais de 40 graus por dia e as temperaturas sazonais em mais de 80 graus. A biomassa total produzida sob tais condições foi significativamente menor do que nos trópicos. Mas longe do equador o solo tinha (com bastante frequência) minerais mais variados e suficientes para compensar as desvantagens climáticas e criar condições ideais para o cultivo da vegetação mais adequada ao consumo animal e humano: plantas que cresciam rapidamente e, em períodos curtos, produziam grandes excedentes sazonais de biomassa fresca – principalmente gramíneas (incluindo grãos) – que podem sustentar muitos animais de tamanho considerável.

Durante a última era glacial, que terminou cerca de 10.000 anos atrás, as regiões que ofereciam condições climáticas menos que paradisíacas, mas um suprimento alimentar superior incluía (concentrando-se aqui no hemisfério norte, onde ocorreu a maior parte do desenvolvimento considerado) todos a África supraequatorial - incluindo o Saara - e a maior parte da massa terrestre da Eurásia (exceto o norte da Europa e a Sibéria, ainda árticos). Desde então, e essencialmente continuando até hoje, um cinturão norte de desertos, que se amplia para o leste, passou a separar toda a zona de regiões sazonais em um meridional de regiões subequatoriais e uma região setentrional que inclui agora também a maior parte do norte da

Europa e Sibéria. Essencialmente, desde o estágio caçador-coletor do desenvolvimento humano, essencialmente até hoje, portanto, a maior densidade populacional era encontrada nestas regiões “temperadas” (imagem depois modificada apenas pelas altitudes).

É importante perceber, neste contexto, que o que passamos a considerar como regiões "moderadas" da habitação humana eram na verdade condições de vida bastante severas e, nas latitudes mais altas do norte, até condições extremamente adversas, em comparação com os trópicos constantemente quentes, condições às quais os primeiros humanos se adaptaram. Em contraste com o ambiente estável e imutável dos trópicos, as regiões temperadas apresentaram maiores mudanças e flutuações e, portanto, colocavam (cada vez mais) desafios intelectuais difíceis para caçadores e coletores. Eles não apenas tiveram que aprender a lidar com animais grandes, que não existiam nos trópicos (exceto nas partes vulcânicas da Indonésia), e seus movimentos. Mais importante, fora das regiões equatoriais, as mudanças sazonais e as flutuações no ambiente humano tiveram um papel cada vez maior, e tornou-se cada vez mais importante prever tais mudanças e flutuações e antecipar seus efeitos no futuro suprimento de alimentos (de plantas e animais). Aqueles que puderam fazê-lo com sucesso e fazer os preparativos e ajustes adequados tiveram mais chances de sobrevivência e proliferação do que aqueles que não puderam.

Fora da floresta equatorial, ao norte (e ao sul), existiam estações chuvosas pronunciadas e tinham que ser levadas em consideração. Choveu durante o verão e estava seco no inverno. Além disso, o crescimento e a distribuição de plantas e animais foram afetados pelos ventos setentrionais (ou do hemisfério sul). Em regiões ainda mais ao norte (ou sul), cada vez mais separadas desde o final da última era glacial das regiões subequatoriais por uma faixa de desertos (norte e sul), as estações das chuvas mudaram, com chuvas no inverno e secas no verão. Os ventos que afetavam a distribuição das chuvas eram predominantemente do oeste. Os verões eram quentes e secos, enquanto as temperaturas do inverno, mesmo em baixas altitudes, podiam facilmente atingir níveis de congelamento "mortais", mesmo que apenas por curtos períodos. As estações de crescimento foram, portanto, limitadas. Por fim, nas regiões mais ao norte da habitação humana, ou seja, ao norte das latitudes do Mediterrâneo, a chuva caiu irregularmente ao longo do ano e, com ventos predominantes no oeste, chovia mais no oeste (norte da Europa) do que no leste (norte da Ásia). Caso contrário, porém, as mudanças sazonais e as flutuações nessa zona de habitação humana eram extremas. A duração dos dias (luz) e das noites (escuridão) variou notavelmente ao longo do

ano. Nas regiões do extremo norte, um dia claro de verão e uma noite escura de inverno podem durar mais de um mês. Mais importante, toda a região (e especialmente quando se movia na direção norte) experimentou longos períodos de condições de congelamento muitas vezes extremas durante o inverno. Durante esses períodos, que duravam de muitos meses à maior parte do ano, todo o crescimento das plantas ficou essencialmente parado. As plantas morreram ou ficaram inativas. A natureza parou de fornecer alimentos, e os seres humanos (e animais) foram ameaçados de fome e o perigo de congelar até a morte. As estações de cultivo, durante as quais um excedente de comida e abrigo poderia compensar estes problemas, foram curtas também. Além disso, as diferenças extremas entre invernos longos, rigorosos e congelantes e os verões curtos, suaves a quentes afetaram a migração de animais. A menos que eles tivessem se adaptado totalmente às condições do Ártico e pudessem entrar em alguma forma de hibernação durante as estações "mortas", os animais precisavam migrar de estação para estação, geralmente por longas distâncias para locais distantes. E como os animais constituíam grande parte do suprimento de alimentos humanos, os caçadores-coletores também tinham que migrar regularmente por grandes distâncias.

Diante do pano de fundo desta imagem dura da ecologia e da geografia humanas, ainda mais modificadas e complicadas, é claro, pela existência de cordilheiras, de rios e de corpos d'água, fica evidente por que a seleção natural em favor de uma inteligência maior entre os caçadores e os coletores seria mais pronunciada à medida que se avançava para o norte (ou para o sul), rumo às regiões mais frias da habitação humana. Sem dúvida, era necessária uma inteligência significativa para que os humanos vivessem com sucesso nos trópicos. Mas a constância dos trópicos agia como um freio natural para o desenvolvimento da inteligência humana. Como um dia era parecido com o outro nos trópicos, havia pouca ou nenhuma necessidade de que alguém pensasse em algo além do que o terreno que o cercava ou plantasse algo para além do futuro imediato. Em contraste marcante, a sazonalidade cada vez maior das regiões afastadas dos trópicos se traduzia num ambiente mais desafiador para a inteligência.

A existência de mudanças e de flutuações sazonais – de chuva e de seca, de verão e de inverno, de calor insuportável e de frio congelante, de ventos e de calmarias – exigia que mais fatores remotos, entre os quais o sol, a lua e as estrelas, e tempos maiores fossem levados em consideração se alguém quisesse agir com sucesso e sobreviver e procriar. Mais cadeias de causa e efeito tinham de ser reconhecidas, com cadeias argumentativas mais extensas. O planejamento tinha de ser de longo prazo. Era preciso agir agora, a

fim de ter sucesso muito depois. Tanto o período de produção – a lacuna de tempo entre um esforço produtivo e sua conclusão – quanto o período de provisão – tempo futuro para o qual era preciso fazer economia (armazenagem) – precisaram ser aumentados. Nas regiões mais ao norte, com invernos mortais e longos, provisões de comida, de roupas, de abrigos e de aquecimento tinham de ser feitas para durar quase o ano todo ou mais. O planejamento tinha de ser em termos de anos, e não dias ou meses. Da mesma forma, na busca de animais migratórios, tinham de ser atravessados territórios mais extensos, o que exigia habilidades incríveis de orientação e de navegação. Somente grupos inteligentes o bastante em média para gerar líderes excepcionais com habilidades intelectuais superiores eram recompensados com o sucesso – sobrevivência e procriação. Os grupos e os líderes, por outro lado, incapazes de tais realizações eram punidos com o fracasso, ou seja, a extinção.

O maior progresso rumo à invenção da agricultura e da pecuária, há cerca de onze mil anos, deve, portanto, ter ocorrido nas regiões mais ao norte da habitação humana. Ali, a competição dentro e entre grupos de caçadores e coletores deve ter gerado, com o tempo, a população mais inteligente – precavida e com visão de longo prazo. E realmente, durante dezenas de milhares de anos até cerca de onze mil anos atrás, todo avanço tecnológico importante se originou nas regiões ao norte: principalmente na Europa ou, no caso das cerâmicas, no Japão. Por outro lado, durante o mesmo período, as ferramentas usadas nos trópicos permaneceram as mesmas.

Mas o poder explanatório do desenho da evolução social acima vai além. A teoria admitidamente hipotética aqui apresentada pode explicar por que se levou tanto tempo para escapar da armadilha malthusiana, e como tal feito foi possível e não permanecemos presos à armadilha malthusiana para sempre: a humanidade simplesmente não era inteligente o bastante para alcançar os aumentos de produtividade necessários para compensar continuamente o crescimento populacional. Certo limiar de inteligência média e extraordinária teve de ser alcançado para tornar isso possível, e foi preciso tempo (até cerca de 1800) para "cultivar" tal nível de inteligência. A teoria pode explicar o corroborado e aceito (ainda que persistentemente ignorado pelo "politicamente correto") fato da pesquisa sobre a inteligência: que o QI médio dos países diminui gradativamente quando se viaja do norte para o sul (de cem ou mais pontos quando nos países mais ao norte para cerca de setenta na África subsaariana):[77] Mais especificamente a teoria pode, assim, explicar por que a Revolução Industrial teve início e depois prevaleceu em algumas regiões – geralmente setentrionais –, mas não em outras,

por que sempre houve diferenças regionais persistentes de renda e por que essas diferenças poderiam ter aumentado (e não diminuído) desde a época da Revolução Industrial.

A teoria também explica algo que a princípio pode parecer anômalo: que não foi nas regiões mais ao norte que a Revolução Neolítica aconteceu, há cerca de onze mil anos, conquistando aos poucos e sucessivamente o mundo, mas sim em regiões muito mais ao sul – ainda assim bem ao norte dos trópicos: no Oriente Médio, na China central (vale do rio Yang-Tsé) e na Mesoamérica. O motivo para esta aparente anomalia é fácil de detectar, contudo. A fim de inventar a agricultura e a pecuária, eram necessários dois fatores: inteligência suficiente e circunstâncias naturais favoráveis para aplicar tal inteligência. O segundo fator era o que faltava nas regiões ao norte, o que evitou que seus habitantes fizessem a invenção revolucionária. As condições congelantes extremas e a extrema brevidade da estação de cultivo praticamente impossibilitavam a agricultura e a pecuária, mesmo que a ideia tivesse sido concebida. O necessário para realmente implementar a ideia eram as circunstâncias naturais favoráveis à vida sedentária: uma estação de cultivo longa e quente (além de culturas adequadas e de animais domesticáveis).[78] Tais condições climáticas existiam nas mencionadas regiões "temperadas". Ali, o desenvolvimento competitivo da inteligência humana entre caçadores e coletores fez progresso suficiente (mesmo que ficasse para trás do desenvolvimento mais ao norte), tanto que, combinada com circunstâncias naturais favoráveis, a ideia da agricultura e da pecuária pôde ser implementada. Desde o fim da última Era do Gelo, há cerca de dez mil anos, a zona de climas temperados se expandiu para o norte, para latitudes maiores, tornando a agricultura e a pecuária cada vez mais possíveis ali. Deparando-se com pessoas ainda mais inteligentes, as novas e revolucionárias técnicas de produção não foram apenas rapidamente imitadas e adotadas; técnicas melhores tiveram origem aqui. Ao sul dos centros da invenção original, a nova técnica também seria adotada aos poucos (com exceção dos trópicos) – afinal, é mais fácil imitar que inventar. Deparando-se com pessoas menos inteligentes ali, contudo, pouca ou nenhuma contribuição ao desenvolvimento de práticas mais eficientes de agricultura e pecuária surgiria. Todos os ganhos posteriores de eficiência nestas regiões viriam da imitação de técnicas inventadas em outros lugares, em regiões mais ao norte.

IV. Implicações e Visão Geral

Há várias implicações e sugestões a partir disso. Primeiro, a teoria da evolução social aqui mostrada expressa uma crítica

fundamental ao rampante igualitarismo de dentro das ciências sociais em geral, mas também entre muitos libertários. Sim, os economistas aceitam "diferenças" humanas na forma de diferentes produtividades laborais. Mas essas diferenças são geralmente interpretadas como resultado de condições externas distintas, ou seja, de diferentes dons e educação. Só raramente características internas, biológicas, são admitidas como fontes possíveis das diferenças humanas. Ainda assim, mesmo quando os economistas admitem o óbvio – que as diferenças humanas têm fontes biológicas e internas também, como Mises e Rothbard admitem –, eles geralmente ignoram que essas diferenças são em si resultado de um processo longo de seleção natural em favor das características humanas e das disposições (físicas e mentais) determinantes do sucesso econômico e, mais ou menos grande e positivamente correlacionado com o sucesso econômico e sucesso reprodutivo. Isto é, ainda se ignora que nós, homens modernos, somos muito diferentes dos nossos antepassados de centenas e milhares de anos atrás.

Em segundo lugar, uma vez que se percebe que a Revolução Industrial foi resultado do crescimento evolucionário da inteligência humana (e não apenas da remoção de barreiras institucionais ao crescimento), o papel do estado pode ser considerado como algo fundamentalmente diferente em condições malthusianas e pós-malthusianas. Em condições malthusianas, o estado não importa muito, pelo menos não no que diz respeito aos macroefeitos. Um estado mais explorador simplesmente levará a uma população menor (como a peste negra faria), mas isso não afeta a renda *per capita*. Na verdade, ao diminuir a densidade populacional, a renda *per capita* pode até aumentar, como aconteceu depois da Grande Peste em meados do século XIV. Reversamente, um estado "bom" e menos explorador permitirá o crescimento da população, mas a renda *per capita* não aumentará e poderá até diminuir, porque a terra *per capita* diminui. Tudo mudou com a Revolução Industrial. Porque, se os ganhos de produtividade superam continuamente o crescimento populacional e permitem um aumento constante da renda *per capita*, então uma instituição exploradora como o estado pode crescer sem diminuir a renda *per capita* e reduzir a população. O estado, então, torna-se um freio permanente à economia e à renda *per capita*.

Por fim, em condições malthusianas prevalecem os efeitos eugênicos positivos: os bem-sucedidos economicamente produzem mais descendentes, e a população é aos poucos aprimorada (cognitivamente). Em condições pós-malthusianas, a existência e o crescimento do estado geram um efeito disgênico duplo principalmente em condições de um estado democrático de bem-estar

social.[79] Primeiro, os "economicamente deficientes", como principais "clientes" do estado de bem-estar social, produzem mais descendentes, e os economicamente bem-sucedidos, menos. Depois, o crescimento constante do estado parasitário, possível pelo crescimento da economia basal, afeta sistematicamente as exigências para o sucesso econômico. O sucesso econômico torna-se cada vez mais dependente da política e do talento político, ou seja, o talento de usar o estado para enriquecer à custa dos outros. De qualquer forma, a população piora (no que diz respeito às exigências cognitivas para a prosperidade e o crescimento econômico), em vez de melhorar.

Por fim, é importante notar na conclusão que, assim como a Revolução Industrial e a consequente fuga da armadilha malthusiana não foram de forma alguma um desenvolvimento necessário na história humana, seu sucesso e suas realizações tampouco são irreversíveis.

Cap. III — Da aristocracia à monarquia e à democracia

Neste texto, quero descrever brevemente um enigma histórico que tentarei então resolver e solucionar com algum detalhamento.

Mas, antes disso, é necessário fazer algumas breves observações teóricas gerais.

Os homens não vivem em perfeita harmonia uns com os outros. Ao contrário, cada vez mais há conflitos entre eles. E a fonte destes conflitos é sempre a mesma: a escassez dos bens. Eu quero fazer X com determinado bem G, e você quer fazer ao mesmo tempo Y com o mesmo bem. Como é impossível para você e para mim fazermos simultaneamente X e Y com G, você e eu devemos entrar em disputa. Se houvesse uma superabundância de bens, ou seja, se, por exemplo, G estivesse infinitamente disponível, nossos conflitos seriam evitados. Poderíamos simultaneamente fazer "nossas coisas" com G. Mas a maioria dos bens não é superabundante. Desde quando a humanidade deixou o Jardim do Éden, sempre houve e sempre haverá escassez ao nosso redor.

Sem a harmonia perfeita de todos os interesses humanos e levando em conta a permanente condição de escassez, os conflitos interpessoais são parte inevitável da vida humana e uma ameaça constante à paz.

Confrontada com conflitos relacionados à escassez de bens, mas também dotada de razão e, mais precisamente, da habilidade para se comunicar, discutir e argumentar como a própria manifestação da razão humana, a humanidade sempre enfrentou e continuará enfrentando a questão de como evitar tais conflitos e de como resolvê-los pacificamente quando ocorrem.[80]

Suponha agora um grupo de pessoas cientes da realidade dos conflitos interpessoais e em busca de uma forma de escapar a este revés. E suponha que eu proponha o seguinte como solução: em todos os casos de conflito, incluindo conflitos em que eu mesmo estou envolvido, terei sempre a última palavra. Serei o juiz final a determinar quem é dono do quê e quando e quem está consequentemente certo ou errado em qualquer disputa relacionada à escassez de bens. Assim, todos os conflitos podem ser evitados ou facilmente resolvidos.

Quais seriam minhas chances de fazer você ou qualquer outra pessoa concordar com esta proposta?

Eu diria que minhas chances seriam praticamente nulas. Na verdade, você e a maioria das pessoas dirão que tal proposta é ridícula e provavelmente me considerarão um louco, um caso de tratamento psiquiátrico. Você perceberá imediatamente que, sob tal proposta, deverá literalmente temer por sua vida e por sua propriedade. Porque esta solução me permitirá provocar um conflito com você e decidir este mesmo conflito em meu favor. Na verdade, sob tal proposta você em essência abdicará de seu direito à vida e à propriedade e até à pretensão de tal direito. Você só tem vida e propriedade na medida em que *eu concedo* tal direito, ou seja, desde que eu decida deixá-lo viver e manter o que quer que você considere seu. Em última análise, só eu tenho direito à vida e sou o dono de todas as coisas.

Ainda assim – e eis o enigma –, esta solução obviamente louca é a *realidade*. Para onde quer que você olhe, ela tem sido aplicada na forma da instituição de um estado. O estado é o juiz final em todos os casos de conflito. Não há apelo para além de seu veredicto. Se você entra em conflito com o estado, com seus agentes, são o estado e seus agentes que decidirão quem tem ou razão. O estado tem o direito de *taxá-lo*. Portanto é o estado que determina o quanto de sua propriedade você tem direito de manter – isto é, sua propriedade é apenas "transitória". E o estado pode fazer leis, legislar – isto é, toda a sua vida está à mercê do estado. Ele pode até mesmo mandar matá-lo – não em defesa de sua vida ou propriedade, e sim em defesa do estado ou do que quer que o estado considere "defesa" ou "propriedade estatal".

Como, então, e esta é a pergunta a que pretendo responder extensivamente agora, uma instituição tão louca e malévola pôde existir? Obviamente, ela não nasceu *ab ovo*, espontaneamente, como resultado da deliberação racional humana. Na verdade, historicamente, levou séculos para isso acontecer. No texto seguinte quero reconstruir este desenvolvimento passo a passo: desde o início de uma ordem social aristocrata natural, da maneira que foi instituída, apesar de ainda repleta de imperfeições, durante a baixa Idade Média europeia dos reis e dos senhores feudais, até sua substituição primeiro por reis absolutista depois por reis constitucionais e monarquias clássicas, o que aconteceu a partir do século XVII até o início do século XX, e por fim até a subsequente substituição da monarquia clássica pelas democracias (repúblicas parlamentares ou monarquias), tendo início com a Revolução Francesa, em 1789, e chegando ao auge com o fim da Primeira Guerra Mundial, a partir de 1918.

Apesar de termos aprendido na escola a encarar todo esse desenvolvimento como progresso – o que não é de admirar, pois a história sempre é escrita pelos vencedores –, reconstruirei isso aqui como uma sequência histórica de loucura e decadência progressivas. E, para responder imediatamente a uma questão que inevitavelmente surgirá diante deste meu relato revisionista: sim, o mundo atual é mais rico do que na Idade Média e na posterior era monárquica. Mas isso não prova que o mundo é mais rico *por causa* destes acontecimentos. Na verdade, como vou demonstrar indiretamente no texto seguinte, o aumento da riqueza social e dos padrões gerais de vida que a humanidade tem vivido neste tempo ocorreram *apesar* desses acontecimentos, e o aumento da riqueza e dos padrões de vida teriam sido maiores se a situação em questão **não** tivesse acontecido. Portanto, repito: como pessoas pacíficas, racionais e reais resolveram o problema dos conflitos sociais? E deixem-me dar ênfase à palavra "reais" aqui. As pessoas que tenho em mente e que ponderam sobre esta questão não são zumbis. Não existem por trás do "véu da ignorância", *à la* John Rawls (1921-2002), ilimitadas pela escassez e pelo tempo (não é de admirar que Rawls tenha chegado às conclusões mais perversas a partir de tal premissa!). Elas se encontram no meio da vida, por assim dizer, quando começam com suas ponderações. Conhecem bem o fato inquestionável da escassez e do tempo limitado. Já trabalham e produzem. Interagem com outros trabalhadores e outros produtores e têm bens apropriados sob seu controle, ou seja, bens de que têm posse. Na verdade, suas disputas invariavelmente são disputas quanto a posses antes sem disputa: se a posse deve ser respeitada ou se quem possui deve ser considerado o proprietário de direito ou não.

O que, portanto, as pessoas provavelmente aceitariam como solução ao que sugiro é isto: todos são, a princípio, supostos proprietários – dotados do direito de controle exclusivo – de todos os bens que já controlam e possuem e com respeito aos quais não há disputa. Este é o ponto de partida. Como proprietário, cada um tem, *a priori*, uma defesa maior das coisas em questão do que os que não controlam ou não possuem tais bens – e, consequentemente, se alguém interfere no controle que o proprietário exerce sobre tais bens, então esta pessoa está *a priori* do lado errado e o ônus da prova, isto é, demonstrar o contrário, lhe cabe. Mas, como esta última caracterização já demonstra, a posse presente não é o bastante para estar do lado certo. Há uma presunção em favor do primeiro e atual proprietário, e a demonstração de quem tem controle atual ou de quem assumiu o controle de algo primeiro está sempre no início de uma tentativa de resolução de conflito (porque, para reiterar, todo

conflito é um conflito entre alguém que já controla algo e alguém que quer controlá-lo). Mas há exceções a essa regra. O proprietário atual de um bem não é seu dono de direito se alguém demonstrar que o bem em questão foi antes controlado por ele e foi tirado dele contra sua vontade e consentimento – isto é, foi roubado ou furtado dele – pelo proprietário atual. Se ele puder demonstrar isso, então a propriedade lhe é devolvida e no conflito entre ele e o proprietário atual ele é considerado o certo. E o proprietário atual de alguma coisa não é o proprietário se apenas alugou a coisa em questão de alguém por algum tempo e em determinadas condições e a outra pessoa pode demonstrar isso apresentando, por exemplo, um contrato ou acordo de aluguel. E o proprietário atual de uma coisa tampouco é seu proprietário de direito se trabalhou em nome de outra pessoa, como seu empregado, a fim de utilizar ou produzir o bem em questão, e o empregador pode demonstrar isso apresentando, por exemplo, um contrato de emprego[81]

Os critérios, os princípios empregados na decisão de um conflito entre o controlador e proprietário atual de algo e as reclamações rivais de outra pessoa para controlar a mesma coisa são claros e pode se supor com segurança que um consenso universal em relação a eles pode e será alcançado pelas pessoas reais. O que os conflitos atuais carecem, então, não é a ausência da lei, e sim a ausência de consenso em relação aos fatos. E a necessidade de juízes e de árbitros de conflitos não é uma necessidade de legislação, e sim uma necessidade de encontrar a verdade e de aplicar determinada lei a casos individuais e situações específicas. Em outras palavras: as deliberações resultarão na ideia de que as leis não são feitas, mas descobertas, e que a tarefa do juiz é única e exclusivamente aplicar determinada lei a fatos estabelecidos ou por estabelecer.

Supondo, então, uma demanda por parte das entidades em conflito para que juízes especializados, árbitros e pacificadores não façam leis, mas apliquem determinada lei, para quem as pessoas se voltarão para satisfazer tal demanda? Obviamente, não se voltarão para qualquer um, pois a maioria das pessoas não tem capacidade intelectual ou caráter necessário para ser um bom juiz, e as palavras da maioria das pessoas, portanto, não têm autoridade e pouca ou nenhuma chance de serem ouvidas, respeitadas e aplicadas. Em vez disso, a fim de resolver seus conflitos e de fazerem com que o acordo seja reconhecido e respeitado por outros de forma duradoura, as pessoas se voltarão para as autoridades naturais, para os membros da aristocracia natural, para os nobres e os reis.

O que quero dizer aqui por aristocratas naturais, nobres e reis é

simplesmente isto: em toda sociedade com um grau mínimo de complexidade, alguns poucos indivíduos adquirem o *status* de elite natural. Em razão de conquistas superiores de riqueza, de sabedoria, de bravura ou de alguma combinação disso tudo, alguns indivíduos vêm a ter mais autoridade que os demais, e suas opiniões e julgamentos adquirem um amplo respeito. Além disso, por causa do acasalamento seletivo e das leis de herança civil e genética, as posições de autoridade geralmente são passadas dentro de poucas famílias "nobres". É para os líderes de tais famílias com registros estabelecidos de realizações superiores, visão de longo prazo e conduta exemplar que os homens geralmente se voltam com seus conflitos e reclamações uns contra os outros. São os líderes das famílias nobres os que geralmente agem como juízes e pacificadores, comumente sem cobrar, por um senso de dever cívico. Na verdade, este fenômeno pode ser observado ainda hoje em todas as comunidades pequenas.

Agora, de volta à questão sobre o resultado provável de uma deliberação entre pessoas reais quanto a como resolver o problema inerradicável dos conflitos interpessoais. Podemos facilmente imaginar, por exemplo, que haja um acordo geral de que em todos os casos de conflito alguém se volte para um indivíduo específico, para o líder da mais nobre das famílias, para o rei. Mas, como já indicado, é inimaginável que se concorde que este rei *faça* as leis. O rei estará sujeito às mesmas leis de todos. O rei deve apenas aplicar a lei, não fazê-la. E, para garantir isso, o rei jamais deve ter o monopólio de sua posição de juiz. Pode ser que todos realmente se voltem para ele em busca de justiça, ou seja, que ele tenha o monopólio "natural" como juiz e pacificador supremo. Mas todos permanecem livres para escolher outro juiz, outro nobre, se não estiverem satisfeitos com o rei. Ou seja, o rei não tem monopólio legal de sua posição como juiz. Se ele decide fazer leis, em vez de apenas aplicá-las, ou se comete erros na aplicação da lei, ou seja, se a interpreta errado, se é tendencioso ou falsifica os fatos de determinado caso, seu julgamento pode ser desafiado por outro tribunal nobre de justiça e ele pode ser considerado responsável por seus erros. Em resumo, o rei pode aparecer como líder do estado, mas certamente não é o estado, e sim parte de uma ordem natural, vertical e hierarquicamente estruturada: uma aristocracia.

Como já indicado, algo assim, algo semelhante a uma ordem aristocrática natural, existiu durante, por exemplo, a baixa Idade Média europeia, durante a infame era feudal. Como não é meu objetivo aqui me envolver com a história padronizada, ou seja, a história escrita por historiadores, e sim oferecer uma reconstrução

lógica e sociológica da história, com base em eventos históricos reais, e motivada mais por preocupações teóricas – filosóficas e econômicas –, não vou gastar tempo provando esta tese. Simplesmente faço referência breve a um livro sobre o assunto escrito por Fritz Kern (1884-1950) *Kingship and Law in the Middle Ages* [*Realeza e Direito na Idade Média*] (publicado originalmente na Alemanha em 1914), e a várias outras referências ao assunto contidas no meu livro *Democracia, o deus que falhou*. Somente um pouco sobre a suposta "era das trevas" do feudalismo e para apoiar minha afirmação de que a Idade Média pode servir de exemplo histórico do que acabo de descrever como uma ordem natural.

Os senhores feudais e os reis só podiam "taxar" com o consentimento dos taxados e, em sua própria terra, todo homem livre era equivalente a um soberano, ou seja, o tomador máximo de decisões, assim como o senhor feudal era em suas terras. Sem consentimento, a cobrança de impostos era considerada sequestro, ou seja, expropriação ilegal. O rei estava abaixo da lei e era subordinado a ela. O rei podia ser nobre, até o mais nobre de todos, mas havia outros nobres e outros não tão nobres, e todos os nobres e todos os homens livres eram igualmente subordinados às mesmas leis e deviam proteger e sustentar a lei. Essa lei era considerada antiga e eterna. "Novas" leis eram constantemente rejeitadas. A única função do rei medieval era a aplicação e a proteção da "boa e velha lei". A ideia do reinado por nascimento não existia no início da era medieval. Para se tornar rei, era preciso o consentimento dos que faziam a escolha, e todos os membros e todas as divisões da comunidade de eleitores eram livres para resistir ao rei se considerassem seus atos ilegais. Neste caso, as pessoas eram livres para abandonar o rei e procurar um novo soberano.

Esta breve descrição da ordem feudal, mais precisamente do feudalismo "alodial", deveria ser suficiente para meu objetivo. Deixem-me apenas acrescentar isto: não afirmo aqui que esta ordem fosse perfeita, uma ordem verdadeiramente natural, como a qualifiquei antes. Na verdade, ela era marcada por muitas imperfeições, principalmente a existência, em muitos lugares, da instituição da servidão (ainda que o fardo imposto aos servos fosse leve em comparação ao dos modernos pagadores de impostos). Só afirmo que essa ordem se aproximava de uma ordem natural por meio:

(a) da supremacia de *uma única* lei e da subordinação de todos a ela;
(b) da ausência do poder legislativo, e;
(c) da ausência do *monopólio* legal da judicialidade e da

arbitragem de conflitos. E afirmaria que este sistema poderia ter sido aperfeiçoado e mantido praticamente inalterado pela inclusão dos servos no sistema.

Mas não foi, o que aconteceu. Ao contrário, cometeu-se uma tolice econômica e moral. Criou-se um monopólio territorial da judicialização e, com isso, o poder da *legislatura* e separação da lei de sua subordinação à *legislação*. Os reis feudais foram substituídos primeiro por reis absolutistas e depois por reis constitucionais.

Conceitualmente, o passo do rei feudal sob a lei para o rei absoluto acima da lei é pequeno. O antigo rei feudal só insiste em que, daqui por diante, ninguém escolha outra pessoa que não ele mesmo como juiz final. Até então, o rei poderia ser a única pessoa à qual todos recorriam em busca de justiça, mas outras pessoas, principalmente outros nobres, podiam agir como juízes se quisessem e se houvesse demanda por tais serviços por parte de quem buscava justiça. Na verdade, todos eram livres para agir em autodefesa e em defesa de suas propriedades e para exercer o direito privado e a resolução de conflitos, e o próprio rei podia ser considerado responsável e julgado por outros tribunais, ou seja, por tribunais que ele não escolhesse. Proibir tudo isso e insistir que todos os conflitos fossem sujeitos à revisão final do rei, então, não é nada menos que um golpe, com consequências importantes. Como já indicado antes, com a monopolização da função do juiz final, o rei se tornou um estado e a propriedade privada foi essencialmente abolida e substituída por uma propriedade *transitória*, ou seja, propriedade cedida pelo rei aos súditos. O rei agora podia taxar a propriedade privada em vez de ter de pedir subsídios aos proprietários, e podia fazer leis em vez de estar sujeito a leis preexistentes inalteráveis. Por consequência lenta, mas constantemente, a aplicação da lei se tornou cada vez mais cara: em vez de ser gratuita ou oferecida em troca de um pagamento voluntário, a lei era financiada com a ajuda de impostos obrigatórios. Ao mesmo tempo, a qualidade da lei se deteriorou: em vez de sustentar a lei preexistente e aplicar princípios universais e imutáveis de justiça, o rei, como juiz monopolista sem medo de perder clientes como resultado de ser menos imparcial nos julgamentos, alterava sucessivamente a lei existente em vantagem própria.

Além disso, um novo nível e uma nova qualidade de violência foram introduzidos na sociedade. Para deixar claro, a violência caracterizara a relação entre os homens desde o início dos tempos, Mas a violência, a agressão, custa caro e, até o desenvolvimento da instituição do estado, um agressor tinha de pagar o preço total associado à agressão. Agora, contudo, com o rei-estado agindo o custo

da agressão podia ser transferido para terceiros (contribuintes e convocados para o exército), o que consequentemente aumentou a agressão, ou, mais especificamente, o imperialismo, ou seja, tentativas de agressivamente, por meio de guerra e conquista, aumentar o território ou a população súdita de alguém.

Mas como tal desenvolvimento foi possível, mesmo com consequências tão previsíveis? Apesar de não ser difícil entender por que o rei feudal quereria se tornar rei absoluto, ou seja, o chefe de estado – afinal quem, afora os anjos, não gostaria de estar numa posição em que pode decidir todos os conflitos, incluindo os conflitos que o envolvam? – É muito mais difícil entender como o rei, mesmo sendo o mais nobre dos nobres, pode sair imune de tal golpe. Obviamente, qualquer aspirante a rei-estado enfrentaria oposição imediata, provavelmente e mais violentamente de outros nobres, uma vez que eram estes que tipicamente possuíam mais e maiores propriedades e portanto, temeriam mais o poder do rei de cobrar impostos e legislar.

A resposta a esta pergunta é na verdade bem simples e bastante conhecida até hoje. O rei se alinhou com o "povo" ou o "homem comum". Apelou para o sentimento eterno e onipresente de inveja entre os "desprovidos" contra seus "superiores", seus senhores. Ofereceu libertá-los de suas obrigações contratuais diante dos senhores, transformá-los em proprietários e não em inquilinos das terras alheias, por exemplo, ou "perdoar" suas dívidas com os credores, e assim pôde corromper o senso público de justiça o bastante para tornar inócua a resistência aristocrática a este golpe. E, para consolar a aristocracia pela perda de poder e, assim, reduzir sua resistência, o rei lhes ofereceu cargos em suas cortes reais maiores.

Além disso, para alcançar seu objetivo de poder absoluto, o rei também se alinhou com os intelectuais, A demanda de serviços intelectuais é geralmente baixa, e os intelectuais, quase congenitamente, sofrem de uma autoimagem inflada e, portanto, são sempre suscetíveis e tornam-se facilmente ávidos promotores de inveja. O rei lhes ofereceu uma posição segura como intelectuais cortesãos, e eles retribuíram o favor e produziram o suporte ideológico necessário para dar apoio à posição do rei como governante absoluto. Fizeram isso por meio da criação de um mito duplo: por um lado, retrataram a história antes da chegada do rei absoluto sob a pior luz possível, como uma luta interminável de todos contra todos, sendo um homem o lobo do outro homem – contrário à história verdadeira de uma ordem aristocrática natural anterior. E, por outro lado, retrataram o postulado do rei ao poder absoluto como resultado de

uma espécie de acordo contratual dos súditos, supostamente alcançado racionalmente, com base no mito da ameaçadora volta à *bellum omnia contra omnes*.

Já demonstrei que tal contrato é inconcebível e que a ideia dele é puro mito. Ninguém lúcido assinaria tal contrato. Mas, sem que eu a precise enfatizar, essa ideia, ou seja, que o poder do estado como monopolista territorial da tomada de decisão final se baseia numa espécie de contrato, domina as mentes da população até hoje. Por mais absurdo que seja, os intelectuais da corte foram extremamente bem-sucedidos em seu trabalho.

Como resultado do trabalho ideológico dos intelectuais de promover o mito duplo – apresentar a ascensão dos monarcas absolutos como resultado de um contrato –, a monarquia absoluta se transformou em monarquia constitucional. Nos livros escolares e na historiografia oficial e ortodoxa, esta transição da monarquia absoluta para a constitucional geralmente é apresentada com um grande avanço na história da humanidade, como progresso. Na verdade, isso representou outra tolice e deu início a mais decadência. Porque, enquanto a posição do rei absoluto era na melhor das hipóteses tênue, com a lembrança da ascensão ao poder absoluto por meio de um ato de usurpação ainda viva, limitando efetivamente seu poder "absoluto", a introdução de uma constituição na verdade formalizou e codificou seu poder de cobrar imposto e de legislar. A constituição não era algo que protegia as pessoas do rei, e sim o rei das pessoas. Era a constituição do estado, que pressupunha o que ainda era considerado com muita suspeita, isto é, o direito de cobrar impostos sem o consentimento e de fazer leis. O rei constitucional, ao se sujeitar a algumas formalidades e rotinas procedurais obteve assim permissão para expandir seus poderes e enriquecer muito além do que lhe era possível como monarca absoluto.

Ironicamente, as mesmas forças que elevaram o rei feudal primeiro à posição de rei absoluto e depois à de rei constitucional – o apelo aos sentimentos igualitários e à inveja do homem comum contra os melhores e o aliciamento dos intelectuais – também ajudaram a provocar a decadência do rei e abriram caminho para outra tolice ainda maior: a transição da monarquia para a democracia.

Quando as promessas do rei de uma justiça melhor e mais barata se provaram vazias e os intelectuais se mostraram ainda insatisfeitos com sua posição social, como era previsível, os intelectuais voltaram contra o rei o mesmo sentimento igualitário que o rei havia utilizado em sua batalha contra a aristocracia. Afinal, o próprio rei era membro

da nobreza e, como resultado a exclusão de todos os outros nobres como juízes potenciais, sua posição se tornara mais elevada e elitista, e sua conduta ainda mais arrogante. Consequentemente, parecia lógico que o rei também devesse ser derrubado e que as políticas igualitárias que o rei iniciara fossem levadas a seu último estágio: o controle do judiciário pelo homem comum, que para os intelectuais eram eles mesmos, que se viam como "porta-vozes naturais do povo".

A crítica intelectual dirigida contra o rei não era uma crítica à instituição de um monopólio legal da tornada de decisões, o qual, como expliquei, constitui a tolice moral e econômica máxima e a raiz de todo o mal. Os críticos não queriam a volta da ordem aristocrática natural, na qual eles exerceriam um papel menor, ainda que importante. Mas, com sua crítica, fizeram um apelo superficial à velha ideia de igualdade de todos perante a lei ou de superioridade da lei sobre todos. Assim, argumentaram que a monarquia se baseava no privilégio pessoal e que tal privilégio era incompatível com a igualdade diante da lei. E sugeriram que, abrindo a participação e a entrada no governo do estado a todos igualmente – isto é, substituindo a monarquia pela democracia –, o princípio da igualdade de todos diante da lei foi realizado.

Por mais atraente que esse argumento possa parecer a princípio, ele é fundamentalmente errado. Porque a igualdade democrática diante da lei é totalmente diferente e incompatível com a velha ideia de uma lei universal, igualmente aplicável a todos, em todos os lugares e ocasiões. Na democracia, todos são iguais na medida em que a entrada no governo estatal é aberta em termos iguais. Todos podem ser reis, por assim dizer, não apenas um grupo privilegiado de pessoas, ou seja, o rei e quem quer que ele, em seu poder absoluto ou constitucional, designe como sucessor. Assim, numa democracia, não há privilégio pessoal ou pessoas privilegiadas. Mas privilégios funcionais e funções privilegiadas existem, sim. Agentes do estado, ou seja, as chamadas autoridades públicas, desde que ajam oficialmente, são orientados e protegidos pela lei pública e, assim, ocupam uma posição de privilégio diante das pessoas que agem sob a mera autoridade da lei privada.

Primeiramente, as autoridades públicas têm, como qualquer rei absoluto ou constitucional, permissão para financiar ou subsidiar suas próprias atividades por meio dos impostos. Isto é, elas não ganham seu dinheiro por meio da produção e da venda de bens e serviços a consumidores voluntários, como todo cidadão sob a lei privada deve fazer. Como autoridades públicas, podem se envolver e viver do que, em negócios privados e entre os que estão sujeitos à lei privada, é

considerado furto, roubo e saque. Assim, o privilégio e a discriminação legal – e a distinção entre governantes e súditos – não desaparecem na democracia. Ao contrário. Em vez de se restringir a príncipes e nobres, na democracia os privilégios alcançam todos. Todos podem participar e viver de saques e roubos, basta que se tornem autoridades públicas. Da mesma forma, parlamentos democraticamente eleitos não estão, como reis absolutos ou constitucionais, sujeitos a nenhuma lei natural e superior, ou seja, uma lei que não compuseram (como a chamada lei constitucional), mas podem legislar, isto é, podem fazer e mudar as leis. Enquanto um rei legisla em seu favor, na democracia todos são livres para promover e tentar aprovar legislações em seu favor, desde que encontrem um meio de entrar no parlamento ou no governo.

Previsivelmente, portanto, na democracia a tendência de todo monopólio da tomada de decisão a aumentar o preço da justiça e diminuir sua qualidade não declina, só aumenta.

Em teoria, a transição da monarquia para a democracia envolve não mais (nem menos) do que a substituição de um "proprietário" permanente e hereditário do monopólio – o rei – por "tratadores" temporários e intercambiáveis – presidentes, primeiros-ministros e membros do parlamento. Tanto os reis quanto os presidentes produzirão "males", ou seja, cobrarão impostos e legislarão. Mas um rei, por ser "proprietário" do monopólio e poder transmitir seu reino ao sucessor de sua escolha, seu herdeiro, tomará mais cuidado com as repercussões de suas ações sobre valores fundamentais

Como proprietário do capital em "seu" território o rei será comparativamente mais voltado para o futuro. A fim de preservar ou aumentar o valor de sua propriedade, sua exploração comparativamente moderada e calculada. Por outro lado, lideres democráticos temporários e intercambiáveis não são donos do país, mas, desde que estejam ocupando a liderança, têm poder de usá-lo em benefício próprio. Eles detêm o uso atual, mas não capital. Isso não elimina a exploração. Ao contrário, faz com que a exploração seja de curto prazo, orientada para o presente, sem cálculos, ou seja, sem se importar com o valor do capital. Em resumo, promove o consumo do capital.

Tampouco é vantagem para a democracia que exista entrada livre a todas as posições estatais (enquanto na monarquia a entrada se restringe à vontade do rei). Ao contrário, somente a competição na produção de bens é boa. A competição na produção de males, como a cobrança de impostos e a legislação, não é boa. Na verdade, é pior que

ruim. É o mal puro. Reis, tendo chegado à sua posição por virtude do nascimento, podem ser diletantes inofensivos ou homens decentes (e, se forem "loucos", serão rapidamente impedidos ou, se necessário, mortos por parentes próximos preocupados com as posses da família real, a dinastia). Já a escolha de governantes por meio de eleições populares torna essencialmente impossível a ascensão de uma pessoa decente ou inofensiva ao poder. Os presidentes e os primeiros-ministros alcançaram seus postos não como aristocratas naturais, como antes os reis feudais fizeram, ou seja, com base no reconhecimento de sua independência econômica, de sua realização profissional, de sua vida pessoal moralmente impecável, de sua sabedoria e de seu julgamento superiores, e sim como resultado de sua capacidade como demagogos moralmente desinibidos. Assim, a democracia praticamente assegura que somente homens perigosos cheguem ao posto mais alto do governo.

Além disso, na democracia, a diferença entre governantes e governados se torna turva. Existe até a ilusão de que esta distinção não existe mais: de que no governo democrático ninguém é governado por ninguém, e todos se governam. No mesmo sentido, a resistência pública contra o poder governamental é sistematicamente enfraquecida. Enquanto a exploração e a expropriação – taxação e legislação – antes poderiam parecer simplesmente opressivas e más ao público, agora parecem muito menos, sendo a humanidade o que é, uma vez que todos possam livremente entrar para o grupo daqueles que recebem, e consequentemente haverá mais disso.

Pior: na democracia, o caráter social e a estrutura da personalidade de toda a população mudarão sistematicamente. Toda a sociedade será totalmente politizada. Durante a era monárquica, a antiga ordem aristocrática se manteve mais ou menos intacta. Só o rei e, indiretamente, os membros de sua corte (exclusiva) podiam enriquecer a si próprios – por meio da cobrança de impostos e de legislação – à custa de outras pessoas e de suas propriedades. Todos os demais tinham de viver por conta própria, por assim dizer, e deviam sua posição social, sua riqueza e sua renda, a algum esforço de produção de valores. Na democracia, a estrutura de incentivos muda sistematicamente. Os sentimentos igualitários e a inveja reinam livremente. Todos, não apenas o rei, podem participar da exploração – por meio da legislação ou da taxação – de todos os demais. Todos são livres para expressar quaisquer demandas de confisco. Nada, nenhuma demanda, está além dos limites. Nas palavras de Frédéric Bastiat (1801-1850): "na democracia, o estado se torna a grande ficção de que todos buscam viver à custa de todos". Todas as pessoas suas propriedades pessoais estão ao alcance de todos e podem ser

confiscadas por todos.

No regime do “um homem um voto”, portanto, a incansável máquina da redistribuição de renda e de riqueza entra em ação. É de esperar que a maioria de desprovidos tente constantemente enriquecer à custa da minoria provida de algo. Isso não quer dizer que haverá apenas uma classe de ricos e uma de pobres e que a redistribuição – por meio da taxação e da legislação – ocorrerá uniformemente dos ricos para os pobres. Ao contrário. Embora a redistribuição dos ricos para os pobres sempre exerça papel importante e seja um traço permanente da democracia, seria ingenuidade supor que será a única ou até mesmo a forma predominante de redistribuição. Afinal, ricos e pobres geralmente são ricos e pobres por algum motivo. Os ricos são geralmente brilhantes e inventivos, e os pobres geralmente tolos, preguiçosos ou ambos. Não é provável que os tolos, mesmo que componham a maioria, sistematicamente superem e enriqueçam à custa de uma minoria de pessoas brilhantes e cheias de energia. A maior parte da redistribuição acontecerá dentro do grupo de não pobres, frequentemente composto por pessoas que tiveram sucesso sendo subsidiadas pelos pobres (basta pensar na educação universitária “gratuita”, por meio da qual a classe operária, cujos filhos raramente frequentam a universidade, pagam a educação dos filhos de classe-média!). Na verdade, muitos partidos rivais e coalizões tentarão ganhar à custa de outros. Além do mais, haverá muitos critérios instáveis para definir o que com que uma pessoa tenha (e mereça ser roubada) e outra não tenha (e mereça receber o produto do roubo) – e serão os intelectuais que exercerão um papel importante para definir e promover tais critérios (garantindo, é claro, que eles mesmos estejam sempre entre os desprovidos a merecer parte do saque). Os indivíduos também podem fazer parte de vários grupos de providos ou de desprovidos, perdendo aqui e ganhando ali em função de alguma característica, com alguns indivíduos terminando na ponta vencedora e outros na perdedora da rede de redistribuição.

De qualquer modo, como é invariavelmente algo valioso, algo “bom” que está sendo redistribuído – propriedade e renda – de que os ricos supostamente têm demais e os pobres de menos, qualquer redistribuição implica que o incentivo para gerar, ter ou produzir algo de valor – algo “bom” – é sistematicamente reduzido, e, *mutatis mutandis*, o incentivo de não gerar, não ter e não produzir algo de valor – de não ser nem ter algo “bom” – e de viver da renda e da riqueza redistribuídas é sistematicamente aumentado. Em resumo, a proporção de pessoas boas e de atividades boas e produtivas é reduzida, e a proporção de pessoas más ou não tão boas e de hábitos, traços de caráter e tipos de conduta não produtivos aumentará, com o

resultado geral do empobrecimento da sociedade tornado a vida cada vez mais desagradável.

Apesar de ser impossível prever o resultado exato da permanente luta democrática de todos contra todos, exceto que a aceitação de tudo levará a impostos cada vez maiores, ao fluxo interminável de legislações e, com isso, ao um aumento da incerteza jurídica, e consequentemente a um aumento na taxa da preferência temporal social, ou seja, um aumento na orientação de curto prazo (uma "infantilização" da sociedade), um resultado desta luta, um resultado da democracia pode ser previsto com segurança. A democracia produz e gera uma nova elite poderosa ou classe dominante. Os presidentes, os primeiros-ministros e os líderes do parlamento e de partidos políticos fazem parte dessa elite, e já falei deles como, essencialmente, demagogos amorais. Mas seria ingenuidade supor que eles são as pessoas mais influentes e poderosas. Em geral, são apenas agentes e delegados – os intermediários – de outras pessoas que permanecem à margem e fora da visibilidade pública. A verdadeira elite poderosa, que determina e controla quem será presidente, primeiro-ministro, líder do partido etc., são os plutocratas. Os plutocratas, como definido pelo grande, mas esquecido sociólogo norte-americano William Graham Sumner (1840-1910), não são apenas os super-ricos – os grandes banqueiros e os donos dos grandes negócios e da grande indústria. Ao contrário, os plutocratas são apenas uma subclasse dos super-ricos. São aqueles banqueiros e empresários super-ricos que perceberam o enorme potencial do estado como instituição capaz de cobrar impostos e legislar para seu próprio enriquecimento futuro ainda maior e que, com base nesta ideia, decidiram se envolver com a política. Eles percebem que o estado pode torná-los ainda mais ricos, seja dando-lhes subsídios, dando-lhes contratos estatais ou aprovando leis que os protegem da competição, e eles decidem usar suas riquezas para capturar o estado e usar a política como meio para alcançar enriquecimento ainda maior (em vez de enriquecerem somente por meios econômicos, ou seja, servindo melhor aos consumidores voluntários de seus produtos). Eles não precisam se envolver diretamente com a política. Eles tem coisas mais lucrativas e importantes a fazer do que desperdiçar tempo com a política cotidiana. Mas têm o dinheiro e a posição para "comprar" os políticos profissionais geralmente menos influentes, seja pagando-lhes subornos diretos ou concordando em empregá-los posteriormente, depois do turno na política profissional, como gerentes, consultores ou lobistas bem pagos, e assim conseguem influenciar decisivamente o curso da política em seu favor. Eles, os plutocratas, se tornarão os vencedores finais da constante luta de redistribuição de renda e de

riqueza que é a democracia. E entre eles (a verdadeira elite poderosa que fica de fora dos holofotes) e todos aqueles cuja renda (e riqueza) depende apenas ou em grande parte do estado e seu poder tributário (os funcionários do sempre crescente aparato estatal e todos os que recebem transferências de renda, os "clientes da assistência social") a classe média produtiva é cada vez mais sugada.

Não menos importante, a democracia também tem efeito profundo na condução das guerras. Já expliquei que os reis, por serem capazes de externalizar o custo da própria agressão sobre outros (por meio de impostos), tendem a ser mais que "normalmente" agressivos ou belicosos. Mas o motivo de um rei para a guerra é geralmente uma disputa em torno de propriedade ou de herança causada por uma rede complexa de casamentos interdinásticos e pela irregular, mas sempre recorrente, extinção de algumas dinastias. Como violentas disputas por heranças, as guerras monárquicas se caracterizam por seus objetivos territoriais limitados. Não são motivadas por ideologia, e sim por disputas por propriedades tangíveis. Mais do que isso, como disputas interdinásticas de propriedades, o público considera a guerra essencialmente assunto privado do rei a ser pago por ele mesmo e razão insuficiente para aumentos de impostos. Além do mais, como conflitos privados entre diferentes famílias de governantes, o público espera que o rei reconheça, e o rei se sente impelido a tal, uma clara distinção entre combatentes e não combatentes e que direcione seus esforços bélicos exclusivamente uns contra os outros e suas respectivas propriedades pessoais.

A democracia transforma radicalmente as guerras limitadas dos reis em guerras totais. Ao borrar a distinção entre governantes e governados, a democracia aumenta a identificação do povo com o estado. Uma vez que o estado é de propriedade de todos, como os democratas enganosamente propagam, então é justo que todos lutem pelo estado e que todos os recursos econômicos do país sejam mobilizados para o estado em suas guerras. E, como as autoridades públicas no comando dos estados democráticos não podem e não se dizem "donos" pessoais de um território estrangeiro (como um rei pode fazer), o motivo para a guerra se torna ideológico – glória nacional, democracia, liberdade, civilização, humanidade. Os objetivos são intangíveis e elusivos: a vitória das ideias, a rendição incondicional e a conversão ideológica dos perdedores (o que, como ninguém jamais tem certeza desta conversão, pode exigir o assassinato em massa de civis). As distinções entre combatentes e não combatentes também se tornam confusas e por fim desaparecem na democracia, e o envolvimento bélico em massa – a convocação e populares desfiles de guerra – e "efeitos colaterais" se tornam parte da

estratégia de guerra.

Estas tendências se fortalecerão ainda mais com a ascensão da nova elite dominante de plutocratas. Primeiro, os plutocratas perceberão rapidamente os enormes lucros que podem ter armando o estado, produzindo as armas e os equipamentos usados nas guerras, e ganhando contratos generosos e superfaturados financiados com impostos para tanto. Um complexo militar industrial será construído. Depois, ao contrário da maioria das pessoas que têm apenas interesses locais ou domésticos, os plutocratas super-ricos têm interesses financeiros também estrangeiros, potencialmente no mundo todo, e, a fim de promover, proteger e aplicar estes interesses estrangeiros, é natural que usem o poder militar do próprio estado para interferir, se intrometer ou intervir em assuntos externos em seu nome. Um acordo empresarial em países estrangeiros pode ter sido rompido ou uma concessão ou licença pode ser vencida lá – quase tudo pode ser usado para pressionar o próprio estado a sair em resgate e a intervir externamente. Na verdade, mesmo que a intervenção requeira que um país seja destruído, isso pode ser um benefício para eles, desde que somente eles recebam o contrato para reconstruir o país que as suas armas antes destruíram.

Finalmente, a tendência já em voga com a guerra dos reis de levar à maior centralização política rumo à criação de um império continua e é acelerada por meio das guerras democráticas.

Todo estado deve começar territorialmente pequeno. Isso facilita que pessoas produtivas fujam para escapar da taxação e da legislação. Obviamente, um estado não gosta que as pessoas fujam e tenta capturá-las expandindo o território. Quanto mais pessoas produtivas o estado controla, melhor será ele. Neste desejo expansionista, ele entra em conflito com outros estados. Só pode haver um monopólio da tomada de decisão em determinado território. Isto é, a competição entre diferentes estados é excludente. Ou A vence e controla o território, ou B. Quem ganha? Ao menos a longo prazo, vai ganhar o estado – e conquistar o território alheio ou estabelecer hegemonia sobre ele e obrigá-lo a pagar impostos – que pode se aproveitar parasitariamente de economia comparativamente mais produtiva. Isto é, em condições normais, os estados mais “liberais”, ou seja, estados com impostos comparativamente menores e pouca regulação, vão vencer os estados menos “liberais”, ou seja, mais opressores, e expandir seu território ou a extensão de seu controle hegemônico.

Falta apenas um importante elemento nesta reconstrução da tendência ao imperialismo e à centralização política: o dinheiro.

Como monopolista territorial da legislação, todo estado, seja ele monárquico ou democrático, imediatamente reconheceu o potencial imenso para seu enriquecimento – para além de qualquer coisa propiciada pelos impostos – criado pelo controle monopolista do dinheiro. Ao se autodenominar único produtor de dinheiro, o estado poderia aumentar e inflar a oferta de dinheiro por meio da depreciação monetária: produzir dinheiro mais barato e consequentemente "sem valor", como o papel-moeda, que pode ser produzido a custo praticamente nulo, permitindo assim ao estado "comprar" bens não monetários sem custo algum. Mas, num ambiente de estados múltiplos e competitivos, de papéis-moedas e de áreas fazendárias, surgiram limitações a esta política da "expropriação por meio da inflação". Se um estado inflaciona mais que o outro, seu dinheiro tende a se depreciar no mercado monetário em relação a outras moedas, e as pessoas reagem a isso vendendo o papel mais inflacionado e comprando-o menos. O dinheiro "melhor" tenderia a vencer o dinheiro "pior".

Pode-se evitar isso somente se as políticas inflacionárias de todos os estados forem coordenadas e se for criado um cartel inflacionário. Mas qualquer cartel assim seria instável. Pressões econômicas internas e externas tenderiam a destruí-lo. Para que o cartel seja estável, é preciso um executor dominante – o que nos leva de volta ao tema do imperialismo e da construção de impérios. Pois um estado militarmente dominante, que detenha a hegemonia, pode e vai usar sua posição para instituir e aplicar uma política de inflação coordenada e de imperialismo monetário. Ele ordenará que seus estados vassalos acompanhem sua própria inflação. Isso pressionará ainda mais os estados menores a aceitar seu dinheiro como moeda de reserva e, em última análise, a substituir todas as outras moedas concorrentes por um único papel-moeda, usado mundialmente e controlado por ele próprio, de modo a expandir seu poder explorador sobre outros territórios e, por fim, todo o mundo, até mesmo sem guerra ou conquista.

Mas – e com isso vou lentamente me aproximando do fim da minha história da tolice e decadência econômica e moral e já me aproximo de uma saída possível – o imperialismo e a construção de impérios também têm as sementes da sua própria destruição. Quanto mais perto um estado chega do seu objetivo de dominação mundial e de um governo global e papel-moeda únicos, menos motivos tem para manter o liberalismo interno e fazer o que todos os estados estão inclinados a fazer de qualquer modo, ou seja, reprimir e aumentar a exploração das pessoas produtoras que ainda restarem.

Consequentemente, sem mais pagadores de impostos e com a produtividade doméstica estagnada ou em decadência, as políticas internas de pão e circo do império e suas políticas externas de guerra e dominação não podem mais ser mantidas. A crise econômica se estabelece, e um colapso econômico iminente estimulará tendências decentralizadoras e movimentos separatistas, o que levará ao fim do império.

Qual, então, é a moral da minha história? Tentei tornar o mundo atual inteligível, reconstruí-lo como resultado previsível de uma série de erros morais e econômicos sucessivos e cumulativos.

Todos sabemos os resultados. O preço da justiça aumentou astronomicamente. A carga tributária imposta a proprietários e produtores torna o fardo imposto aos escravos e servos moderado, em comparação. Da mesma forma, o débito dos governos também alcançou níveis assombrosos. Em todos os lugares, os estados democráticos estão prestes a falir. Ao mesmo tempo, a qualidade da lei se deteriora constantemente ao ponto em que a ideia da lei como corpo de princípios universais e imutáveis da justiça desapareceu da opinião e da consciência públicas, substituída pela ideia da lei como legislação. Todos os detalhes da vida privada, da propriedade, do comércio e do contrato são regulados cada vez mais por montanhas de documentos legais. Em nome da segurança nacional, pública ou social, os zeladores democráticos nos "protegem" do aquecimento e do resfriamento globais, da extinção de animais e de plantas e do esgotamento dos recursos naturais, dos maridos e das esposas, dos pais e dos patrões, da pobreza, da doença, do desastre, da ignorância, do preconceito, do racismo, do machismo, da homofobia e de incontáveis outros "inimigos" públicos e "perigos". Ainda assim, a única tarefa que o governo supostamente deveria assumir – proteger a vida e a propriedade –, ele não o realiza. Ao contrário, quanto mais o gasto do estado em segurança nacional e em programas sociais e públicos aumentou, mais os direitos à propriedade privada diminuíram, mais a propriedade foi expropriada, confiscada, destruída e depreciada, e mais as pessoas foram privadas da própria fundação de todas as proteções: a independência pessoal, a força econômica e a riqueza privada. Quanto mais leis novas foram produzidas, mais se criaram incerteza jurídica e ameaça moral, e a lei e a ordem foram substituídas pela ilegalidade. E, enquanto nos tornamos cada vez mais dependentes, impotentes, pobres, ameaçados e inseguros, a elite governante de políticos e de plutocratas se tornou cada vez mais rica, mais corrupta, perigosamente armada e arrogante.

Da mesma forma, conhecemos o cenário internacional. Os

Estados Unidos, antes comparativamente liberais, por meio de uma série aparentemente interminável de guerras – guerras supostamente para tornar o mundo seguro para a democracia, mas na verdade guerras para a dominação mundial dos Estados Unidos e seus plutocratas – alcançaram o posto de principal império mundial e força hegemônica global, intrometendo-se em assuntos domésticos e impondo seu domínio a vários outros países, a suas elites poderosas e populações. Além disso, como império mundial dominante, os Estados Unidos também estabeleceram sua moeda o dólar norte-americano, como a principal moeda das reservas internacionais. E, com o dólar usado como reserva por bancos centrais (governos) estrangeiros, os Estados Unidos podem impor um permanente "déficit sem lágrimas". Isto é, os Estados Unidos não têm que pagar seus excessos de importações em relação às exportações, como é normal entre parceiros "iguais" ou seja, gerar mais exportações (exportações compensando importações!). Em vez de usar seus ganhos com exportações para comprar bens norte-americanos para o consumo interno, os governos estrangeiros e seus bancos centrais, como sinal de seu *status* de vassalos em relação aos dominantes Estados Unidos, usam suas reservas em dólares para comprar títulos do tesouro norte-americano para ajudar os norte-americanos a consumir além de seus meios à custa das populações estrangeiras.

O que tentei mostrar aqui é por qual motivo nada disso é um acidente histórico, e sim algo que era previsível. Não com todos os detalhes, é claro, mas pelo menos no que diz respeito a um padrão geral de desenvolvimento. Tentei mostrar que o maior erro cometido, o que levou a estes resultados deploráveis, foi a criação de um monopólio territorial de tomada de decisão, ou seja, um estado, e, assim, toda a história que nos ensinam e nos contam nas escolas e nos livros didáticos padrão, a qual apresenta a democracia como a maior realização da civilização humana, é justamente o contrário da verdade.

Portanto, a última pergunta é: "podemos corrigir este erro e voltar a ordem social aristocrática natural?" Escrevi e tenho falado a respeito da solução final: como uma ordem natural moderna – uma sociedade de leis privadas – poderia funcionar e funcionaria, mas só posso me referir aqui brevemente a essas obras.[82] Em vez disso, quero apenas mencionar sucintamente aqui, no final, alguns temas de estratégia política: como podemos alcançar a solução final que eu e outros, como meu grande professor Murray Rothbard, temos proposto – levando em conta a situação atual.

Como indicado, o sistema democrático está à beira do colapso

econômico e da falência, principalmente desde os acontecimentos de 2007, com a grande e ainda corrente crise financeira e econômica. A União Europeia e o euro estão enfrentando problemas fundamentais, assim como os Estados Unidos e o dólar americano. Na verdade, há sinais nefastos de que o dólar está aos poucos perdendo seu *status* de moeda predominante das reservas internacionais. Nesta situação, não muito diferente da situação posterior ao colapso da União Soviética, incontáveis movimentos decentralizadores ou separatistas ganharam força, e eu diria que o máximo de apoio ideológico possível foi dado a tais movimentos.

Pois mesmo que, como resultado de tais tendências descentralizadoras, novos estados surjam, democráticos ou não, estados territorialmente menores e uma maior competição política tenderão a encorajar a moderação quanto à exploração estatal das pessoas produtivas. Basta olhar para Liechtenstein, Mônaco, Singapura, Hong Kong e até a Suíça, com seus pequenos cantões ainda poderosos em comparação com o governo central. Idealmente, a descentralização deveria alcançar até o nível das comunidades individuais, das cidades livres e das aldeias que já existiram em toda a Europa. Apenas pense nas cidades da Liga Hanseática, por exemplo. De qualquer forma, mesmo que pequenos estados surjam ali, somente em pequenas regiões, distritos e comunidades, a estupidez, a arrogância e a corrupção de políticos e dos plutocratas locais tornar-se-ão quase que imediatamente visíveis ao público e poderão ser corrigidas e retificadas rapidamente. E somente em unidades políticas muito pequenas também seria possível que membros de uma elite natural, ou o que quer que reste de tal elite, recuperem o *status* de árbitros de conflitos e de juízes de paz reconhecidos voluntariamente.

Posfácio de Rick Theu

Quando li esse manuscrito de Hoppe, fiquei maravilhado com toda a artimanha e sagacidade intelectual do filósofo austríaco em descontruir mitos consolidados no conhecimento e na História humana e demonstrar a veracidade da teoria austríaca dentro dos fatos da História.

Hoppe consegue ser um polímata numa época de "especialistas" e fornece deduções e conclusões de maneira inovadora, clara e muito cativante, mantendo o leitor fascinado com a verdade escancarada em seus olhos, oculta até então por pseudo-teorias.

Como você pode vislumbrar no presente trabalho do professor Hoppe, seu tamanho diminuto não ofusca a grandeza e genialidade de seu conteúdo, estando em grau de complexidade e importância similar a seus trabalhos Democracia: O deus que falhou e Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo, demonstrando toda amplitude do conhecimento vasto de seu autor, que não se restringe à economia e filosofia política, mas adentra com coragem os campos da antropologia, da história, da biologia e da cultura, como um arqueólogo do saber, revirando a poeira deixada por mentiras e revelando fatos inimagináveis, respaldados por sua lógica impecável, digna de um verdadeiro austríaco e discípulo de Mises.

Suas "sacadas" geniais partem de uma reconstrução da visão histórico-econômica da humanidade, percorrendo nossos anos primevos, até a sociedade atual, expondo nossos progressos e nos declínios, atacando com potência e qualidade, teorias dialéticas e "mainstreams", com seus mitos do "selvagem bondoso", ou estado de natureza belicoso, de contrato social e todas outras falácias filosóficas que foram desenvolvidas ao longo da história visando solapar a verdade, a família, a propriedade privada e a soberania do indivíduo.

Resta concluir que, embora Uma Breve História do Homem seja um livro de "menor" expressão, resultado de anos de pesquisa e obras, o mesmo evidencia que o autor mantem o nível intelectual e continua inovador e sólido, se mostrando como o maior defensor do austrolibertarianismo vivo, como também um dos maiores pensadores da nossa época.

Presto meus agradecimentos ao ilustre filósofo, por nos ter presentado com uma magnifica obra que tenho certeza que você gostou, e que tive o prazer de ler e editar — pagando uma pequena

parcela pelo que Hoppe e os austríacos nos proporcionaram com suas maravilhosas teorias e obras que nos esclarecem em tempos de escuridão intelectual e declínio moral do homem.

Sobre o autor

Hans-Hermann Hoppe é um membro sênior do Ludwig von Mises Institute, fundador e presidente da Property and Freedom Society e co-editor do periódico Review of Austrian Economics. Ele recebeu seu Ph.D e fez seu pós-doutorado na Goethe University em Frankfurt, Alemanha. Ele é o autor, entre outros trabalhos, de *Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo* e *A Economia e a Ética da Propriedade Privada*.

Notas

ROTHBARD, Murray N. “Beyond Is And Ought”. *Liberty*, Volume 2, Number 2 (November 1998): 44-45. (N. E.)

[←2]

Em língua portuguesa o livro está disponível como: HOPPE, Hans-Hermann. *Democracia, o deus que falhou: A Economia e a Política da Monarquia, da Democracia e da Ordem Natural*. Trad. Marcelo Werlandg de Assis. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. (N.E.)

[←3]

O autor refere-se a seguinte obra: KUEHNELT-LEDDIHN, Erik von. *Liberty or Equality: The Challegne of our Time*. Front Royal: Christendom Press, 1952. (N. E.)

Vinícius Antunes de Proença. https://medium.com/@vinnieantunes/pref%C3%A1cio-a-edi%C3%A7%C3%A3o-clandestina-da-obra-uma-breve-hist%C3%B3ria-do-homem-progresso-e-decl%C3%ADnio-7c2858e357cb

A respeito disso, ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. New York: Penguin Press, 2006

[←6]

Sobre as funções "superiores" e "inferiores" da linguagem, ver: BUEHLER, Karl. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache. Stuttgart*: UTB, 1982 [1934]. Em especial, ver também: POPPER, Karl R. Conjectures and Refutations. Londres: Routledge, 1963. p. 134 s. [Disponível em língua portuguesa na seguinte edição: POPPER, Karl R. *Conjecturas e Refutações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1980. (N. E.)]; POPPER, Karl R. *Objective Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 1972. Cap.3, p. 119-22, Cap. 6, seções 14-17 [Lançado em português como: POPPER, Karl R. *Conhecimento Objetivo*. Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte, Editora. Itatiaia, 1975. (N. E.)].

Luigi Luca Cavalli-Sforza estabelece a origem da linguagem em cerca de cem mil anos atrás, mas, tendo em vista a evidência arqueológica citada acima, a data posterior, mais recente, de apenas cinquenta mil anos atrás, parece mais provável. Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 93.

Ibid., *Ibidem*, p. 92

WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., p. 8, 58. A estimativa de Cavalli-Sforza é consideravelmente maior: cinquenta mil. Ver: CAVALLISFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. Op. cit., p. 50.

[←10]

Idem. *Ibidem*, p. 30

[←11]

O igualitarismo das sociedades caçadoras e coletoras não deve, no entanto, ser excessivamente enfatizado ou idealizado. Estas sociedades também se caracterizavam por aspectos hierárquicos profundos. Semelhantemente ao que se conhece do reino animal, os homens ocupavam uma posição superior às mulheres e as dominavam. Frequentemente, as mulheres eram "tomadas" e tratadas pelos homens da mesma maneira que mercadorias do mundo "externo" são tomadas e tratadas: apropriadas, roubadas, usadas, abusadas e comercializadas. As crianças ocupavam uma posição inferior à dos adultos. Além disso, existiam hierarquias tanto entre os membros da sociedade do sexo masculino quanto do feminino, dos machos e fêmeas alfa dominante até os membros inferiores da sociedade. Ocorriam disputas por status, e aquele que não aceitasse a ordem estabelecida sofria punições severas. Os perdedores nesta disputa por status mais elevado corriam o risco de serem feridos e até de morrer, ou, na melhor das hipóteses, de serem expulsos da tribo. Em suma: ainda que a vida tribal proporcionasse um padrão de vida confortável em termos de comida e de lazer abundantes, estava longe de ser confortável nos termos da tão desejada "autonomia individual" dos dias de hoje. Pelo contrário, a vida no domicílio tribal implicava disciplina, ordem e submissão.

[←12]

Ver: LEE, Richard & DE VORE, I. (Ed.). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine, 1968; HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings: The Origins of Cultures*. New York: Vintage Books, 1977. Cap. Esp. 2.

[←13]

Harris, Canibais e Reis, p. 19 ss.

[←14]

Nas palavras do próprio Thomas Hobbes no original em inglês: “solitary, poor, nasty, brutish, and short”. Ver: HOBBES, Thomas. *Leviathan*: *Or, the Matter, Form, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*. Editado por Sir William Molesworth. London: John Bohn, 1839. Book I, Chapter XIII, p. 113. Utilizamos aqui o trecho equivalente da seguinte edição em língua portuguesa: HOBBES, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Livro I, capítulo XIII, p. 80. (N. E.).

[←15]

Assim, por exemplo, escreve Marvin Harris (1927-2001): “Em toda a França durante o fim da Idade da Pedra, provavelmente não existiam mais que vinte mil e talvez apenas 1.600 seres humanos”. Ver: HARRIS, Marvin. *Cannibals and Kings*. p. 18

[←16]

Na obra *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* [*Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*] publicada originalmente em 1755, o pensador suíço defende que "o homem é naturalmente bom", tendo sido pervertido pela sociedade em consequência dos progressos realizados e dos conhecimentos adquiridos (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Intr. e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado; trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p. 297). A temática se repete no capítulo I do livro I em *Du Contrat Social* [*Do Contrato Social*], de 1762, a principal obra deste autor, que, dentre outras edições, se encontra disponível como: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Intr. e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado; trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Ver, também: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou Da Educação. Intr. Michel Launay; Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 310. (N. E.)

[←17]

Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., Cap. 8 e p. 150-54. Ver, também: KEELEY, Lawrence H. *War Before Civilization*. New York: Oxford University Press, 1996 [Em língua portuguesa a obra está disponível na seguinte edição: KEELEY, Lawrence H. *A Guerra Antes da Civilização: O Mito do Bom Selvagem*. Trad. Fabio Faria. São Paulo: É Realizações, 2011. (N. E.)].

[←18]

CHAGNON, Napoleon. “Life Histories, Blood Revenge, and Warfare in a Tribal Population”. *Science, Volume 239*, Issue 4843 (26 February 1988): 985-92.

[←19]

KEELEY, Lawrence H. *War Before Civilization*. Op. cit., p. 33; WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op., cit. p. 151ss.

[←20]

Veja também Steven LeBlanc, *Constant Battles* (Nova York: St. Martin's Press, 2003).

[←21]

Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., p. 154-58. Ao contrastar a ferocidade dos homens primitivos com os modernos, Wade, seguindo Keeley, observa: “Quando guerreiros primitivos deparavam com as tropas de sociedades civilizadas em combate aberto, frequentemente as derrotavam, apesar da imensa diferença entre os armamentos utilizados. Nas guerras contra os indígenas, o exército dos Estados Unidos ‘costumava sofrer derrotas severas’ quando os enfrentava em terreno aberto, como ocorreu contra os seminoles em 1834, bem como na Batalha de Little Bighorn. Em 1879, o Exército Britânico na África do Sul, equipado com artilharia e metralhadoras Gatling, foi derrotado com contundência por zulus armados em sua maior parte com lanças e escudos de pele de boi nas batalhas de Isandlwana, de Myer’s Drift e de Hlobane. Os franceses foram repelidos pelos tuaregues do Saara na década de 1890. Os exércitos destes estados só conseguiram prevalecer, ao fim, devido a um número maior de soldados e de campanhas de desgaste, e não devido a uma habilidade superior em combate” (WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., p. 152).

[←22]

MISES, Ludwig von. Human Action: A Treatise on Economics. Chicago: Regnery, 1966. p. 144. [Substituímos a citação pela passagem equivalente da tradução para o português. Ver: MISES, Ludwig von. Ação Humana. Op. cit., p. 184. (N. E.)].

[←23] Indiretamente, esta observação do antagonismo irreconciliável entre os membros de diferentes tribos dentro da estrutura das sociedades caçadoras e coletoras também proporciona um primeiro indicador acerca do que é necessário para a cooperação pacífica entre os homens. Para que os membros de diferentes tribos não se vejam como inimigos, mas como colaboradores em potencial, deve existir uma produção genuína de bens de consumo (além da mera apropriação dos bens de consumo fornecidos pela natureza). O pré-requisito mínimo é que exista uma produção de bens de consumo no sentido do armazenamento de excedentes (que estejam sendo poupados para o consumo futuro). Pois somente se o homem acrescentar, desta maneira, algo à natureza – algo que, sem seu esforço deliberado, não existiria – pode existir um motivo para que um homem poupe a vida de outro para seu próprio bem (por seus próprios motivos egoístas e para sua própria vantagem). Como os proponentes da tese de que a civilização gera a guerra gostam de apontar, o próprio fato de que um homem acrescentou algo à oferta de bens fornecidos pela natureza também serve como motivo para que outro homem cometa um ato de agressão para roubá-lo de seu produto. Mas certamente existem menos razões para matar este homem do que para matar um homem que não acrescentou nada e apenas apropria e consome aquilo que lhe é dado (e assim reduzindo, inevitavelmente, o que está disponível para os outros). Além disso, na medida em que um homem acrescenta algo ao total da oferta de bens disponíveis, também existe uma razão para que outro homem não interfira com suas atividades, mas, em vez disso, deixe-o prosseguir e se beneficie dele e de sua atividade ao realizar com ele trocas comerciais mutuamente benéficas e, por consequência, desenvolver sentimentos solidários com este seu semelhante. Deste modo, embora a civilização não elimine os impulsos agressivos do homem, pode diminui-los e atenuá-los e de fato o faz.

[←24]

Na realidade, o último grande período de aquecimento, também chamado de período interglacial, já havia terminado havia cerca de 120.000 anos. Durante este período, isto é, há mais de 120.000 anos, hipopótamos habitavam a região do Reno, e o Tâmisa e o norte da Europa tinham uma espécie de “aparência africana”. A partir de então, as geleiras avançaram progressivamente para o sul, e o nível do mar acabou recuando em mais de cem metros. O Tâmisa e o Elba tornaram-se afluentes do Reno, antes que este desaguasse no Mar do Norte, e, de lá, no Atlântico. Ver: REICHHOLF, Josef H. *Eine kurze Naturgeschichte des letzten Jahrtausends*. Frankfurt: Fischer, 2007. p. 15ss. Quando este período terminou, de maneira muito repentina, há doze mil anos, as geleiras é que recuaram rapidamente e o nível do mar subiu, não em milímetros por ano, mas muito rapidamente, de maneira semelhante a uma enchente. Dentro de um período de tempo muito curto, a Inglaterra e a Irlanda, que estavam até então ligadas ao continente europeu, tornaram-se ilhas. O Mar Báltico e boa parte do atual Mar do Norte surgiram. Da mesma forma, boa parte do Golfo Pérsico atual data deste período. Ver: Idem. Ibidem. p. 49ss.

[←25]

Para maiores detalhes, ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., cap. 5. Ver, também: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*. New York: Norton, 1997. cap. 1 [Em língua portuguesa a obra está disponível na seguinte edição: DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: Os Destinos das Sociedades Humanas*. Trad. Silvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 19ª ed., 2017. (N. E.)].

[←26]

Ver: WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., p. 96-99.

[←27]

Ibid., Pp. 20–25.

[←28]

Ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. Genes, *Peoples, and Languages*. Op. cit., p. 94.

[←29]

RUHLEN, Merritt. *The Origin of Language: Tracing the Evolution of the Mother Tongue*. New York: Wiley, 1994.

[←30]

Para uma tabela que mostra a correlação entre as famílias genéticas e linguísticas e as árvores de suas descendentes, ver: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Peoples, and Languages*. Op. cit., cap. 5, em especial a p. 144. Ver também: CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca & CAVALLI-SFORZA, Francesco. *The Great Human Diasporas: The History of Diversity and Evolution*. Cambridge: Perseus Books, 1995. cap. 7; WADE, Nicholas. *Before the Dawn*. Op. cit., cap. 10, p. 102ss.

[←31]

Durante o período atual, o Holoceno, no entanto, as temperaturas continuam a mostrar variações significativas. Há cerca de dez mil anos, depois de um período de aquecimento de milhares de anos, as temperaturas atingiram o patamar atual. Por diversas vezes, desde então, as temperaturas aumentaram consideravelmente acima deste patamar (em até dois graus Celsius): de 8.000 a 6.800 anos atrás, de 6.000 a 5.500 anos atrás, de 5.000 a 4.000 anos atrás, de 2.500 a 2.000 anos atrás, bem como do século X ao XIV, durante o chamado período de aquecimento medieval. Da mesma forma, ocorreram diversos períodos com temperaturas significativamente mais baixas que as atuais: de 9.000 a 8.000 anos atrás, de 6.800 a 6.000 anos atrás, de 4.000 a 2.500 anos atrás, do século II ao VIII e, ainda, do século XIV a meados do século XIX, a chamada Pequena Era do Gelo. Ver: REICHHOLF, Josef H. *Eine kurze Naturgeschichte des letzten Jahrtausends*. Op. cit., p. 27.

[←32]

Idem. Ibidem. p. 23ss.

Ludwig von Mises, *Ação Humana* p. 209

[←34]
Ibid.

[←35]

Empiricamente, parece que o “número mágico”, isto é, o número ideal para o tamanho populacional de uma sociedade caçadora e coletora, era algo entre cinquenta e cem pessoas por um território de cerca de cinquenta a cem milhas quadradas (uma pessoa por milha quadrada). Por volta deste ponto específico, todas as vantagens oferecidas pela divisão do trabalho são exauridas. Se o tamanho populacional excedesse este número “mágico”, os padrões médios de vida seriam cada vez mais ameaçados, e esta ameaça aumentava ainda mais se tribos vizinhas, devido a seu próprio crescimento populacional interno, aumentassem suas incursões territoriais, diminuindo assim ainda mais a oferta de bens fornecidos pela natureza disponíveis para os membros da primeira tribo. A pressão populacional interna, assim como a externa, passa então a exigir uma solução para um problema cada vez mais urgente: a própria sobrevivência.

[←36]

Ver: MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. Op. cit., p. 163-67. Anteriormente a temática foi abordada da mesma forma pelo autor em: MISES, Ludwig von. *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*. Indianapolis: Liberty Classics, 1981. p. 174-75. Ver, também: HOPPE, Hans-Hermann. *Kritik der sozialwissenschaftlichen Sozialforschung: Untersuchungen zur Grundlegung von Soziologie und Oekonomie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985. p. 59-64.

[←37]

Na verdade, a caça excessiva e a extinção animal desempenharam um papel decisivo, especialmente nas Américas, que só foram ocupadas após a invenção do arco e flecha. Embora as Américas apresentassem originalmente quase a mesma fauna que o continente eurasiano – afinal, por milhares de anos os animais puderam se deslocar de um continente para outro através da ponte terrestre da Beríngia –, na altura da redescoberta europeia da América, há cerca de quinhentos anos, todos os grandes mamíferos domesticáveis (com exceção da lhama na América do Sul) já haviam sido caçados até sua extinção. Da mesma forma, agora se suspeita que toda a megafauna que habitou a
Austrália teria sido caçada até sua extinção (com exceção do canguru-vermelho). Este evento teria ocorrido há cerca de quarenta mil anos, alguns poucos milhares de anos depois da chegada do homem à Austrália, e sem o auxílio do arco e flecha, somente com armas muito primitivas e com o uso do fogo, utilizado para aprisionar os animais. Sobre este assunto, ver: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel*. Op. cit., p. 42ss.

[←38]

Embora as mudanças implementadas pela "Revolução Neolítica" tenham permitido o sustento de uma população maior, o problema malthusiano estava fadado a surgir novamente, e a solução aparentemente derradeira para o problema só foi alcançada com a chamada "Revolução Industrial", iniciada na Europa no fim do século XVII. Sobre este assunto, ver o capítulo seguinte, "Da Armadilha Malthusiana à Revolução Industrial: Reflexões sobre a Evolução Social".

[←39]

Ver, também: HART, Michael H. Underst*anding Human History*. *Augusta: Washington Summit Publishers*, 2007. p. 139ss.

[←40]

Sobre esta distinção, ver: ROTHBARD, Murray N. *Man, Economy, and State*. Los Angeles: Nash, 1970. cap. 1.1

[←41]

MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Grove City: Libertarian Press, 1994. p. 52.

Mises, *Ação Humana* , p. 125

[←43]

Ver também: HOPPE, Hans-Hermann. *Eigentum, Anarchie und Staat: Studien zur Theorie des Kapitalismus.* Leipzig: Manuscriptum, 2005. cap. 4, em especial p. 106ss.

[←44]

HART, Michale H. *Undestanding Human History*. *Op. cit.*, p. 162

[←45]

Estima-se que com a apropriação de terras e a mudança consequente de uma existência caçadora e coletora para a de agricultores e horticultores e criadores de animais tornou possível o sustento de uma população de dez a cem vezes maior que a que podia ser sustentada anteriormente num mesmo espaço de terra.

[←46]

Diamond, *Guns, Germs e Steel*. pp. 100, 167.

[←47]

Wade, Before the Dawn , pp. 109–13.

[←48]

Incidentalmente, análises genéticas revelaram que todos os cães atuais, incluindo os das Américas, provavelmente se originaram de uma única ninhada localizada em algum lugar da Ásia oriental. Ou seja, parece que a domesticação do cão não ocorreu de maneira independente, em diversos lugares, mas em um único lugar, a partir do qual se expandiu para, por fim, abranger todo o globo.

[←49]

Veja Helmut Schoeck, *Inveja: Uma teoria do comportamento social* (Nova York: Harcourt, Brace & World, 1970).

[←50]

Veja Konrad Lorenz, Man Meets Dog (Nova York: Routledge, 2002; edição alemã original 1954).

[←51]

Notavelmente, até nos dias de hoje, com a disponibilidade de sistemas de alarmes eletrônicos altamente sofisticados, o latido dos cães é o que oferece proteção mais eficaz contra roubos.

[←52]

Ver: DIAMOND, Jared. *Guns, Germs, and Steel*. Op. cit., cap. 9, em especial p. 168-75.

[←53]

MALTHUS, Thomas R. An Essay on the Principle of Population. London: J. Johnson, 2ª Ed., 1803. cap. 10. [A obra está disponível em português na seguinte edição: MALTHUS, Thomas. Ensaio sobre a População. Apres. Ernane Galvêas; Trad. Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo & Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (N. E.)].

[←54]

Sobre este tema, ver: ENGELS, Friedrich. Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates. In: Marx-Engels-Werke: Band 21. Berling: Dietz Verlag, 1884. [Dentre outras edições, o livro pode ser encontrado na seguinte tradução em português: ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 9ª ed., 1984. (N. E.)]

[←55]

ENGELS, Friedrich. Der *Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates*. Op. cit., p. 38 ss. Incidentalmente, autores socialistas como Friedrich Engels não só se limitavam a descrever esta instituição, mas a glorificavam, assim como glorificavam a já mencionada instituição do "comunismo primitivo". De fato, os socialistas costumavam reconhecer, com muita correção, a emergência conjunta da propriedade privada e da instituição da família, e acreditavam (e esperavam) que as duas instituições – a propriedade privada dos meios de produção, incluindo a terra, e a família (monógama) – acabariam por desaparecer novamente com o estabelecimento de uma futura sociedade socialista, caracterizada pela abundância de riqueza e pelo amor livre. Assim, após um desvio histórico árduo, ainda que necessário, caracterizado pela miséria, pela exploração e pela dominação sexual do sexo masculino, a humanidade finalmente retornaria – em um plano superior – às mesmas instituições características de sua "era de ouro" pré-histórica. Sob o socialismo, o casamento monogâmico desapareceria, juntamente com a propriedade privada. As escolhas amorosas novamente se tornariam livres. Homens e mulheres se uniriam e se separariam como bem entendessem. E, em meio a isso tudo, como escreveu o socialista August Bebel (1840-1913) em seu livro imensamente popular (nas décadas de 1880 e de 1890) *Die Frau und der Sozialismus* [A Mulher e o Socialismo], o socialismo não criaria algo de novo, mas apenas "recriaria, num nível superior de cultura e sob novas formas sociais, o que era válido universalmente num nível cultural mais primitivo, antes de a propriedade privada ter dominado a sociedade" (BEBEL, August. *Die Frau und der Sozialismus*. Stuttgart: Dietz, 1879. p. 343). Ver também: MISES, Ludwig von. *Socialism*. Op. cit., p. 87

[←56]

Ludwig von Mises, *Socialismo*. p. 175

[←57]

MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the Principle of Population*. Op. cit., cap. 10.

[←58]

Por mais racionalmente motivada que fosse a instituição da família, a transição de um regime de “amor livre” para outro de vida familiar não se deu sem nenhum custo, e os benefícios e custos associados a ela foram diferentes para os homens e para as mulheres. Sem dúvida, do ponto de vista do homem, era vantajoso ter todas as mulheres disponíveis para sua gratificação sexual. Além do mais, isto ampliava enormemente suas chances de sucesso reprodutivo. Ao ter filhos com o maior número possível de mulheres, a probabilidade de seus genes serem transmitidos a gerações futuras aumentava. E isto era realizado aparentemente sem nenhum ônus para ele, uma vez que a responsabilidade de criar as crianças até a maturidade podia ser transferida para a sociedade como um todo. Por outro lado, se o acesso sexual fosse restrito a apenas uma mulher (no caso da monogamia) ou a algumas poucas mulheres (no caso da poligamia), suas chances de gratificação sexual e de sucesso reprodutivo eram reduzidas. Além disso, os homens passaram a ter de pesar e de comparar os prós (benefícios) e os contras (custos) do sexo e da procriação – algo que até então não tinham que fazer. Por outro lado, os homens primitivos também não podiam deixar de notar, ainda que ocasionalmente, que até num regime de amor livre as chances de gratificação sexual e de sucesso reprodutivo não eram, de modo iguais. Alguns homens – os machos-alfa mais fortes e atraentes – tinham muito mais chances do que outros. De fato, como qualquer criador de animais sabe, basta apenas um macho para manter todas as fêmeas constantemente prenhas. Assim, o amor livre significava, na prática, que alguns poucos homens “tinham” a maior parte das mulheres, especialmente as mulheres mais atraentes e com maior apelo reprodutivo, e eram pais da maior parte dos descendentes, enquanto a maioria dos homens tinha a obrigação questionável de ajudar a criar os filhos de outros homens. Seguramente, a mais tênue constatação deste fato deve ter se apresentado como uma ameaça permanente a qualquer solidariedade intratribal, e, em especial, a qualquer solidariedade entre os homens necessária para, por exemplo, defender-se de tribos rivais; e esta ameaça deve ter se intensificado à medida que a população ultrapassava seu tamanho ideal. Em contrapartida, a instituição de uma família monogâmica e, em menor escala, de uma família poligâmica ofereceu a cada homem uma chance mais justa de sucesso reprodutivo, criando assim um incentivo bem maior para que cada homem se envolvesse com o comportamento cooperativo e investisse nele. A questão muda significativamente do ponto de vista feminino. Afinal, são as mulheres que sofrem o risco da gravidez associado à relação sexual; são elas que ficam especialmente vulneráveis durante a gravidez e após o parto. Além do mais, são as mulheres que têm um laço natural único com os filhos; pois, embora sempre possa existir alguma dúvida quanto à paternidade, nenhuma dúvida é possível no que diz respeito à maternidade. Toda mulher sabe quem são seus filhos e quem são os filhos de outras mulheres. À luz destes fatos naturais, a principal vantagem de um regime de amor livre, do ponto de vista feminino, torna-se aparente. Devido ao maior risco e ao investimento associado ao sexo para as mulheres, elas tendem a ser mais seletivas no que diz respeito ao seu parceiro sexual. Logo, para aumentar a probabilidade de seu próprio sucesso reprodutivo, elas demonstram forte preferência por parceiros sexuais que pareçam saudáveis, fortes, atraentes, inteligentes etc., isto é, em suma: por machos-

alfa. E, como os homens são menos criteriosos em sua seleção de objetos sexuais, sob um sistema de amor livre até as mulheres menos atraentes podem ter uma expectativa realista de conseguir acasalar ocasionalmente com alguns dos homens mais atraentes e, por consequência, ter possibilidade de passar os genes "superiores" destes homens para seus próprios descendentes. Obviamente, esta vantagem desaparece assim que a instituição da família substitui um regime de amor livre. Cada mulher agora tem obrigação de tentar sua sorte reprodutiva com apenas um ou talvez alguns poucos grupos de genes masculinos, e, na maior parte dos casos, estes genes não figuram entre os melhores. O que as mulheres obtêm de vantajoso a partir do casamento, então? Muito pouco, pareceria, desde que a população se mantivesse em torno de seu tamanho ideal e a vida da tribo caçadora e coletora se caracterizasse por conforto e abundância. Isto mudava, no entanto, assim que a população ultrapassava este ponto ideal. Quanto mais a população superava o tamanho ideal, mais intensa se tornava a competição pelas ofertas limitadas de alimento. Qualquer solidariedade entre as mulheres que existisse antes acabava então por ser enfraquecida. Naturalmente, cada mulher tinha interesse em assegurar seu próprio sucesso reprodutivo e ajudar seus filhos a atingir a maturidade, entrando assim em conflito com todas as outras mulheres e seus filhos. Até matar o filho de outra mulher, para melhorar a perspectiva de sobrevivência de seus próprios filhos, passava cada vez mais a ser uma opção a ser considerada, nesta situação. (A propósito, o mesmo tipo de competição entre mulheres por sucesso reprodutivo ainda prevalece, até certo ponto, dentro da estrutura das relações poligâmicas, e explica algumas das tensões e instabilidades peculiares inerentes a essas relações). Nesta situação, cada mulher (e seus filhos) tem necessidade crescente de proteção pessoal. Mas quem estaria disposto a fornecer esta proteção? A maior parte das crianças tem o mesmo pai – entre os poucos machos-alfa com chances de procriação maiores que a média –, mas tem mães diferentes. Por consequência, não se pode esperar que a proteção de uma mulher e de seus filhos em relação a outra mulher venha do pai das crianças, porque muitas vezes o pai de crianças de mães diferentes é o mesmo. Tampouco se pode esperar que venha de outro homem; pois por que um homem ofereceria proteção e apoio pessoal a uma mulher que manteve relações sexuais com outros homens e cujas crianças são filhas de outros homens, especialmente se os descendentes destes outros homens representassem uma ameaça ao seu próprio padrão de vida? Uma mulher só poderia obter proteção pessoal de um homem ao abrir mão de todas as vantagens do amor livre e se comprometer a conceder seus favores sexuais exclusivamente a esse homem, conseguindo assim garantir que os filhos gerados por ela também fossem seus. Perspectivas distintamente masculinas e femininas não existem apenas no que diz respeito ao próprio estabelecimento da instituição da família, mas também quanto à importância da fidelidade marital na manutenção de sua estabilidade. A diferença entre o raciocínio masculino e o feminino neste ponto tem origem no fato natural de que, ao menos até o desenvolvimento recente de testes genéticos confiáveis de paternidade, a identidade da mãe de uma criança sempre era conhecida com um grau de certeza que era indisponível e inatingível para a do seu pai. Como diz a sabedoria popular: bebê da mãe, talvez do pai ("mother's baby, father's maybe"). Este fato fez com que mais uma vez, de maneira um tanto "natural", fossem geradas expectativas significativamente diferentes – assimétricas – quanto à

conduta conjugal apropriada (e inapropriada) masculina e feminina. Obviamente, para que a estabilidade da instituição da família fosse garantida, qualquer forma de infidelidade conjugal tinha de ser reprovada socialmente; mas a reprovação tinha de ser mais acentuada, e suas sanções muito mais severas, no caso da infidelidade feminina, em comparação com a infidelidade masculina. Embora isto possa parecer "injusto", era, na realidade, algo muito racional e de acordo com a "natureza das coisas", já que a infidelidade feminina envolvia um risco muito maior para os maridos traídos do que a infidelidade masculina envolvia para as esposas traídas. A infidelidade de uma esposa pode ser o primeiro passo para o divórcio de seu marido, assim como a infidelidade de um marido pode ser o primeiro passo para o divórcio de sua esposa; neste ponto, a situação é a mesma (simétrica) em ambos os casos, e o "pecado" cometido é igualmente grave. No entanto, se e na medida em que a infidelidade conjugal não leve ao divórcio, o "pecado" cometido por uma mulher deve ser considerado muito mais grave que o cometido por um homem; porque relações sexuais extraconjugais podem levar a uma gravidez, e, caso uma mulher que engravidou de uma destas relações permaneça com seu marido, surge o perigo real de que ela possa sucumbir à tentação de apresentar este filho ilegítimo a seu marido como se fosse dele próprio, enganando-o assim e fazendo com que ele sustente o filho de outro. Não existe o mesmo perigo na situação inversa; nenhum homem pode tentar impingir seus filhos ilegítimos à sua esposa sem que ela saiba a verdade do ocorrido. Vem daí o maior estigma social associado à infidelidade feminina, quando comparada à masculina. (Incidentalmente – e, da mesma forma, racionalmente – no caso da infidelidade masculina faz-se uma distinção semelhante: a ofensa é considerada mais grave se o um homem tiver uma relação extraconjugal com uma mulher casada do que se ele o fizer com uma mulher solteira; pois, no primeiro caso, ele está se tornando cúmplice em potencial de um ato de traição por parte da mulher, enquanto no segundo isto não ocorre. Da mesma forma, como maneira de reconhecer esta instituição, e para se conformar ao impulso sexual um tanto indiscriminado masculino, a prostituição se tornou uma instituição social quase universal).

Mises, *Socialismo*, p. 282

[←60]

Com base em registros arqueológicos, a velocidade desse processo de difusão foi estimada em cerca de um quilômetro por ano em terra (e um pouco mais alta ao longo da costa e dos vales dos rios). Veja Cavalli-Sforza, Genes, *Povos e Idiomas*, p. 102

[←61]

Veja, por exemplo, Cavalli-Sforza, *Genes, People, and Languages*, pp. 101–13; Cavalli-Sforza e Cavalli-Sforza, *As Grandes Diásporas Humanas*, cap. 6, esp. pp. 144ss.

[←62]

Há mais de dez mil anos, alguns assentamentos do início do Neolítico, tais como Çatal Höyük, na atual Turquia, por exemplo, já haviam alcançado uma população estimada entre quatro mil e cinco mil habitantes. Entre as descobertas feitas em sítios arqueológicos como este, estão santuários no estilo de Stonehenge (alguns mais de seis mil anos mais antigos!), espaçosas residências feitas de pedra e com elaboradas pinturas em suas paredes, colunas megalíticas com relevos de animais, esculturas, entalhes com símbolos semelhantes a escritos, ornamentos, recipientes de pedra com decorações elaboradas, punhais de pedra, espelhos feitos de obsidiana (uma pedra vulcânica), agulhas feitas de osso, pontas de flechas, pedras de moer, jarras e vasos feitos de pedra e de argila, anéis e correntes feitos de pedras coloridas, e até os princípios da metalurgia.

Ver Colin McEvedy e Richard Jones, *Atlas da História da População Mundial*, Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

Personagem do romance homônimo de Daniel Defoe (1660-1731)

Ludwig von Mises, *Ação Humana: Um Tratado sobre Economia* (Chicago: Regnery, 1966), p. 761

[←66]

Ibid., P. 765-66

McEVEDY, Colin & JONES, Richard. *Atlas of World Population History*. Op. cit., p. 342

[←68]

Ibid., P. 344

Gregory Clark, *Adeus à Esmola: Uma Breve História Econômica do Mundo* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007), p. 2)

[←70]

Mises, *Ação Humana*, pp. 617-23.

[←71]

ROTHBARD, Murray N. “Left and Right”. em: *Egalitarianism as a Revolt Against Nature and Other Essays*. Auburn: Mises Institute, 2000. [Em língua portuguesa, ver: ROTHBARD, Murray N. *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade*. Apres. Arthur A. Erich, Jr.; trad. Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3a ed., 2010. (N. E.)].

[←72]

Quando o Taiti foi redescoberto por europeus em 1767, cerca de mil ou, possivelmente, dois mil anos depois de ele ter sido inicialmente colonizado por fazendeiros austronésios, sua população era estimada em 50.000 habitantes (atualmente é de 180.000). De acordo com todos os relatos, os taitianos levavam uma existência paradisíaca. A renda per capita real era elevada, e um dos motivos eram as condições climáticas altamente favoráveis nas ilhas polinésias. Os homens taitianos tampouco conseguiam conter seus ímpetos sexuais, mas, para manterem seu alto padrão de vida, os taitianos praticavam uma forma impiedosa e rigorosíssima de controle populacional, que envolvia o infanticídio e guerras sanguinárias. O local era paradisíaco, mas um paraíso reservado aos que conseguiam permanecer vivos. No entanto, os taitianos continuavam a viver na Idade da Pedra; suas ferramentas permaneceram essencialmente inalteradas desde que chegaram à(s) ilha(s) pela primeira vez. Não houve nenhuma acumulação de capital, e a renda per capita real, ainda que elevada, devido a circunstâncias externas favoráveis, havia permanecido estagnada.

[←73]

Ver: HART, Michael H. *Understanding Human History*. Op. cit.

[←74]

Veja também Arnold Gehlen, *Man* (Nova York: Columbia University Press, 1988).

[←75]

Veja também Hart, *Entendendo a História Humana*; Clark, *Adeus à Esmola*, cap. 6; e Richard Lynn, *Dysgenics: Deterioração genética em populações modernas* (Ulster: Ulster Institute for Social Research, 2011), cap. 2)

[←76]

Sobre este assunto, ver Josef H. Reichholf (1945), *Stabile Ungleichgewichte: Die Ökologie der Zukunft* (Frankfurt: Suhrkamp, 2008); também Carroll Quigley (1910-1977), *The Evolution of Civilizations: An Introduction to Historical Analysis* (Indianapolis: Liberty Classics, 1979), cap. 6

[←77]

Ver Richard Lynn (1930) e Tatu Vanhanen (1929-2015), *IQ and Global Inequality* (Augusta, Ga.: Washington Summit Publishers, 2006); Richard Lynn, *The Global Bell Curve: Race, IQ and Inequality Worldwide* (Augusta, Ga.: Washington Summit Publishers, 2008); idem, *Race Differences in Intelligence: An Evolutionary Analysis* (Augusta Ga.: Washington Summit Publishers,
2008).

[←78]

A maior escassez deste tipo de safras e de animais no continente americano é provavelmente o motivo da invenção relativamente tardia da agricultura e do pastoreio na Mesoamérica.

[←79]

LYNN, Richard. *Dysgenics*. Op. cit.

[←80]

Teoricamente, todos os conflitos relacionados à utilização de qualquer bem podem ser evitados, se cada um destes bens pertencer perpétua e continuamente à propriedade privada, isto é, se sua posse for controlada com exclusividade por um ou mais indivíduo(s) específico(s), e se sempre ficar claro qual é o objeto possuído, por quem ele é possuído, e qual não é. Os interesses e ideias de indivíduos diferentes podem então ser os mais diferentes possíveis, e, ainda assim, nenhum conflito surgirá, na medida em que seus interesses e ideias estejam relacionados sempre e exclusivamente à sua própria propriedade. Os conflitos, portanto, sempre serão conflitos que dizem respeito à resposta da pergunta de quem é ou não o proprietário privado (exclusivo) de algum bem determinado em algum tempo específico. E, visando evitar todo tipo de conflito, a partir do início da humanidade, sempre foi necessário que se deixasse claro como a propriedade privada é originalmente estabelecida (e, neste caso, a resposta óbvia é: através da apropriação original e, por consequência, incontestável, de recursos até então sem dono), e como a propriedade pode ou não ser transferida de uma pessoa para a outra (obviamente: através de um consenso mútuo e do comércio, e não do roubo unilateral).

[←81]

Deve-se notar que todos os pré-requisitos lógicos para uma paz permanente, para que todos os conflitos potenciais sejam evitados, podem ser atingidos exatamente mediante esta solução: se sempre ficar claro quem tem a propriedade provisória de quê, e o que deve ser feito se existirem reivindicações contraditórias a respeito de recursos escassos.

[←82]

Fiz um discurso em um evento do Instituto Mises Brasil (IMB) no dia 9 de abril de 2011 chamado “The Problem of Social Order” (“O Problema da Ordem Social”). Foi publicado pelo Mises Institute em Auburn, Alabama, como “State or Private Law Society”, e está disponível em: mises.org/daily/5270/State-or-PrivateLaw-Society